Proletários de todos os países UNI-VOS!

Manue!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISNN 0870-1865 • 16 de Marco de 1995 • Preco: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1110 • Director: Carlos Brito





Álvaro Cunhal no Comício de Gaia

Maioria Governo e Cavaco perderam legitimidade



Tempo de agir reivindicar e lutar

• Artigo de Jerónimo de Sousa

Pág. 18

As promessas do PSD e a realidade

Alexandrino Saldanha

Pág. 19



A crise da Nato

• Miguel Urbano Kodrigues

Pag. 25

Carlos Carvalhas em Coimbra

E urgente a mudança





Editorial Ainda é tempo!



Comicio em Gaia com Álvaro Cunhai

DECHAC

8 Quarta-feira

O PSD critica duramente o encontro entre Mário Soares e Benito Craxi, antigo dirigente socialista condenado em Itália por corrupção ■ Termina o prazo dado pelos canadianos para que os barcos portugueses e espanhóis abandonem a pesca nos bancos internacionais ao largo da Terra Nova ■ Trabalhadores da Cabos Ávila protestam, em Lisboa, contra a falência da empresa ■ No Paquistão, dois diplomatas americanos são mortos a tiro.

9 Quinta-feira

Fernando Nogueira anuncia que se vai demitir dos seus cargos no Governo Os barcos portugueses escapam aos ataques das lanchas canadianas, nas águas próximas da Terra Nova O Supremo Tribunal de Justiça rejeita os recursos interpostos pela defesa durante o julgamento do «caso Costa Freire» O embaixador da Austrália em Jacarta chega a Díli, para uma visita a Timor-Leste A OLP e Israel decidem que a autonomia palestiniana se deve realizar entre 15 de Junho e 1 de Julho Em Espanha, Luis Roldán denuncia dois ministros, supostamente envolvidos no caso da utilização de fundos secretos.

10 Sexta-feira

O PCP propõe a realização de uma audição parlamentar para analisar os custos do Hospital Amadora-Sintra Os vidreiros da Manuel Pereira Roldão entram em greve, manifestando--se contra a falta de pagamento dos salários de Fevereiro III Os alunos da Faculdade de Direito de Lisboa iniciam um boicote às aulas, protestando contra os exames orais do professor Soares Martinez É anunciado que a inflação subiu em Fevereiro pelo segundo mês consecutivo Um pesqueiro espanhol é aprisionado pelas autoridades canadianas. O Governo de Madrid envia uma corveta para a zona O Governo angolano e a UNITA chegam a acordo para modificar o panorama militar no país Yasser Arafat e Warren Christopher reúnem-se me Gaza II Um carro armadilhado explode em Argel, provocando 33 feridos A Jordânia e Israel decidem acelarar a aplicação do tratado de paz.

11 Sábado

Em Coimbra, Carlos Carvalhas critica Mário Soares por não ter dissolvido o Parlamento Málvaro Cunhal participa num jantar comemorativo do aniversário do PCP, em Portimão OPCP de Loures apresenta várias propostas para o concelho, entre as quais a construção urgente de um hospital Opiornal inglês The Mes dedica o seu editorial às gravuras de Foz Côa, com o título «O Governo português tem de pôr termo ao vandalismo cultural» A Greenpeace apela aos navios ibéricos para

pararem de pescar nas águas internacionais junto ao Canadá III Termina a Cimeira de Desenvolvimento Social da ONU, com uma declaração de empenho no combate à pobreza e ao desemprego.

12 Domingo

Em Vila Nova da Gaia, Álvaro Cunhal considera a atitude de Mário Soares de não dissolver o Parlamento de «extraordinária gravidade» As forças armadas indonésias reconhecem que os timorenses mortos em Liquiçá eram civis e foram executados a sangue-frio III Um jornalista da TVI é detido em Jacarta III Surgem sinais de contestação interna no Canadá pelas tomadas de posição do Governo na «guerra do alabote» III O avião do representante especial da ONU é alvejado em Sarajevo 🔳 O Governo da Croácia aceita a permanência da Forpronu no seu território ■ Um atentado, em Istambul, mata duas pessoas.

13 Segunda-feira

O PCP defende um plano de desenvolvimento de Setúbal A União Europeia corta relações diplomáticas como o Canadá, devido à «guerra do alabote» Em Lisboa, a polícia dispersa à bastonada uma manifestação de estudantes angolanos que reclamavam o pagamento dos 15 meses de bolsa que lhes são devidos Mário Soares afirma-se ofendido com as acusações do ministro do Mar acerca do veto de Belém ao diploma do Europarque Belmiro de Azevedo aceita a OPA do BCP sobre o BPA OPE começa a analisar um relatório sobre vítimas de tortura e maus tratos, em que se inclui Portugal Fidel Castro é recebido pelo presidente francês, François Mitterrand Confrontos entre a polícia turca e manifestantes da seita «alevi», que protestavam contra o atentado de domingo, provocam oito mortos e 50 feridos O Governo brasileiro desvaloriza o real.

14 Terça-feira

Os trabalhadores das repartições de Finanças entram numa greve de 48 horas Segundo a imprensa, a Procuradoria-Geral da República pondera processar o PSD pelas declarações que fez acerca do Presidente da República e em sequência das acusações deste Guterres responde à proposta de Nogueira sobre "pacto de regime", fazendo depender um eventual acordo do apoio do PSD ao projecto socialista de incompatibilidades dos titulares dos cargos políticos Antigo militar argentino comprometido no assassinato de resistentes à ditadura promete reconstituir a relação dos desaparecidos Um britânico que está a ser julgado na África do Sul por envolvimento na violência da extrema-direita racista denuncia esquadrões da morte, que ajudou a treinar naquele país e pede protecção ao Governo sul-

Ainda é tempo!

or uma vez, o PSD falou com franqueza, pela pena do seu líder parlamentar, ao apelar, no «Diário de Notícias», do passado dia 9, à «anormalidade» e à «subversão» do sistema proporcional através de «uma tensão política» para tentar obter «a maioria absoluta».

É claro que nada disto é novo na prática do DSD.

A novidade está na necessidade e no descaramento de dizê-lo.

A necessidade releva do fracasso dos dez anos de cavaquismo, do temor do juízo popular nas próximas eleições legislativas e do esforço de recuperação que foi iniciado com a renúncia de Cavaco, a cosmética da sucessão e o espetáculo do congresso.

Mas foi pouco, pelos vistos.

O texto de Pacheco Pereira dá a leitura para a saída de Fernando Nogueira do Governo e dos novos ataques ao Presidente da República e prepara o prosseguimento da guerrilha institucional, da provocação política às forças da oposição, do abuso do poder na utilização do aparelho e dos recursos do Estado para os seus objectivos e campanha eleitorais.

Lá diz a certa altura: «Há que olhar apenas para as eleições de 1995»...

Por sua vez, o descaramento resulta do sentimento de impunidade que se forteleceu no Governo e no «estado maior» do PSD depois do Presidente da República ter afastado a ideia da dissolução da Assembleia. Está na linha da arrogância com que proclamaram aquela decisão como vitória sua e da insolência com que passaram a atacá-lo a partir de então.

O comunicado da Presidência, da passada segunda-feira, de réplica às acusações «injuriosas e ofensivas da honra e da consideração devidas ao Presidente da República», é manifestamente tardio, mas é bem-vindo, em todo o caso, se significar o propósito de uma firme intervenção que contrarie o estado de «anormalidade» que o PSD confessadamente está a criar.

Os desenvolvimentos da situação confirmam, entretanto, a dissolução da Assembleia como a medida capaz de travar e impedir a «anormalidade» e a que melhor serve os interesses do país, do regime democrático e a democraticidade do próximo acto eleitoral. Ainda é tempo!

A lém da razões confessadas pelo lider parlamentar da bancada laranja, a «anormalidade» interessa também ao PSD para desviar as atenções do descalabro económico e da degradação das condições sociais em que a sua governação mergulhou o país.

A «anormalidade» é, ainda, a situação propícia para a consumação dos grandes golpes e operações de concentração bancária, financeira e monopolista que, com a intervenção coerciva do Governo, estão em curso acelerado.

Na passagem do 20º aniversário da nacinalização da banca e dos seguros, que ocorreu nos dias 14 e 15 de Março, respectivamente, importa registar que não só muitas das mais importantes empresas destes sectores voltaram à posse do grande capital através de processos particularmente escandalosos e lesivos do interesse nacional, como várias delas voltaram ou caíram nas mãos dos velhos grupos monopolistas da ditadura fascista.

É um novo poder económico que está a ser reconfigurado no nosso país, pronto a interferir no poder político, como tantas manifestações já testemu-

Os desenvolvimentos da situação confirmam, entretanto, a dissolução da Assembleia como a medida capaz de travar e impedir a «anormalidade» e a que melhor serve os interesses do país, do regime democrático e a democraticidade do próximo acto eleitoral. Ainda é tempo!

nham, e constituindo nova ameaça de preversão do regime democrático.

Nesta operação de «regresso das grandes famílias», como lhe chama o «Diário de Notícias», no logotipo com que abriu uma secção a elas dedicada, o preocupante não é só a acção coerciva do Governo, incluindo à margem da legalidade, é ainda mais o silêncio cúmplice do PS, mesmo perante os maiores atropelos e ilegalidades.

O exemplo mais flagrante desta cumplicidade foram os «estados gerais» do PS e a sua sessão de encerramento, do passado sábado, onde este processo de concentração monopolista tão perigoso para a democracia no nosso país e para o viver do nosso povo, como o passado testemunha, foi sistemática e completamente ignorado.

Comungando com o PSD, tanto na subordinação às políticas de Maastricht, como em relação ao processo de concentração bancária, financeira e monopolista, o PS não pode, sejam quais forem as competências dos inde-

pendentes que lhe assegurem colaboração, formular uma política alternativa.

O resultado está à vista e é confrangedor, como se tem demonstrado em todos os debates com dirigentes do PS após os «estados gerais».

Não é que não tenham encontrado algumas frases bonitas e sonoras, é que essas frases encobrem a realidade de uma orientação económica, social e mesmo política essencialmente idêntica à prosseguida pelo PSD e o seu Governo.

È só uma diferença de meio grau acima ou abaixo, como costuma dizer Carlos Carvalhas.

É isso que o país acabará por compreender. Não se iludam!

o grande comício do Porto, realizado em Gaia, no passado domingo, no quadro das comemorações dos 74 anos do PCP, Álvaro Cunhal salientou muito a propósito: «A grande questão que se coloca ao país não é só derrotar o PSD, não é substituir as pessoas e os partidos que governam para com outras pessoas e outros partidos continuar no essencial a política de direita. A grande questão é alcançar uma política realmente de esquerda e forças políticas necessariamente unidas para realizá-la e capazes de realizá-la.»

Por isso mesmo, a luta por uma nova política, baseada em valores e opções de esquerda e elaborada a partir do desmascaramento das raízes de classe da política de direita, tornou-se uma das linhas essenciais da acção do PCP, em especial prosseguida através do «Debate com o País».

O acto de encerramento do «Debate com o País», no próximo dia 25, constituirá um momento particularmente importante de apuramento de contribuições, de definição de ideias mestras e de projecção pública de umas e outras.

Mas a outra linha essencial na actividade dos comunistas é o reforço do próprio PCP, através das orientações, direcções prioritárias de trabalho e medidas concretas que foram aprovadas na Conferência Nacional de Novembro.

As iniciativas de aniversário constituem uma ocasião privilegiada para rememorar as conclusões essenciais da Conferência, no que toca especialmente ao reforço da organização do Partido entre os trabalhadores, mas são também propícias à mobilização partidária para a batalha eleitoral que se aproxima.

A vida confirma com grande clareza, pela acção própria e as omissões dos outros, que a verdadeira mudança em Portugal ou se fará com o PCP, ou não se fará!

Dounte!

Proletários de todos os países UNI-VOSI

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português Rua Sociro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Socino Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/196 97 22, Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!»

Editorial »Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90, 72-A, 1100 Lisboa.
Capital social; 15 000 000\$00, CRC matrícula; 47058, NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avantel — Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A. — 1100 Liboa Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 Fax: 815 34 95

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL DELTAPRESS

Delegação Lishoa: Tapada Nova Capa Rota – Linhó – 2710 Sintra Telef. (01) 924 04 47

Capa Rota – Linho – 2710 Sint Telef. (01) 924 04 47 Delegação Norte:

Delegação Norte: Zona Industrial da Maia Sector IX Rua B Lt. 227 – 4470 Maia Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87//815 35 11 - Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-72-A 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/ /815 35 11 - Fax: 815 34 95

Composição e impressão Heska Portuguesa, SA R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora

TABELA DE ASSINATO	URAS*
PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas) 50 números: 6 750500; 25 números: 3 487550	
ESPANHA 50 números: 13 300800	
EUROPA 50 números: 24 750500	
GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU 50 números: 26 650500	
EXTRA-EUROPA 50 números: 39 950500	• IVA e portes incluídos
Nome	Telef.
Morada	

Meandros de um «contrato»

O estadão e a cobertura mediática que rodearam o encerramento dos «estados gerais» do PS não disfarçam as contradições, as fragilidades e sobretudo alguns meandros inquietantes da enfatizada «nova maioria» que se pretendeu lançar a partir do Coliseu.

Quanto ao estadão, duas perguntas ocor-

- A primeira para indagar se não terá havido um manifesto abuso instrumentalizador da bandeira nacional, quando se sabe que a Constituição proíbe expressamente que os partidos usem «emblemas confundíveis com símbolos nacionais». Não se terá querido insinuar que era ela, a bandeira nacional, o emblema deste PS coberto com a camisa da chamada «nova maioria»?

- A segunda para suscitar algumas dúvidas sobre aquela cerimónia da assinatura do «contrato de legislatura». Não representará ela uma forma de amarrar ao PS, à viva força do testemunho público, um conjunto de individualidades até agora tidas por independentes, mais do que amarrar o PS a qualquer espécie de compromisso? Não teremos de ora avante, ao falar de independentes, de distinguir entre os propriamente ditos e «contratualizados»?

Muito mais inquietante do que estas perguntas são os meandros que se disfarçam debaixo de alguns espantosos silêncios estratégicos da aparatosa sessão, do discurso finalizador de António Guterres e do próprio «contrato» celebrado.

Não há explicação plausível para o silêncio absoluto que foi mantido sobre o actual processo de concentração bancária, que é o lado mais visível do acelerado processo de concentração monopolista, que está a reconfigurar o poder económico no nosso país, com ameaças evidentes ao poder político.

Nada explica, também, que se tenha calado que são os velhos grupos dos tempos da ditadura fascista que estão a tomar a liderança deste novo poder económico.

Não se pode compreender, ainda, que não tenha sido dita uma palavra sobre os aspectos mais escabrosos deste processo, incluindo a compra de metade do Totta pelo Champalimaud, à margem da Bolsa e da concorrência, o que leva alguma imprensa internacional da especialidade a chamar ao nosso país «uma república das bananas».

Estas omissões escandalosas mostram que há o propósito de absolver o grande capital (para que não se lhe toque) das especiais responsabilidades que tem na presente situação económica e social do nosso país.

O «contrato de legislatura» tem por trás, ao menos objectivamente, um «pacto de silên-

mo garantido» e outras que tais - depois de bem espremidas dêem uma política chocantemente parecida com a do Governo do PSD, justamente combatido.

No plano social, é a política que ignora os direitos dos trabalhadores, que admite o crescimento do desemprego, que advoga salários reais «próximos do crescimento da produtividade», que aceita a saúde aberta às grandes negociatas e que pretende uma segurança social discriminada para os pobrezinhos (calcula-se o que seria), enquanto «os que podem pagar» disporiam dos seus esquemas sofisticados.

È que não é possível fazer justiça social sem atingir os interesses do grande capital, nem melhorar a situação dos desfavorecidos sem tocar na condição dos privilegiados.

■ Carlos Brito

onge vão os tempos em que o Ocidente vercio» em relação às estruturas económicas. Não admira assim que as tiradas imaginosas que os «estados gerais» produziram -«Nova Visão do desenvolvimento», «Mercado Social de emprego», «Rendimento míni-

tia lágrimas de crocodilo pelo Afeganistão... Era no tempo em que o inimigo soviético tudo justificava. Nesse tempo, a CIA, a Grã--Bretanha, a Alemanha, a França, a Arábia Saudita e o Kuwait, o Paquistão e o Irão juntavam-se para derrotar as transformações socioeconómicas que o Partido Popular Democrático no Afeganistão queria levar a cabo e que contava com o apoio da URSS.

AFEGANISTAO

A destruição e a barbárie

Cada um destes "santos aliados" tinha as suas razões próprias, mas todos queriam impedir o Afeganistão de se desenvolver, de se modernizar, de se democratizar. Os EUA intervinham no Afeganistão, em nome do seu hegemonismo. O Ocidente queria controlar as fronteiras da URSS pelo sul, aliás, como os próprios EUA. O Paquistão queria assegurar o domínio na região, servindo-se dos verdadeiros senhores da guerra de etnia pachtun como o chefe islamista Hekmatyar, e para além disso de generais do exército paquistanês associados ao tráfico de droga que queriam manter abertas as rotas do seu escoamento. A Arábia Saudita e o Kuwait e outras monarquias estavam interessadas em conter o perigo revolucionário, pagando o treino e as armas e os homens que em nome do fundamentalismo islâmico podiam cumprir aquele objectivo. O Irão, na sua mira de exportar a revolução chiita e servindo-se da comunidade chiita no Afeganistão queria alargar a sua área de influência. Estes e outros países seguiram o velho lema: os inimigos dos meus inimigos, meus amigos são. E assim se escreveu a história destes "amigos" enquanto se tratou de afastar o perigo de revolução. Conjurada a revolução por esta Santa Aliança, os amigos de ontem viraram inimigos jurados e ferozes em luta pelo bolo maior do martirizado Afeganistão.

As tropas soviéticas abandonaram o Afeganistão já lá vão 6 anos. Mas, desde esse dia até hoje, os combates, as chacinas, os bombardeamentos continuaram em nome de outra guerra dita santa, mas que apenas esconde o projecto de luta pelo poder, luta instigada pelas várias potências regionais, à total revelia dos interesses do povo afegão. A diferença reside no comportamento ocidental que assiste impávido à destruição de um país pelos homens que armou e apoiou...

Os senhores da guerra após a retirada soviética logo se preparam com os seus apoios externos para tomar o poder, e, invocando em vão o nome de Deus, para impor o seu mando. Incapazes de administrar o país e os territórios controlados, sem a justificação da presença de tropas estrangeiras, degladiam-se numa guerra suja e imoral para ver quem abocanha a maior fatia do poder. Servindo-se dos seus exércitos (uzbeques, tajiques, pachtuns, hazaras), os chefes da guerra com os diferentes apoios regionais continuam a destruição total do país, impondo ao povo a fome, a miséria, a repressão e a opressão.

é paradoxal que o Ocidente tão solícito a invocar os direitos do Homem, se cale agora e deixe o país e o povo à mercê destas sanguinárias disputas. Parece ser também essa a posição da ONU e do seu Conselho de Segurança.

Nas últimas semanas chegam notícias dando conta que um novo movimento de estudantes das escolas corânicas no Paquistão, "os taliban", desencadearam uma poderosa ofensiva militar que devido ao seu poderio militar tem Kabul a escassos quilómetros. Dizem tal como os outros que querem impor um Estado islâmico. Então por que se matam uns aos

Não pode passar despercebido o facto do movimento dos "taliban" estar sediado no Paquistão, nem o facto de num espaço tão curto de tempo ter derrotado organizações militares tão poderosas como a de Hekmatyar e as milícias do partido chiita pró-iraniano (Whadat).

Parece que o Afeganistão vai continuar a ser um laboratório de experiências que se reflectem em Gaza, no Sudão, na Argélia, no Líbano, na Bósnia, onde for preciso derrotar projectos que contenham germes de progresso social.

oram estes feiticeiros do mal que o Ocidente engendrou e que bem armados e equipados às vezes parecem ultrapassar nos seus propósitos os quadros da ordem capitalista reinante do mundo; mas, no fundo, trata-se de aproveitar a sua versão mais selvagem para a impor no Afeganistão, no Sudão, na Argélia, em Gaza, onde quer que seja.

■ Domingos Lopes

A terra a quem a trabalha

Aniversário do onze de Março, como outras efemérides redondas que têm vindo a ser assinaladas nos últimos meses, constituiu motivo de atenção para vários órgãos da comunicação social. E forneceu o pretexto, também, para tentativas de reescrita de acontecimentos que marcaram um dos períodos mais decisivos da revolução portu-

Por isso, à oportunidade mediática que foi dada a destacados protagonistas do golpe spninolista, não correspondeu sequer idêntica possibilidade em relação ao testemunho dos que estiveram do lado da revolução num dos seus momentos mais irresistíveis.

Deste lado das coisas e nestas linhas, devolve-se a voz ao proletariado rural alentejano e ribatejano, quando passam duas décadas sobre a grande manifestação popular realizada em Évora, junto ao Quartel General da Região Militar. E que marcou de forma decisiva o avanço para a Reforma Agrária, com a entrega da terra do latifúndio a quem a trabalhava.

Como se sabe, apesar do extraordinário impulso e do heroísmo populares, a mais bela das conquistas da Revolução de Abril - que concretizou mudanças históricas nos campos do sul - viu-se confrontada, durante anos a fio, com os encarniçados ataques de governos da responsabilidade do PS, CDS e PSD. E foi destruída.

Os latifúndios foram reconstituídos e, com eles, a majoria das herdades regressaram ao pousio improdutivo, cheias de coutadas e de mato. A agricultura retrocedeu. O desemprego voltou massivamente. E a desertificação e o atraso acentuaram-se.

 ${f T}$ em por isso particular significado que a combativa Assembleia da Organização Concelhia de Montemor-o-Novo do PCP, que decorreu no último domingo, tenha concluído que o desenvolvimento do Alentejo não pode ser encarado sem considerar a questão da terra. E que tenha sublinhado a necessidade de continuar a luta pela Reforma Agrária que ponha fim às velhas estruturas latifundistas e que entregue a terra a quem a trabalha - aos trabalhadores agrícolas, aos agricultores sem ou com pouca terra e a outros agentes que queiram trabalhar a terra.

Não terá sido este o melhor testemunho de que Abril continua

■ Edgar Correia

Haja pluralismo!

Com dois artigos recentemente dados à estampa no «Público», Vital Moreira tem aparecido como um acutilante crítico nomeadamente da instrumentalização da RTP pelo Governo e pelo PSD e da falta de equilíbrio e pluralismo que, em geral, se verifica na comunicação social ao nível da selecção de comentadores políticos.

Aqui nestas páginas, estamos naturalmente à vontade para saudar que outras vozes de outras áreas convirjam objectivamente com os comunistas e com a sua coragem e frontalidade na denúncia de situações e procedimentos inadmissíveis que marcam o panorama nacional dos «media».

O problema está em que, embora falando muitas vezes da «oposição» como a vítima dos «silenciamentos», da «flagelação» das suas «posições e iniciativas» e da «falta de pluralismo, equilíbrio e isenção», Vital Moreira, pelos exemplos que escolhe para criticar e pelos exemplos que omite, parece estar apenas a pensar no PS e nos seus exclusivos interesses como regra-padrão do pluralismo.

Assim, Vital Moreira desanca a parcialidade e a hostilidade de Nuno Rogeiro e Constança Cunha e Sá em relação aos «Estados Gerais» do PS no Telejornal de passado domingo. Mas, quem sabe se por falta de espaço, não nos esclarece se as coisas estavam perfeitas durante os dois meses em que, quinzenalmente, no Telejornal de domingo, António Vitorino (PS) e Silva Marques (PSD) tinham o monopólio do comentário político e, com ele, a oportunidade de depreciarem ou criticarem as posições e iniciativas dos outros partidos. Ou se ficarão perfeitas e aceitáveis com a frequente presença futura de António Barreto (PS) e José Miguel Júdice (PSD) no «Prova Oral» (3 comunistas em 54 convidados).

Não se limitando, e bem, à televisão pública, Vital Moreira, escreve que «a própria SIC, entre outras coisas, mantém, por exemplo, há muito tempo, a dupla Margarida Marante-Proença de Carvalho, sem contraponto à esquerda» no programa «Sete à Sexta» (um comunista em 38 convidados). Mas VM, quem sabe se por falta de espaço, não nos esclarece se o pluralismo estava de boa saúde quando, ao longo de cinco meses, quinzenalmente, Menezes Ferreira (PS) e Pais de Vasconcelos (PSD) abancavam na segunda série do «Terça à Noite» (um comunista em 23 convidados). E se continuam de óptima saúde, daqui para a frente, com António Vitorino (PS) e Santana Lopes (PSD) a abancarem dominicalmente no novo programa de Miguel Sousa Tavares.

O professor universitário de Coimbra conclui o seu último artigo intitulado «Haja moralidade!» salientando que «o domínio dos meios de comunicação por uma força política ameaça subverter dramaticamente a formação da opinião pública e as escolhas políticas e eleitorais dos cidadãos» e que «o predomínio das posições do PSD no audiovisual (...) é uma das mais perversas condicionantes dos períodos eleitorais que se aproximam».

Sem dúvida, mas é preciso dizer mais, acrescentando que o domínio por duas forças políticas - PSD e PS - e a repartição de posições entre o PSD e o PS no audiovisual constituem uma ameaça de idêntica subversão e uma condicionante igualmente das mais perversas.

E nisto pode estar a diferença entre um combate por um «pluralismo» amputado e empobrecido pelos sonhos de hegemonia e «bipolarização» e um combate radicalmente democrático por um verdadeiro pluralismo.

■ Vítor Dias

A festa no Norte

O Pavilhão de Exposições de Vila Nova de Gaia foi pequeno para acolher o entusiasmo dos milhares de militantes e simpatizantes da região da região norte do país, que ali se dirigiram, no passado domingo, para comemorar o 74.º aniversário do PCP, uma iniciativa que contou com um convidado especial, o camarada Álvaro Cunhal, Presidente do Conselho Nacional do PCP.

Vista da marginal do Porto, a Beira-Rio de Vila Nova de Gaia estava mais colorida, com o vermelho das muitas bandeiras do Partido levadas pelos que se dirigiam ao local onde, cedo, cerca das 15.30 horas, começou a festa, com a participação do grupo de música popular portuguesa «Navegante».

A abrir, foram palavras de António Filipe, da Direcção Regional do Porto, para falar dos escassos meios de que dispõe o PCP, da conhecida desproporção de recursos que, porém, não o tem impedido de «mobilizar, de motivar as pessoas à participação, de elevar a consciência colectiva, de estimular a reflexão, de unir esforços e lutar contra as injustiças e desigualdades». Um apelo para a contribuição de todos na Campanha

Nacional de Fundos de angariação de 150 mil contos para o Partido, que visa atenuar essa grande desproporção de meios e que decorre até Dezembro do ano corrente, foi então feito por aquele dirigente do Partido.

De seguida, foram chamados para a mesa do comício representantes das Direcções Regionais que mobilizaram a iniciativa, de Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real, outros dirigentes nacionais do Partido cujo trabalho está voltado particularmente para o norte, Branca Carvalho, José Antunes, Vidal Pinto, Jorge Araújo, António Lopes, Emídio Ribeiro, os camaradas Henrique Sousa e Carlos Costa, conhecidos «naturais» da região, e ainda o camarada Álvaro Cunhal.

A intervenção do Partido na região do Porto foi tema para a intervenção de Emídio Ribeiro, da DORP e da CP, do PCP que referiu as muitas dezenas de iniciativas de esclarecimento e debate, onde milhares de pessoas têm discutido «além do problema da alternativa política, questões tão diversificadas como os problemas do emprego e do desenvolvimento, da Constituição e do acesso ao Direito e à Justiça, da

74° aniversário do PCP

PCP A A ESQUERDA NECESSÁRIA
para uma nova política

regionalização e das áreas metropolitanas, da educação, do ensino ou da saúde, do ambiente, da cultura e do urbanismo, da agricultura e do mundo rural». Porque têm sido iniciativas para discutir os problemas das pessoas e do País real, não têm merecido os especiais favores dos telejornais, lamentou Emídio Ribeiro, para lembrar que «os comunistas sabem por experiência própria que, nesta luta com meios tão desiguais, a sua força reside na força do seu Partido, na sua organização, na sua acção militante e não deixarão nos próximos meses de intensificar a sua actividade para travar com êxito as importantes batalhas políticas que têm pela frente, com destaque para as próximas eleições legislativas».

Que a «juventude não serve só para enfeitar», que «há muitos jovens que não se calam», contra o desemprego e o trabalho precário, contra o regime de acesso ao ensino superior e as provas globais, ou contra as propinas e a inexistente acção social, falou Renata Freitas, da Direcção do Ensino Superior do Porto da JCP. Lembrando a contestada expressão «juventude rasca» com que foram apelidados os jovens portugueses não

Intervenção de Álvaro Cunhal no Porto

Tarefas centrais do Partido no

Há quem não compreenda nem queira compreender o que se está a passar com o nosso Partido.

Anunciaram a morte do comunismo. Anunciaram o fatal declínio e o próximo desaparecimento do PCP. E afinal, ao comemorar agora o seu 74º aniversário, o PCP, numa luta sem dúvida difícil e defrontando numerosos obstáculos, não está a declinar mas a subir. Não está a andar para trás, mas a andar para a frente. Não está a perder mas a recrutar novos militantes. Não está a perder o apoio dos trabalhadores e das massas mas a reforçá-lo e alargá-lo. Não está a perder a juventude, mas a ganhá-la. Não está, como estão outros partidos, agitado, nervoso, indeciso e precipitado, mas lutando com segurança e convicta serenidade. Nas ideias, na acção, no empenhamento militante, o PCP está vivo, unido, com força, respondendo à situação, firme e combativo na luta actual quando outros, ante a direita já meio derrotada, lhe estendem numa bandeja uma moratória até Outubro, em vez de a atirar borda fora como, a nosso ver, deviam ter feito. O PCP é e está assim precisamente porque, com a compreensão e o estímulo dos trabalhadores, de vastos sectores sociais, de muitos milhares de democratas que lutam ao seu lado, o PCP é, quer ser e continuará a ser um partido comunista digno dos 74 anos de existência e de luta que nestes dias comemoramos. Com orgulho do passado, empenhados na luta presente voltados para o futuro.

As tarefas centrais do Partido nas comemorações do 74º aniversário

A situação justifica inteiramente que se tenha decidido que, nas iniciativas comemorativas do 74º aniversário do Partido, seja dado destacado relevo às tarefas centrais inadiáveis no momento actual e no ano em curso.

É justo e necessário insistir em lembrar a acção e o papel do partido ao longo dos anos ao serviço do povo e do país, na luta sem paralelo contra a ditadura fascista e pela liberdade, na conquista, instauração e institucionalização do regime democrático, na resistência contra a política de direita e na defesa das conquistas e valores da revolução de Abril.

É particularmente necessário falar com verdade do passado porque está em curso uma gigantesca operação de falsificação da história. Procuram branquear e absolver a ditadura fascista dos seus crimes. O marcelismo teria sido a alvorada da democracia a os dissidentes do fascismo os autores e heróis da instauracão da liberdade. Aqueles que deram a vida na luta pela liberdade são esquecidos ou caluniados. A revolução de Abril é acusada de ter sido uma criminosa aventura. Os fascistas levantam cabeça. Cria-se uma rede de falsos historiadores e de "fazedores de opinião" que, dispondo de uma posição monopolista nos grandes órgãos de comunicação social, envenenam o conhecimento e a consciência dos portugueses. (...) A orientação, os objectivos, a luta ao longo do século, e o papel do PCP ou são silenciados ou grosseiramente deformados. (...)

A falsificação da história está sendo actualmente uma arma perversa da reacção. Inversamente, a verdade histórica tem para o nosso Partido um valor político e é também uma valiosa arma na luta presente. (...)

Lembramos e lembraremos o passado do Partido. Não como recordação saudosista, nem apenas como acto de justiça e reconhecimento para com gerações de comunistas que deram tudo de si próprios, incluindo a vida, na luta pela liberdade. Mas como dever para com o povo português e a nação portuguesa, como valorização de um património de experiências, de ensinamentos e valores necessários para a constante reflexão crítica e válidos para a luta presente na qual estamos profundamente empenhados.

Por isso, ao comemorarmos este ano o aniversário do nosso Partido, temos em conta que vivemos uma situação nova relativamente a anos anteriores. Não é a não antecipação das eleições que altera dados objectivos fundamentais.

A situação é nova, porque, depois de 10 anos de governo e maioria PSD com Cavaco Silva, Cavaco, o seu governo e o PSD entraram derrotados e em crise no ano de 1995 e passou a existir neste ano de 1995 a possibilidade objectivamente considerada de afastar a direita do poder e alcançar uma viragem democrática na política nacional.

Nova porque, no quadro político e partidário actualmente existente, torna-se mais claro do que nunca que só com uma política nova se podem resolver os gravíssimos problemas do país que a direita deixa como herança e que uma tal política nova só com o PCP será possível. (...)

Fracasso e derrota da política de direita

De há muito se impunha o afastamento de Cavaco e do seu governo e o termo da sua política antidemocrática de destruição e de desastre nacional.

Seria mais que suficiente para o seu afastamento o aberto desrespeito da Constituição e da legalidade pelo governo e pela maioria PSD na Assembleia da República.

Seria mais que suficiente o insolente e provocatório afrontamento e a declarada contestação das competências do Presidente da República, a guerra à independência dos Tribunais e a liquidação de mecanismos constitucionais de fiscalização da acção governativa - num ostensivo abuso do poder impedindo o normal funcionamento das instituições.

Seria mais que suficiente para o seu afastamento, a reconstituição e restauração dos grandes grupos monopolistas. (...)

Seria mais que suficiente a destruição do aparelho produtivo, a desindustrialização, o afundamento da agricultura e das pescas, a falência de milhares de pequenas e médias empresas, a desertificação de vastas zonas do país.

Seria mais que suficiente para o seu afastamento, a degradação da situação social, o agravamento da exploração dos trabalhadores, o quase meio milhão de desempregados, a extinção de centenas de milhar de postos de trabalho, os despedimentos em massa, a diminuição dos salários reais e os atrasos no seu pagamento, a liquidação de direitos vitais dos trabalhadores, o trabalho infantil, o agravamento dos problemas de saúde, de habitação, do ensino, as crescentes discriminações das mulheres, a situação, os gravíssimos problemas e a falta de perspectivas para a juventude,

a aflitiva situação de miséria dos reformados, idosos e deficientes, os flagelos da toxicodependência, da prostituição, da criminalidade e da insegurança dos cidadãos, o alastrar de grandes zonas de fome e de miséria contrastando com a centralização e acumulação de capitais em escandalosos pólos de riqueza e ostentação.

Seriam mais que suficientes para o seu afastamento as consequências para Portugal da política de capitulação na União Europeia, o sacrifício de interesses nacionais a interesses estrangeiros, a distância cada vez maior da coesão económica e social, a perda de atributos essenciais da independência e soberania nacionais à sombra do federalismo avançado pelo Tratado de Maastricht, que PSD e PS se apressaram a assinar de costas voltadas para o país.

Seria mais que suficiente o espectáculo que o país vê indignado e assombrado: dirigentes do PSD, ministros e secretários de Estado uns atrás dos outros com familiares e outros cúmplices, *leaders* e vice-*leaders* do grupo parlamentar do PSD, apaniguados em altos cargos, enxames de clientelas, a apropriarem-se dos recursos do Estado, a desviarem fundos, a fazerem negócios escuros, a acumularem fortunas, a

que o PSD ganhasse as próximas eleições, foi em si mesma a confissão do fracasso e da derrota da sua política e da gravidade da situação nacional a que 10 anos do seu governo conduziu o país.

Tal confissão de Cavaco teve confirmação no Congresso do PSD, em que o PSD, distanciando-se desajeitadamente do cavaquismo, proclamando a necessidade da "renovação" e procurando salvar-se, quis fazer crer ao país que mudando o chefe mudaria e corrigiria a política.

Foi o próprio Cavaco, foi o próprio PSD, a reconhecerem por formas tortas, o fracasso da sua política e a necessidade da sua substituição.

O momento acertado para dar voz ao povo português

Dizemos a necessidade. Mas acrescentamos: a possibilidade e a urgência.

Não só pelo fracasso geralmente reconhecido da política de direita. Não só pela confissão de derrota de Cavaco. Também por uma vastíssima movimenta-



refocilarem no pântano de ilegalidades, de corrupção, de actos do foro criminal, com a impunidade que Cavaco, o seu governo e a sua maioria absoluta na Assembleia da República foram sempre assegurando.

Seriam mais que suficiente também para demitir o governo PSD as medidas já em curso e o plano declarado de completa subversão do regime democrático. (...)

Toda esta situação tornou de há muito necessária a demissão do governo e uma solução democrática.

Como se isso não bastasse, os acontecimentos precipitaram-se em fins de 1994 e princípios de 1995. A renúncia de Cavaco Silva a continuar sendo chefe do PSD e a continuar a ser Primeiro-Ministro mesmo ção social desenvolvendo-se com objectivos concretos imediatos e tomando cada vez mais o carácter de oposição política reclamando o afastamento de Cavaco e do seu governo. É inquestionável que a movimentação social voltou e volta contra o governo centenas de milhar de portugueses que votaram anteriormente em Cavaco e no PSD.

O descontentamento generalizado e a movimentação social reduziram progressivamente a base de apoio social do governo e alargaram a base de apoio potencial das forças democráticas para uma alternativa à política de direita.

Cada vez mais isolados e desacreditados, o governo e o PSD entraram em crise. A substituição do governo entrou na ordem do dia.

há muito tempo, aquela dirigente da JCP considerou que «rasca é a política educativa, a insegurança no trabalho, rascas são as condições de estudo nas escolas, rasca é a política de direita e o Governo PSD».

«Se agora aqui viessem falar camaradas de Trás-os-Montes ou do Alto Minho, o que diriam? Dir-nos-iam da progressiva desertificação das suas aldeias e vilas. Das escolas sem crianças. Da emigração dos jovens. Do Posto Médico que fechou. Do carteiro que já não chega. Da linha férrea encerrada. Do vazio de pessoas e de esperança que cada vez mais toma conta das aldeias e vilas do interior.» Foram perguntas e respostas de António Lopes, da Comissão Política do PCP, que, pela sua ligação às organizações regionais de Viana do Castelo, Braga, Vila Real e Bragança, pôde dar uma visão dos diversos distritos do Norte, com as suas próprias realidades económicas, sociais, políticas e culturais, mas todos podendo ser testemunhas, das consequências nefastas da política de direita, em particular dos últimos dez anos.

A encerrar o comício, tomou a palavra o Camarada Álvaro Cunhal, cuja intervenção damos relevo nestas páginas.



74.º aniversário

Na hora certa, em contraste com o colaboracionismo do PS com a direita (procurando ainda acordos com o PSD para uma nova revisão da Constituição e novas leis eleitorais), o PCP respondeu à situação, reclamando (Comité Central, 12/13.Dez.94) as medidas institucionais adequadas para pôr fim imediato à criminosa actuação da direita: a dissolução da Assembleia da República, a realização de eleições antecipadas e a formação de um governo que assegure a democratização do processo e do acto eleitorais.

Esta reclamação, até então contestada como irrealista, correspondeu de tal forma à situação e ao sentimento geral, que ganhou rapidamente vastos sectores de opinião incluindo no próprio PS e em sectores sociais até recentemente apoiantes de Cavaco e do PSD.

A renúncia de Cavaco (comunicação em 23 de Janeiro) e a substituição de Presidente do PSD no congresso (19 de Fevereiro), pretendendo atabalhoadamente desresponsabilizar o PSD da gravíssima situação criada pelos 10 anos do seu governo, deram reforçada razão e impunham a urgência das medidas reclamadas.

Haverá alguém que esteja iludido, camaradas? Haverá alguém que não veja que se trata de uma desesperada operação de maquilhagem do PSD e do próprio Cavaco para tentarem ainda evitar a derrota, a perda das eleições, o afastamento do poder? (...)

A anunciada "renovação" e "rectificação" é no fim de contas um trajo de entrudo, próprio das alturas do ano em que foi envergado.

O PSD ganhou as eleições anteriores e a maioria na Assembleia da República na base do apoio a um chefe absoluto, a um Primeiro-Ministro absoluto, à sua política pessoal. Os acontecimentos alteraram a situação em termos políticos e em termos institucionais.

A maioria absoluta do PSD na Assembleia da República, o Governo PSD, a continuação do demissionário Cavaco como Primeiro-Ministro, perderam qualquer legitimidade.

Era agora, no mês de Março, a hora acertada, a hora exacta para decidir a dissolução da Assembleia da República, para dar a voz ao povo português através da realização de eleições antecipadas e da demissão do Governo a fim de garantir a democraticidade do processo e do acto eleitorais.

O PS primeiro opôs-se teimosamente às eleições antecipadas, depois admitiu-as, depois voltou a negá-las, num sim/não/ó quem dera, indo ao ponto de propor, numa tal situação, novos esquemas de colaboração com o PSD, como é o caso das leis eleitorais. O CDS, crismado de "Popular" quando como assumida extrema-direita se afasta ainda mais do povo, disse que sim e depois disse que não.

O PCP, pela sua parte, defendeu firmemente a dissolução da Assembleia da República e as eleições antecipadas tanto perante o povo como nos encontros com o Presidente da República a quem cabe constitucionalmente a competência de as tomar.

Cada qual assume as suas responsabilidades. Perante o povo e o país, o PCP assumiu e assume as suas. Que se saiba, que se compare e que se não esqueça.

O Presidente da República, tinha tido já antes outras ocasiões em que plenamente era justificado e teria apoio do país a sua intervenção (quando do repe-

tido afrontamento das suas competências, impedindo o regular funcionamento das instituições, quando da ponte, quando do rebentar da tempestade de escândalos e irregularidades ao mais alto nível, quando da renúncia de Cavaco).

Agora referiu é certo publicamente muitas das razões que indicavam a necessidade e urgência política e institucional da dissolução da Assembleia da República e de eleições antecipadas e de demissão do Governo. Mas acabou por decidir o contrário

Uma tal decisão assume extraordinária gravidade. Num momento em que a direita está de facto derrotada, desautorizada, desorientada, insegura, manter
a Assembleia da República com maioria absoluta do
PSD e manter o Governo do PSD com Cavaco Silva
até às eleições em Outubro, corresponde a uma
moratória dada ao Governo, ao PSD e à sua actual
maioria na Assembleia da República para procurarem sair da situação desesperada em que se
encontram, recompor-se, prosseguir a sua política
de destruição, procurar levar por diante o seu
plano de subversão completa do regime democrático e utilizar o poder e os recursos do Estado e
instrumentalizar a comunicação social para tentar
evitar a derrota eleitoral.

Isto corresponde, objectivamente, a lançar uma bóia à direita no preciso momento em que ela está a afundar-se.

Parece que era isto que o PS queria. E daqui é lícito presumir que há quem, proclamando palavrosa oposição ao Governo e ao PSD, tenha mais medo da derrota da direita que da sua vitória.

O PCP e a esquerda necessária para uma nova política

A continuação do Governo do PSD e da sua maioria na Assembleia da República até Outubro cria novos perigos e novas dificuldades e obriga a um maior esforço para que a direita seja derrotada nas eleicões.

Novos perigos, novas dificuldades. Mas (e esta ideia é fundamental) a possibilidade mantém-se de derrotar a direita e operar uma viragem democrática na vida nacional.

As razões apontadas para a eleições antecipadas são razões para confiar na possibilidade de derrotar da direita nas próximas eleições.

As eleições legislativas podem considerar-se como a grande batalha política do ano. (...)

A concorrência às eleições situa-se assim num lugar central entre as tarefas do Partido no ano corrente.

Está já anunciado que o Partido se apresentará às eleições integrado na CDU, Coligação Democrática Unitária. É com alegria que continuamos a contar com a luta e a coerência, a que atribuímos extraordinário valor, dos nossos companheiros do Partido Ecologista os Verdes (PEV) e da Intervenção Democrática (ID) e dos numerosos democratas independentes (isto é sem filiação partidária) que têm constituído não só um suporte activo mas uma activa, responsável e independente participação na CDU.

Trabalhamos para reforçar e alargar o quadro unitário da CDU, com grande abertura às diferenças

de opinião, à reflexão comum, ao acerto das soluções e das iniciativas.

Não se iludam porém a si próprios certos propagandistas da direita, quando insinuam que o PCP concorre na CDU para se esconder do eleitorado e facilitar uma maior votação. É uma das muitas grosseiras mentiras da propaganda anticomunista.

A CDU não significa nem a diluição do PCP no quadro unitário, nem o apagamento do PCP como tal, com a sua intervenção e com a sua identidade próprias.

A força do PCP, como partido comunista que é, constitui um elemento fundamental da força do movimento unitário, da CDU, da esquerda, da democracia, e um factor que pode ser determinante do resultado eleitoral.

No quadro unitário da CDU, o PCP apresenta--se ao eleitorado portador de uma proposta de solução dos grandes problemas nacionais - a proposta de uma nova política.

O Debate com o País, com o êxito da impressionante série de iniciativas com larga e aberta participação, tem permitido aprofundar e definir com mais rigor as medidas necessárias para a solução dos graves problemas nacionais.

A consigna "a esquerda necessária para uma nova política" traduz a ideia de que a grande questão que se coloca ao país não é só derrotar o PSD, não é substituir as pessoas e os partidos que governam para com outras pessoas e outros partidos continuar no essencial a política de direita. A grande questão é alcançar uma política realmente de esquerda e forças políticas necessariamente unidas para realizá-la e capazes de realizá-la. Uma política que signifique um regime de liberdade e um Estado democrático, o desenvolvimento económico com a sua vertente social, o melhoramento das condições de vida e do bem-estar do povo português, uma verdadeira política cultural, a real defesa dos interesses nacionais e da independência nacional no quadro da Europa.

Não é só opinião do PCP, mas uma realidade objectiva, que uma viragem democrática e uma alternativa democrática só são possíveis com a participação do PCP. E devemos ainda acrescentar: os comunistas estão sem qualquer dúvida em condições de no Governo cumprirem a sua palavra e as propostas que fazem ao povo, de corresponder à confiança que neles o povo venha a depositar.

O voto no PCP e na CDU, e em particular uma forte representação parlamentar correspondente, será sempre elemento político indispensável de uma maioria democrática para a formação de um governo democrático.

Se se fala em voto útil este não será certamente no PS, com ambições bipolarizadoras e hegemonizantes. Um PS cujas ideias programáticas são semelhantes às do PSD em questões essenciais - a restauração dos grupos monopolistas e do seu poder, as privatizações, a liquidação de direitos dos trabalhadores e de direitos sociais, a chamada "reforma do regime político", a capitulação nacional na União Europeia. Um PS que, mesmo agora, na antevéspera de eleições, continuou a mostrar-se inclinado a acordos e colaboracionismo com a direita, como é o caso das leis eleitorais.

O voto mais seguro na esquerda, o verdadeiro voto útil, para por termo à política de direita é assegurar uma nova política, numa política democrática, será o voto no PCP, o voto na CDU.

A luta de massas – factor determinante para a derrota da direita

As eleições legislativas são a grande tarefa política do ano. É porém necessário acrescentar que o afas-tamento da direita do governo, uma viragem democrática, o próprio resultado eleitoral, não se alcançarão apenas pelo empenhamento na luta eleitoral, mas também pelo empenhamento noutras direcções fundamentais da actividade partidária. Nomeadamente pelo empenhamento no desenvolvimento das lutas de massas e pelo constante trabalho de reforço do Partido.

Temos dificuldades para cumprir simultaneamente tão diversas e complexas tarefas e não as ocultamos: insuficiências de organização, de quadros, de meios técnicos, de recursos financeiros. E porém uma realidade que estas três direcções de actividade (as eleições, as lutas de massas e o reforço do Partido), se devidamente conduzida a sua realização, podem não só não contradizer-se, como complementar-se e interajudar-se.

Ao comemorarmos o 74º aniversário do nosso Partido, sabemos bem, pela longa experiência, o que representaram as lutas de massas na luta antifascista, no derrubamento da ditadura, na conquista da liberdade e da democracia, na defesa efectiva dos interesses do povo e do país. Não se trata de uma palavra de ordem dogmatizada, mas de uma larga experiência de luta e de conceitos assentes nessa experiência.

Salvo raras excepções, a instrumentalização pela direita dos grandes meios de comunicação social oculta ao povo português a amplitude das lutas de massas, o seu significado e a sua influência em grande parte determinante na vida nacional.

Nós perguntamos, camaradas: alguém pensa a sério que a retirada e a renúncia de Cavaco Silva foram determinadas pelas razões que invoca e não pela busca de uma saída para a situação desesperada em que se encontrava? Alguém pensa a sério que foram determinadas pelas torrentes da oposição verbal repetitiva do PS? Não, camaradas. Foram sim determinadas pelo completo insucesso da "política de sucesso", pelo rotundo fracasso da acção do Governo, pela sua incapacidade para estacar e muito menos para inverter a evolução desastrosa da economia e da situação social, pelo incontido estoirar de erros monumentais, além de exemplos palmares de incompetência, pela vaga suja de corrupção nas mais altas esferas do PSD e do seu Governo.

Foram sim determinadas pela oposição firme e coerente - a mais firme e coerente oposição - do PCP e de outros democratas na Assembleia da República, nas autarquias e noutras instituições democráticas.

Foram sim determinadas (e esse foi um factor fundamental) pelas lutas de massas (...), ou seja, pela amplitude e força da grande frente social em movimento contra o governo, contra Cavaco, contra a direita.

Foram esses os factores que isolaram progressivamente Cavaco e o seu Governo, que os encostaram à parede e os conduziram a uma crise profunda.

O Governo procura silenciar a força do povo em luta. E em certa medida consegue que o povo não avalie a força que realmente tem. É necessário que o



acolher o entusiasmo dos milhares de militantes e simpatizantes da região da região norte do país, que ali se dirigiram, no passado domingo, para comemorar o 74.º aniversário do PCP, uma iniciativa que contido tou com um convidado especial, o camarada Álvaro Cunhal, Presidente do Conselho Nacional do PCP.

Vista da marginal do Porto, a Beira-Rio de Vila Nova de Gaia estava mais colorida, com o vermelho das muitas bandeiras do Partido levadas pelos que se dirigiam ao local onde, cedo, cerca das 15.30 horas, começou a festa, com a participação do grupo de música popular portuguesa

A abrir, foram palavras de António Filipe, da Direcção Regional do Porto, para falar dos escassos meios de que dispõe o PCP, da conhecida desproporção de recursos que, porém, não o tem impedido de «mobilizar, de motivar as pessoas à participação, de elevar a consciência colectiva, de estimular a reflexão, de unir esforços e lutar contra as injustiças

O Pavilhão de Exposições de Vila Nova de Gaia foi pequeno para Nacional de Fundos de angariação de 150 mil contos para o Partido, que visa atenuar essa grande desproporção de meios e que decorre até Dezembro do ano corrente, foi então feito por aquele dirigente do Par-

> De seguida, foram chamados para a mesa do comício representantes das Direcções Regionais que mobilizaram a iniciativa, de Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real, outros dirigentes nacionais do Partido cujo trabalho está voltado particularmente para o norte, Branca Carvalho, José Antunes, Vidal Pinto, Jorge Araújo, António Lopes, Emídio Ribeiro, os camaradas Henrique Sousa e Carlos Costa, conhecidos «naturais» da região, e ainda o camarada Álvaro Cunhal.

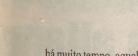
A intervenção do Partido na região do Porto foi tema para a intervenção de Emídio Ribeiro, da DORP e da CP do PCP que referiu as muitas dezenas de iniciativas de esclarecimento e debate, onde milhares de pessoas têm discutido «além do problema da alternativa política, questões tão diversificadas como os problemas do emprego e do e desigualdades». Um apelo para a contribuição de todos na Campanha desenvolvimento, da Constituição e do acesso ao Direito e à Justiça, da

regionalização e das áreas metropolitanas, da educação, do ensino ou da saúde, do ambiente, da cultura e do urbanismo, da agricultura e do mundo rural». Porque têm sido iniciativas para discutir os problemas das pessoas e do País real, não têm merecido os especiais favores dos telejornais, lamentou Emídio Ribeiro, para lembrar que «os comunistas sabem por experiência própria que, nesta luta com meios tão desiguais, a sua força reside na força do seu Partido, na sua organização, na sua acção militante e não deixarão nos próximos meses de intensificar a sua actividade para travar com êxito as importantes batalhas políticas que têm pela frente, com destaque para as próximas eleições legislati-

74º aniversário do PCP

PCP A A ESQUERDA NECESSÁRIA para uma nova política

Que a «juventude não serve só para enfeitar», que «há muitos jovens que não se calam», contra o desemprego e o trabalho precário, contra o regime de acesso ao ensino superior e as provas globais, ou contra as propinas e a inexistente acção social, falou Renata Freitas, da Direcção do Ensino Superior do Porto da JCP. Lembrando a contestada expressão «juventude rasca» com que foram apelidados os jovens portugueses não



há muito tempo, aquela dirigente da JCP considerou que «rasca é a política educativa, a insegurança no trabalho, rascas são as condições de estudo nas escolas, rasca é a política de direita e o Governo PSD».

«Se agora aqui viessem falar camaradas de Trás-os-Montes ou do Alto Minho, o que diriam? Dir-nos-iam da progressiva desertificação das suas aldeias e vilas. Das escolas sem crianças. Da emigração dos jovens. Do Posto Médico que fechou. Do carteiro que já não chega. Da linha férrea encerrada. Do vazio de pessoas e de esperança que cada vez mais toma conta das aldeias e vilas do interior.» Foram perguntas e respostas de António Lopes, da Comissão Política do PCP, que, pela sua ligação às organizações regionais de Viana do Castelo, Braga, Vila Real e Bragança, pôde dar uma visão dos diversos distritos do Norte, com as suas próprias realidades económicas, sociais, políticas e culturais, mas todos podendo ser testemunhas, das consequências nefastas da política de direita, em particular dos últimos dez anos.

A encerrar o comício, tomou a palavra o Camarada Álvaro Cunhal, cuja intervenção damos relevo nestas páginas.



Intervenção de Álvaro Cunhal no Porto

Tarefas centrais do Partido no 74.º aniversário

Há quem não compreenda nem queira compreender o que se está a passar com o nosso Partido.

rosos obstáculos, não está a declinar mas a subir. Não a perder o apoio dos trabalhadores e das massas mas a qual estamos profundamente empenhados. reforçá-lo e alargá-lo. Não está a perder a juventude, mas a ganhá-la. Não está, como estão outros partidos, agitado, nervoso, indeciso e precipitado, mas lutando com segurança e convicta serenidade. Nas ideias, na acção, no empenhamento militante, o PCP está vivo, unido, com força, respondendo à situação, firme e combativo na luta actual quando outros, ante a direita já meio derrotada, lhe estendem numa bandeja uma moratória até Outubro, em vez de a atirar borda fora como, a nosso ver, deviam ter feito. O PCP é e está assim precisamente porque, com a compreensão e o estímulo dos trabalhadores, de vastos sectores sociais, de muitos milhares de democratas que lutam ao seu lado, o PCP é, quer ser e continuará a ser um partido comunista digno dos 74 anos de existência e de luta que nestes dias comemoramos. Com orgulho do passado, empenhados na luta presente voltados para o futuro.

As tarefas centrais do Partido nas comemorações do 74º aniversário

A situação justifica inteiramente que se tenha decidido que, nas iniciativas comemorativas do 74º aniversário do Partido, seja dado destacado relevo às tarefas centrais inadiáveis no momento actual e

É justo e necessário insistir em lembrar a acção e o papel do partido ao longo dos anos ao serviço do povo e do país, na luta sem paralelo contra a ditadura fascista e pela liberdade, na conquista, instauração e institucionalização do regime democrático, na resistên- rio afrontamento e a declarada contestação das comcia contra a política de direita e na defesa das con- petências do Presidente da República, a guerra à indequistas e valores da revolução de Abril.

passado porque está em curso uma gigantesca opera- nativa - num ostensivo abuso do poder impedindo o ção de falsificação da história. Procuram branquear e normal funcionamento das instituições. absolver a ditadura fascista dos seus crimes. O marcelismo teria sido a alvorada da democracia a os dissidentes do fascismo os autores e heróis da instauração da liberdade. Aqueles que deram a vida na luta pela liberdade são esquecidos ou caluniados. A revolução de Abril é acusada de ter sido uma criminosa agricultura e das pescas, a falência de milhares de aventura. Os fascistas levantam cabeça. Cria-se uma pequenas e médias empresas, a desertificação de vasrede de falsos historiadores e de "fazedores de opitas zonas do país. nião" que, dispondo de uma posição monopolista nos grandes órgãos de comunicação social, envenenam o degradação da situação social, o agravamento da conhecimento e a consciência dos portugueses. (...) exploração dos trabalhadores, o quase meio milhão A orientação, os objectivos, a luta ao longo do século, de desempregados, a extinção de centenas de milhar e o papel do PCP ou são silenciados ou grosseiramen- de postos de trabalho, os despedimentos em massa, a

te deformados. (...) A falsificação da história está sendo actualmen- mento, a liquidação de direitos vitais dos trabalhadote uma arma perversa da reacção. Inversamente, res, o trabalho infantil, o agravamento dos problemas a verdade histórica tem para o nosso Partido um de saúde, de habitação, do ensino, as crescentes disvalor político e é também uma valiosa arma na criminações das mulheres, a situação, os gravíssimos luta presente. (...)

Não como recordação saudosista, nem apenas como deficientes, os flagelos da toxicodependência, da Anunciaram a morte do comunismo. Anunciaram o acto de justiça e reconhecimento para com gerações fatal declínio e o próximo desaparecimento do PCP. E de comunistas que deram tudo de si próprios, incluinafinal, ao comemorar agora o seu 74º aniversário, o do a vida, na luta pela liberdade. Mas como dever PCP, numa luta sem dúvida difícil e defrontando nume- para com o povo português e a nação portuguesa, como valorização de um património de experiências, está a andar para trás, mas a andar para a frente. Não de ensinamentos e valores necessários para a constanestá a perder mas a recrutar novos militantes. Não está te reflexão crítica e válidos para a luta presente na

Por isso, ao comemorarmos este ano o aniversário do nosso Partido, temos em conta que vivemos uma situação nova relativamente a anos anteriores. Não é a não antecipação das eleições que altera dados objectivos fundamentais.

A situação é nova, porque, depois de 10 anos de governo e majoria PSD com Cavaco Silva, Cavaco, o seu governo e o PSD entraram derrotados e em crise no ano de 1995 e passou a existir neste ano de 1995 a possibilidade objectivamente considerada de afastar a direita do poder e alcançar uma viragem democrática na política nacional.

Nova porque, no quadro político e partidário actualmente existente, torna-se mais claro do que nunca que só com uma política nova se podem resolver os gravíssimos problemas do país que a direita deixa como herança e que uma tal política nova só com o PCP será possível. (...)

Fracasso e derrota da política de direita

De há muito se impunha o afastamento de Cavaco e do seu governo e o termo da sua política antidemocrática de destruição e de desastre nacional.

Seria mais que suficiente para o seu afastamento o aberto desrespeito da Constituição e da legalidade pelo governo e pela maioria PSD na Assembleia da

Seria mais que suficiente o insolente e provocatópendência dos Tribunais e a liquidação de mecanis-É particularmente necessário falar com verdade do mos constitucionais de fiscalização da acção gover-

> Seria mais que suficiente para o seu afastamento, a reconstituição e restauração dos grandes grupos monopolistas. (...)

Seria mais que suficiente a destruição do aparelho produtivo, a desindustrialização, o afundamento da

Seria mais que suficiente para o seu afastamento, a diminuição dos salários reais e os atrasos no seu pagaproblemas e a falta de perspectivas para a juventude,

prostituição, da criminalidade e da insegurança dos cidadãos, o alastrar de grandes zonas de fome e de miséria contrastando com a centralização e acumulação de capitais em escandalosos pólos de riqueza e

Seriam mais que suficientes para o seu afastamento as consequências para Portugal da política de capitulação na União Europeia, o sacrifício de interesses nacionais a interesses estrangeiros, a distância cada vez maior da coesão económica e social, a perda de atributos essenciais da independência e soberania nacionais à sombra do federalismo avançado pelo Tratado de Maastricht, que PSD e PS se apressaram a assinar de costas voltadas para o país.

Seria mais que suficiente o espectáculo que o país vê indignado e assombrado: dirigentes do PSD, ministros e secretários de Estado uns atrás dos outros com familiares e outros cúmplices, leaders e vice--leaders do grupo parlamentar do PSD, apaniguados em altos cargos, enxames de clientelas, a apropria-

Lembramos e lembraremos o passado do Partido. a aflitiva situação de miséria dos reformados, idosos e que o PSD ganhasse as próximas eleições, foi em si mesma a confissão do fracasso e da derrota da sua política e da gravidade da situação nacional a que 10 anos do seu governo conduziu o país.

Tal confissão de Cavaco teve confirmação no Congresso do PSD, em que o PSD, distanciando-se desajeitadamente do cavaquismo, proclamando a necessidade da "renovação" e procurando salvar--se, quis fazer crer ao país que mudando o chefe mudaria e corrigiria a política.

Foi o próprio Cavaco, foi o próprio PSD, a reconhecerem por formas tortas, o fracasso da sua política e a necessidade da sua substituição.

O momento acertado para dar voz ao povo português

Dizemos a necessidade. Mas acrescentamos: a possibilidade e a urgência.

Não só pelo fracasso geralmente reconhecido da rem-se dos recursos do Estado, a desviarem fundos, a política de direita. Não só pela confissão de derrota fazerem negócios escuros, a acumularem fortunas, a de Cavaco. Também por uma vastíssima movimenta-



refocilarem no pântano de ilegalidades, de corrupção, ção social desenvolvendo-se com objectivos concre-

Assembleia da República foram sempre assegurando. Seriam mais que suficiente também para demitir o governo PSD as medidas já em curso e o plano declarado de completa subversão do regime demo- anteriormente em Cavaco e no PSD.

Toda esta situação tornou de há muito necessária a demissão do governo e uma solução demo-

Como se isso não bastasse, os acontecimentos precipitaram-se em fins de 1994 e princípios de 1995. A renúncia de Cavaco Silva a continuar sendo chefe do PSD e a continuar a ser Primeiro-Ministro mesmo governo entrou na ordem do dia.

de actos do foro criminal, com a impunidade que tos imediatos e tomando cada vez mais o carácter de Cavaco, o seu governo e a sua maioria absoluta na oposição política reclamando o afastamento de Cavaco e do seu governo. É inquestionável que a movimentação social voltou e volta contra o governo centenas de milhar de portugueses que votaram

O descontentamento generalizado e a movimentação social reduziram progressivamente a base de apoio social do governo e alargaram a base de apoio potencial das forças democráticas para uma alternativa à política de direita.

Cada vez mais isolados e desacreditados, o governo e o PSD entraram em crise. A substituição do

Na hora certa, em contraste com o colaboracio- tido afrontamento das suas competências, impedindo nismo do PS com a direita (procurando ainda acordos o regular funcionamento das instituições, quando da com o PSD para uma nova revisão da Constituição e novas leis eleitorais), o PCP respondeu à situação, reclamando (Comité Central, 12/13.Dez.94) as medidas institucionais adequadas para pôr fim imediato à criminosa actuação da direita: a dissolução da Assembleia da República, a realização de eleições antecipadas e a formação de um governo que assegure a democratização do processo e do acto eleitorais.

Esta reclamação, até então contestada como irrealista, correspondeu de tal forma à situação e ao sentimento geral, que ganhou rapidamente vastos sectores de opinião incluindo no próprio PS e em sectores sociais até recentemente apoiantes de Cavaco e

A renúncia de Cavaco (comunicação em 23 de Janeiro) e a substituição de Presidente do PSD no congresso (19 de Fevereiro), pretendendo atabalhoadamente desresponsabilizar o PSD da gravíssima situação criada pelos 10 anos do seu governo, deram reforçada razão e impunham a urgência das medidas reclamadas.

Haverá alguém que esteja iludido, camaradas? Haverá alguém que não veja que se trata de uma desesperada operação de maquilhagem do PSD e do próprio Cavaco para tentarem ainda evitar a derrota, a perda das eleições, o afastamento do

A anunciada "renovação" e "rectificação" é no fim de contas um trajo de entrudo, próprio das alturas do ano em que foi envergado.

O PSD ganhou as eleições anteriores e a maioria na Assembleia da República na base do apoio a um chefe absoluto, a um Primeiro-Ministro absoluto, à sua polífica pessoal. Os acontecimentos alteraram a situação em termos políticos e em termos institucionais.

A maioria absoluta do PSD na Assembleia da República, o Governo PSD, a continuação do demissionário Cavaco como Primeiro-Ministro, perderam qualquer legitimidade.

hora exacta para decidir a dissolução da Assem- eleições. bleia da República, para dar a voz ao povo português através da realização de eleições antecipadas e da demissão do Governo a fim de garantir a democraticidade do processo e do acto eleitorais.

O PS primeiro opôs-se teimosamente às eleições antecipadas, depois admitiu-as, depois voltou a negá--las, num sim/não/ó quem dera, indo ao ponto de propor, numa tal situação, novos esquemas de colaboração com o PSD, como é o caso das leis eleitorais. O CDS, crismado de "Popular" quando como assumida extrema-direita se afasta ainda mais do povo, disse que sim e depois disse que não.

O PCP, pela sua parte, defendeu firmemente a dissolução da Assembleia da República e as eleições antecipadas tanto perante o povo como nos encontros com o Presidente da República a quem cabe constitucionalmente a competência de as tomar.

Cada qual assume as suas responsabilidades. Perante o povo e o país, o PCP assumiu e assume as suas. Que se saiba, que se compare e que se não

O Presidente da República, tinha tido já antes outras ocasiões em que plenamente era justificado e teria apoio do país a sua intervenção (quando do repe-

ponte, quando do rebentar da tempestade de escândalos e irregularidades ao mais alto nível, quando da renúncia de Cavaco).

Agora referiu é certo publicamente muitas das razões que indicavam a necessidade e urgência política e institucional da dissolução da Assembleia da República e de eleições antecipadas e de demissão do Governo. Mas acabou por decidir o contrário.

Uma tal decisão assume extraordinária gravidade. Num momento em que a direita está de facto derrotada, desautorizada, desorientada, insegura, manter a Assembleia da República com maioria absoluta do PSD e manter o Governo do PSD com Cavaco Silva até às eleições em Outubro, corresponde a uma moratória dada ao Governo, ao PSD e à sua actual maioria na Assembleia da República para procurarem sair da situação desesperada em que se encontram, recompor-se, prosseguir a sua política de destruição, procurar levar por diante o seu plano de subversão completa do regime democrático e utilizar o poder e os recursos do Estado e instrumentalizar a comunicação social para tentar evitar a derrota eleitoral.

Isto corresponde, objectivamente, a lançar uma bóia à direita no preciso momento em que ela está a

Parece que era isto que o PS queria. E daqui é lícito presumir que há quem, proclamando palavrosa oposição ao Governo e ao PSD, tenha mais medo da derrota da direita que da sua vitória.

O PCP e a esquerda necessária para uma nova política

A continuação do Governo do PSD e da sua maioria na Assembleia da República até Outubro cria novos perigos e novas dificuldades e obriga a um Era agora, no mês de Março, a hora acertada, a maior esforço para que a direita seja derrotada nas

Novos perigos, novas dificuldades. Mas (e esta ideia é fundamental) a possibilidade mantém-se de derrotar a direita e operar uma viragem democrática na vida nacional.

As razões apontadas para a eleições antecipadas são razões para confiar na possibilidade de derrotar da direita nas próximas eleições. As eleições legislativas podem considerar-se

como a grande batalha política do ano. (...) A concorrência às eleições situa-se assim num

lugar central entre as tarefas do Partido no ano Está já anunciado que o Partido se apresentará às

eleições integrado na CDU, Coligação Democrática Unitária. É com alegria que continuamos a contar com a luta e a coerência, a que atribuímos extraordinário valor, dos nossos companheiros do Partido Ecologista os Verdes (PEV) e da Intervenção Democrática (ID) e dos numerosos democratas independentes (isto é sem filiação partidária) que têm constituído não só um suporte activo mas uma activa, responsável e independente participação na CDU.

Trabalhamos para reforçar e alargar o quadro

de opinião, à reflexão comum, ao acerto das soluções A luta de massas

Não se iludam porém a si próprios certos propagandistas da direita, quando insinuam que o PCP concorre na CDU para se esconder do eleitorado e facilitar uma maior votação. E uma das muitas grosseiras mentiras da propaganda anticomunista.

A CDU não significa nem a diluição do PCP no quadro unitário, nem o apagamento do PCP como tal, com a sua intervenção e com a sua identidade

A força do PCP, como partido comunista que é, constitui um elemento fundamental da força do movimento unitário, da CDU, da esquerda, da democracia, e um factor que pode ser determinante do resultado eleitoral

No quadro unitário da CDU, o PCP apresenta--se ao eleitorado portador de uma proposta de solução dos grandes problemas nacionais - a proposta de uma nova política.

O Debate com o País, com o êxito da impressionante série de iniciativas com larga e aberta participação, tem permitido aprofundar e definir com mais rigor as medidas necessárias para a solução dos graves problemas nacionais.

com outras pessoas e outros partidos continuar no essencial a política de direita. A grande questão é luta e de conceitos assentes nessa experiência. alcançar uma política realmente de esquerda e forças políticas necessariamente unidas para realizá-la e capazes de realizá-la. Uma política que signifique um regime de liberdade e um Estado democrático, o desenvolvimento económico com a sua vertente social, o melhoramento das condições de vida e do bem-estar do povo português, uma verdadeira política cultural, a real defesa dos interesses nacionais e da independência nacional no quadro da Europa.

Não é só opinião do PCP, mas uma realidade objectiva, que uma viragem democrática e uma alternativa democrática só são possíveis com a bal repetitiva do PS? Não, camaradas. Foram sim os comunistas estão sem qualquer dúvida em con- sucesso", pelo rotundo fracasso da acção do Governo, dições de no Governo cumprirem a sua palavra e as propostas que fazem ao povo, de corresponder à confiança que neles o povo venha a depositar.

será sempre elemento político indispensável de esferas do PSD e do seu Governo. uma maioria democrática para a formação de um governo democrático.

PS, com ambições bipolarizadoras e hegemonizantes. autarquias e noutras instituições democráticas. sociais, a chamada "reforma do regime político", a tra a direita. capitulação nacional na União Europeia. Um PS que, mesmo agora, na antevéspera de eleições, continuou a mostrar-se inclinado a acordos e colaboracionismo com a direita, como é o caso das leis eleitorais.

O voto mais seguro na esquerda, o verdadeiro assegurar uma nova política, numa política democrática, será o voto no PCP, o voto na CDU.

factor determinante para a derrota da direita

As eleições legislativas são a grande tarefa política do ano. É porém necessário acrescentar que o afas-tamento da direita do governo, uma viragem democrática, o próprio resultado eleitoral, não se alcançarão apenas pelo empenhamento na luta eleitoral, mas também pelo empenhamento noutras direcções fundamentais da actividade partidária. Nomeadamente pelo empenhamento no desenvolvimento das lutas de massas e pelo constante trabalho de reforço do Partido.

Temos dificuldades para cumprir simultaneamente tão diversas e complexas tarefas e não as ocultamos: insuficiências de organização, de quadros, de meios técnicos, de recursos financeiros. É porém uma realidade que estas três direcções de actividade (as eleições, as lutas de massas e o reforço do Partido), se devidamente conduzida a sua realização, podem não só não contradizer-se, como complementar-se e interajudar-se.

Ao comemorarmos o 74º aniversário do nosso Partido, sabemos bem, pela longa experiência, o que A consigna "a esquerda necessária para uma nova representaram as lutas de massas na luta antifascista. política" traduz a ideia de que a grande questão que se no derrubamento da ditadura, na conquista da libercoloca ao país não é só derrotar o PSD, não é substidade e da democracia, na defesa efectiva dos interestuir as pessoas e os partidos que governam para ses do povo e do país. Não se trata de uma palavra de ordem dogmatizada, mas de uma larga experiência de

> Salvo raras excepções, a instrumentalização pela direita dos grandes meios de comunicação social oculta ao povo português a amplitude das lutas de massas, o seu significado e a sua influência em grande parte determinante na vida nacional.

Nós perguntamos, camaradas: alguém pensa a sério que a retirada e a renúncia de Cavaco Silva foram determinadas pelas razões que invoca e não pela busca de uma saída para a situação desesperada em que se encontrava? Alguém pensa a sério que foram determinadas pelas torrentes da oposição verparticipação do PCP. E devemos ainda acrescentar: determinadas pelo completo insucesso da "política de pela sua incapacidade para estacar e muito menos para inverter a evolução desastrosa da economia e da situação social, pelo incontido estoirar de erros O voto no PCP e na CDU, e em particular uma monumentais, além de exemplos palmares de incomforte representação parlamentar correspondente, petência, pela vaga suja de corrupção nas mais altas

Foram sim determinadas pela oposição firme e coerente - a mais firme e coerente oposição - do PCP e Se se fala em voto útil este não será certamente no de outros democratas na Assembleia da República, nas

Um PS cujas ideias programáticas são semelhantes às Foram sim determinadas (e esse foi um factor fundo PSD em questões essenciais - a restauração dos grudamental) pelas lutas de massas (...), ou seja, pela pos monopolistas e do seu poder, as privatizações, a amplitude e força da grande frente social em liquidação de direitos dos trabalhadores e de direitos movimento contra o governo, contra Cavaco, con-

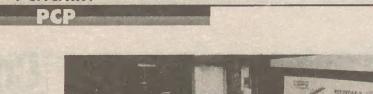
> Foram esses os factores que isolaram progressivamente Cavaco e o seu Governo, que os encostaram à parede e os conduziram a uma crise profunda.

O Governo procura silenciar a força do povo em luta. E em certa medida consegue que o povo não voto útil, para por termo à política de direita é avalie a força que realmente tem. É necessário que o



16-3-95







Álvaro Cunhal no Porto

(Continuação da pág. 5)

povo português ganhe plena consciência da sua própria fundamentalmente à sua luta a crise do PSD e a demissão de um Cavaco Silva derrotado

Também agora, para impedir que o PSD, o governo, Cavaco e a direita possam sair da crise e para que nas conhece importantes progressos - da "JCP, juventude próximas eleições sejam reduzidos a uma minoria e do PC". corridos do governo, o desenvolvimento das lutas de massas em todas as frentes é essencial.

Nós apoiamos a CGTP, a grande central sindical dos trabalhadores portugueses, central de classe, unitária, democrática e independente e os outros movimentos e organizações unitárias de massas.

Actuando nessas organizações e movimentos, defendendo a sua democracia interna e a sua unidade, os comunistas intensificarão a sua intervenção para que não só prossigam, mas se desenvolvam e intenacção governativa e por objectivos concretos imediatos, o que por si mesmo é imperativo e urgente. Mas também para que a luta de massas com objectivos imediatos contenha o objectivo e a perspectiva confiante da derrota da direita nas eleições e de uma alternativa democrática que só com o PCP pode ser assegurada.

O reforço do PCP - uma das grandes tarefas do ano

Ao comemorarmos o 74º aniversário do Partido,

devemos ter presente como experiência válida que, ao longo de toda a sua história, antes e depois do 25 de Abril, a maior capacidade de intervenção e de luta estiveram sempre ligadas de forma inseparável ao reforço

Seria erro pensar que, na actual situação, "não há tempo agora" para tratar do reforço do Partido.

A situação política, a dinâmica do trabalho partidário, o facto de que o PCP na actual crise política foi o único grande partido a defender coerentemente as eleições antecipadas como a situação impunha, o facto de que o PCP aparece como o mais firme opositor da direita e portador de uma política democrática alternativa, o crescente prestígio e autoridade do PCP como o mais coerente defensor dos interesses dos trabalhadocia nacional - criam condições favoráveis para o reforço do Partido.

E o reforço do Partido no momento actual cria, por sua vez, condições favoráveis a uma actuação eficaz para o desenvolvimento da luta de massas e da luta

Coloca-se assim, como uma das grandes tarefas do ano, o reforço orgânico, político e ideológico do

O reforço orgânico - com relevo para as organizações de base da classe operária e dos trabalhadores em geral, nomeadamente nas empresas, conforme com as conclusões da Conferência Nacional do Partido realizada em Novembro passado - objectivo que tem de ser compreendido como de importância vital no presente e no futuro para um partido que se afirma e é partido da classe operária e de todos os trabalhadores, das massas populares, do povo português, completamente independente dos interesses, das pressões e da ideologia das forças do capital.

O recrutamento - ganhando para o Partido companheiros de luta que, sem serem filiados, têm estado seus militantes, é e continuará a ser um partido coerentemente ao lado do Partido e prosseguindo e comunista digno desse nome.

acentuando a entrada no Partido de mulheres que já constituem actualmente 25% dos nossos efectivos mas cujas maiores responsabilidades são de promoforça, e, no referente à situação actual, de que se deve ver porque estão para isso inteiramente aptas, e de jovens de que contamos crescentes filiações ao mesmo tempo que apoiamos a actividade, a iniciativa, a voluntariosa afirmação e a influência - que

A renovação de quadros - e em muitos casos de organismos de direcção a vários níveis, como se tem verificado em recentes assembleias de organização, renovação realizada, não por conflitualidade ou luta pelo poder e ambição de chefia individual, como se observa noutros partidos, não por aplicação à vida interna, como fazem outros partidos (como vimos no Congresso do PSD, como vemos no PS) de processos de concorrência e disputa eleitoralista a lugares de chefia, mas por decisão democrática colectiva e fraternal sifiquem as lutas contra aspectos concretos da de que resulta a designação de dirigentes que dirigem mas não mandam nem comandam, cujo particular valor e responsabilidade individuais se devem sempre inserir no colectivo e que respondem pelos seus actos

perante o grande colectivo partidário. A efectiva prática de direcção colectiva e do trabalho colectivo, também a todos os níveis - aprofundando a reflexão comum, a crítica e a autocrítica que é imperativo manter vivas e construtivas, e contrariando práticas de sobreposição ao colectivo de opiniões e decisões individuais seja por defeituosa concepção, seja por hábito, seja por facto consumado.

A unidade - inseparável da democracia interna, incomparavelmente mais rica e profunda que noutros partidos. Com respeito dos direitos, deveres e intervenção criativa das organizações e dos militantes, e não deixando ao mesmo tempo que se desenvolvam concepções ou práticas de decisões autónomas que contrariem orientações fundamentais válidas para todo

O reforço político e ideológico - que implica simultaneamente uma orientação e propostas que respondam criativamente às mudanças da realidade e à situação actual e a confirmação e afirmação do objectivo de uma nova sociedade, uma sociedade socialista.

Porque, ao contrário do que outros fizeram ao ouvir os trovões das grandes tempestades mundiais, o PCP não meteu o socialismo na gaveta. Porque o PCP, confiando no ser humano, na luta e no futuro, recusa que a humanidade esteja fatalmente condenada ao domínio do grande capital e da reacção. Porque tanto a orientação relativa à hora actual, como os grandes objectivos relativos ao futuro, assentam numa teoria revolucionária, o marxismo-leninismo (cuja mera designação faz tremer as forças do capital) teoria que nasceu da vida e que se corrige e enriquece com a vida, e que (como indicou um dos seus fundadores) não só permite explicar o mundo, como ajuda a descobrir e a empreender o

caminho da sua transformação. O reforço do Partido é em si mesmo o reforço das características essenciais da sua identidade comu-

Comemoramos o 74º aniversário do Partido empenhados na realização das grandes tarefas que no ano em curso temos por diante: derrotar a direita nas eleições, abrir caminho a uma alternativa democrática, desenvolver a luta popular, reforçar o Partido.

Sempre com os trabalhadores, sempre com o povo, sempre abertos ao diálogo e à unidade com todos os democratas, estamos em condições de as empreender com ânimo, com dedicação, com confiança, porque, ao fim de 74 anos de actividade, o PCP, por vontade dos

3ª Assembleia Regionalde Coimbra Dar força à alteriativa

Mais de 150 delegados participaram nos trabalhos da 3ª Assembleia da Organização Regional de Coimbra, realizada no passado sábado nas instalações da Escola Secundária da Quinta das Flores, e que contou com a presenca do secretário-geral do Partido, camarada Carlos Carvalhas.

terminou pouco depois das mos analisar e discutir para cinco da tarde, momento em que se deu início ao comício com Carlos Carvalhas, foram efectuadas cerca de duas dezenas de intervenções que procuraram reflectir a situação da organização nos vários concelhos, organismos e frentes de

Sérgio Teixeira, membro da Comissão Política, fez o discurso de abertura sublinhando desde logo que um dos princi- ções pesqueiras, o esmagamenpais objectivos da assembleia é to do pequeno comércio em

Ao longo da Assembleia, que o reforço do Partido: «Pretendeencontrar caminhos e soluções. Analisar o meio onde estamos o que pensamos e propomos; as deficiências que temos - e como corrigi-las; a organização que

somos - e como melhorá-la.»

Debruçando-se sobre a evolução social e económica do distrito, o dirigente apontou a ruína da estrutura industrial e de centenas de explorações agríco-

favor das grandes superfícies comerciais, a desvalorização do Ensino Público e da Educação, a degradação da Saúde.

«As consequências são desastrosas», disse, acrescentando que «muitas famílias vivem em instabilidade permanente afectadas pela falta de emprego, pelos salários em atraso, pelas falências e desemprego. Cresce o número de pessoas que vivem no limiar da pobreza (...) cresce o número de novos pobres e a mendicidade».

Sérgio Teixeira deteve-se ainda sobre vários aspectos da organização, destacando no final da sua intervenção os documentos propostos à assembleia que contemplam «aspeclas, o abatimento das embarca- tos de análise e propostas para melhorar a organização».

Foi, de resto, nesse sentido

assembleia experiências do trabalho partidário nos Hospitais em empresas como a Estaco, em concelhias importantes caso da Figueira da Foz, Condeixa, Lousã, e outras.

Jorge Gouveia Monteiro falou sobre a comunicação do Partido, chamando a atenção para o facto do projecto de resolução política considerá-la «uma importantíssima forma de ligação às massas».

O trabalho nas organizações unitárias de agricultores foi analisado por Isménio de Oliveira, enquanto o camarada Vilela falou dos problemas dos reformados que continuam a lutar por um centro de dia.

Vasco Paiva, antecedendo a

que intervieram a seguir vários intervenção do jovem Ângelo camaradas que trouxeram à Alves, dirigente da JCP, defendeu de forma original a necessidade de apostar na juventude, da Universidade de Coimbra, como única forma de renovar e dinamizar as organizações do Partido.

Resolução aprovada

Submetido ao exame dos delegados, o projecto de resolução política sofreu 32 alterações, sendo depois aprovado por unanimidade. O documento aponta um conjunto de linhas para o desenvolvimento do distrito, define medidas para uma melhor intervenção e ligação às massas, bem como propõe importantes orientações para o reforço da organização do Partido no distrito.

Para além do relatório de actividade, a 3ª Assembleia aprovou ainda uma resolução sobre as eleições para a Assembleia da República que estabelece as principais linhas de intervenção bem como os objectivos eleitorais.

Apostando no combate e na

denúncia dos resultados da política de direita ao longo destes dez anos, os comunistas de Coimbra vão empenhar-se no esclarecimento e divulgação das suas propostas de desenvolvimento do distrito, tornando porta aberta para o voto e para a inserção social diversificada, participação consciente na cobertura geográfica equilibra-

Como objectivos nas próximas eleições, a resolução define «lutar pela representação da

construção de uma verdadeira da».

CDU na Assembleia da República pelo círculo eleitoral de Coimbra, (...) apresentar uma lista de candidatos que reflicta abertura política, firmeza e bem claro que a CDU «tem a combatividade, prestígio e esquerda no distrito e no País».

profundidade os sectores socipostas, de alegria e confiança». gina.

ais mais descontentes e motivados para a luta», abrindo «perspectivas de afirmação cívica e das e 15 entradas, tendo sido política a todos os democratas enriquecida no decorrer dos traque querem uma real viragem à A actividade pré-eleitoral assentará na «iniciativa descentralizada convergindo em gran-Por último, o documento de momentos de forte afirma- com Carlos Carvalhas, cujos

Regional contemplava 32 saíbalhos com mais dois camara-

Eleita a nova equipa de direcção, os trabalhos foram encerrados, dando-se início ao comício traça os contornos da campanha ção pública da CDU», será principais extractos da intereleitoral que deverá atingir «em «uma campanha de ideias, pro- venção publicamos nesta pá-

Extractos d'intervenção de Carlos Carvalhas em Coimbra

«O turbilhão da palavras e os temas-tabu»

sejam as da mudança de líder, quer sejam as da corredores de S. Bento, de «Rainha de Inglatersaída do Governo do presidente do partido que ra». E as recentes declarações de Pacheco Pereiapaguem as responsabilidades do PSD pela ra e de Fernando Nogueira mostram também grave situação social e económica e pelos dra- que a escalada de confrontação tenderá a máticos problemas que atingem os trabalhadores e a generalidade da população. As responsa- do Governo revela com clareza que o grande bilidades pela desestabilização institucional, económica e social pertencem à política de poder para precisamente o utilizar na pré-camdireita, à arrogância do Governo, à permanência no poder do PSD dezasseis anos seguidos. E solução da Assembleia da República, com o não há operações de branqueamento que disfarcem a necessidade de uma urgente mudança.

acessório para que tudo fique na mesma. Não uma mudança ilusória de caras e de etiquetas hoje atinge e agride tão violentamente os trabalhadores e as camadas médias comprometendo uma nova política.

Por isso dizemos aos trabalhadores e ao povo português que nas próximas eleições está nas suas mãos a grande oportunidade de afastar a direita do Governo, de pôr fim à política de direita e conquistar uma alternativa democrática.

República decidiu, neste momento, não dissol- os meios de comunicação social verem e divulver a Assembleia da República.

A sua decisão, que tem a nossa frontal oposição, foi um acto negativo, um tiro de pólvo- o salário mínimo, sobre a praga dos contratos a ra seca face aos pressupostos que invocou e prazo, sobre a ofensiva contra os direitos dos que o PSD está a aproveitar para aumentar a trabalhadores, sobre a redução do horário de escalada de confrontação institucional e para trabalho sem perda de salários, sobre as activicontinuar com a sua política de concentração de riqueza e de ofensiva contra os salários e sa da produção nacional (agrícola e outra), os direitos dos trabalhadores.

não ser que isso não lhe interesse eleitoralmente, logo que o Presidente da República deixe de ter objectivamente o poder de dissolução da Assembleia da República, o PSD passará a dar impunemente novos passos na escalada da arrogância, confrontação e provocação institucional e continuará a utilizar o aparelho de Estado e os dinheiros públicos, cada vez mais intensamente, como integrando os seus meios e recursos elei-

É sintomático que no PSD, após a declaração tização da Telecom?

(...) Não há habilidades nem manobras, quer do Presidente da República, já o apelidam, nos aumentar. Aliás, a saída de Fernando Nogueira objectivo do PSD era e é o de manter-se no panha e na campanha eleitoral. Com a não disactual Governo o País vai ficar sujeito à política de direita, do «quero, posso e mando» e numa Mas mudança a sério. Não uma mudança no situação apodrecida durante mais de sete meses.

Mas do que o país precisa não é da continuação da política de direita e dos seus golpes e mantendo no fundamental a mesma política que confrontações, da sua política de desestabilizacão institucional e social. Estamos numa grave situação económica e social, que o que necessio presente e o futuro de Portugal. É necessária tava era de uma clarificação institucional, pois é necessário dar resposta com urgência aos graves problemas que se continuam a agravar ou a

O país precisa de uma nova política e não de demagogia e falsas promessas. É por isso muito importante que os cidadãos separem o trigo do joio e atentem no comportamento e nas atitudes Contrariamente a 1987, o Presidente da de alguns partidos que fazem muita gritaria para garem mas que nunca se pronunciam, por exemplo, sobre os salários e em particular sobre dades especulativas e parasitárias, sobre a defesobre a invasão de produtos estrangeiros, sobre A atitude do PSD mostra com clareza que, a as privatizações e sobre os seus escândalos...

Estes são temas-tabu para certos partidos. Alguém os viu protestar por exemplo, pela

entrega de mais de 60 milhões de contos aos latifundiários e os largos milhões entregues a título de indemnizações aos grandes senhores do antigamente? Alguém os viu levantar um dedo contra as imposições da Comissão da Comunidade Europeia sobre o nível do défice orçamental? Alguém ouviu uma apreciação negativa ou sequer de preocupação com a priva-



for a cor e a graciosidade da embalagem e da níveis salariais, o combate decidido às injustiças

O desemprego e a melhoria do nível de vida. à cultura e ao lazer. Uma das questões de grande preocupação para os portugueses é a questão do emprego. O desemprego é ao mesmo tempo um terrível drama humano e um mal que gangrena a economia e a

Procura-se fazer crer aos portugueses que o desemprego é uma fatalidade. Não. Não é uma fatalidade, como não é uma fatalidade a política de promoção das actividades especulativas e parasitárias contra o emprego e contra as actividades produtivas. A economia e a sociedade não progridem esmagando o Ser humano.

E necessário um verdadeiro plano a favor do emprego e um plano de urgência para o emprego dos jovens que crie colocações e combata os contratos a prazo e os vínculos precários.

A melhoria do nível e da qualidade das condições de vida do povo exige uma política democrática, uma política que concretize na prática os direitos sociais, económicos e culturais dos cida-

E por isso necessário que os trabalhadores e o dãos, uma política que tenha como objectivos povo não se deixem iludir pelo turbilhão das centrais assegurar o direito ao trabalho e à segupalavras e das propostas genéricas, seja qual rança e estabilidade no emprego, a elevação dos encenação. O que conta não é a política-espectá- e desigualdades sociais, a melhoria significativa culo mas sim a resposta às questões concretas e o de serviços e equipamentos de grande importâncomportamento passado dos partidos quanto à cia social (segurança social, saúde, ensino, habigarantia do cumprimento das promessas para o tação e transportes), a defesa do ambiente e do património e o real e efectivo direito ao desporto,

> O balanço da política social do governo PSD/Cavaco Silva contradiz as mais profundas aspirações do nosso povo. A política económica incentivou a concentração da riqueza nas mãos de uma minoria, acentuou as assimetrias regionais e ampliou as desigualdades sociais, as manchas de pobreza e marginalidade. Este é que é o balanço real do poder absoluto do PSD.

Cresce o desemprego, a precariedade do emprego abrange uma parte significativa da população activa. Os salários em atraso, conhecem novo agravamento. Mantém-se o flagelo do trabalho infantil. Importantes empresas e sectores vivem dias dificeis, pondo em risco milhares de postos de trabalho. De ano para ano tem vindo a diminuir a parte do trabalho no rendimento nacional. A política de privatização e de negocismo a que são sujeitas a saúde, o ensino e a segurança social, com o consequente abandono por parte do Estado de obrigações para com os cidadãos,

agravou substancialmen- que do OE se façam as transferências necessárias te a situação destes importantes serviços sociais.

quotidiana: segurança, acesso à qualificação,

oportunidade de emprego e um quadro de vida

Uma outra questão que exige respostas con-

Nós defendemos melhor segurança social ao

A Constituição da República Portuguesa, ao

incumbir o Estado de organizar, coordenar e sub-

sidiar um sistema de segurança social unificado e

descentralizado, aponta para um quadro muito

Não se pode aceitar o princípio «quem quer

segurança social tem que pagá-la», a sua aplica-

ção gera injustiça social e contraria os princípios

da universalidade e da solidariedade, consagra-

Para uma segurança social que proteja os cida-

diferente do desenhado com a política de segu-

urbana restaurado.

cretas é a da segurança social.

rança social do cavaquismo.

dos na Constituição.

na velhice, é urgente:

serviço do bem-estar dos portugueses.

Esta política é inacei-Um Portugal moderno

e solidário não é um Por- cial; tugal resignado perante o — o respeito pelos objectivos da Segurança emprego precário, o Social, impedindo, assim, que seja usada para desemprego, os baixos suportar encargos, cada vez mais onerosos, com salários e a incerteza do acções que não são do seu âmbito.

dia de amanhã. Mas a melhoria do nível e qualidade de vida Reafirmamos que uma passa, também, pela concretização do direito à sociedade que não tem para oferecer a uma boa È necessário reestruturar o Serviço Nacional parte da juventude senão a perspectiva de um trabalho precário ou a emi-

de Saúde, por forma a recuperar a sua vitalidade e a sua função de garante de serviços de qualidade, acessíveis à população bem como a despartigração, é uma sociedade darização e desgovernamentalização dos órgãos que fecha o seu próprio de gestão dos serviços de saúde, para garantia de futuro. Precisamos de uma estratégia de desenuma gestão eficaz e competente e aumentar as volvimento que concretize uma verdadeira coedotações orçamentais, visando aproximá-las prosão social e um sistema de protecção social, atragressivamente da média dos países da CEE.

para cobrir as responsabilidades do Estado e os

recursos financeiros necessários à melhoria da

mais justa da riqueza nacional produzida;

protecção social reflictam uma redistribuição

— um quadro legal rigoroso de combate à eva-

são contributiva das empresas à Segurança So-

vés de solidariedades múltiplas, que garanta o Uma outra grande preocupação é a situação do essencial da coesão social. E isto diz respeito não só ao futuro dos portugueses como à sua vida

Nas actuais condições históricas, marcadas por uma profunda revolução científico-técnica e pela crescente internacionalização e globalização dos problemas inerentes ao processo histórico evolutivo da emancipação dos homens e das sociedades, a educação (a amplitude, o nível e a inovação dos processos educativos), a ciência e a cultura, constituem vectores estratégicos fundamentais para o desenvolvimento de Portugal, para a aproximação do nível dos países mais desenvolvidos e para o reforço da capacidade de determinação nacional.

A política da educação e do ensino precisa de responder aos problemas e às necessidades imediatas, de hoje, mas tem que ser conduzida também com uma perspectiva clara e com objectivos bem definidos a médio e mesmo a longo prazos.

e o desenvolvimento como um processo integradãos no desemprego, na doença, na invalidez e do com várias dimensões - económica, social, — a reformulação da política de financiamen- realidades que aprofundam o sentido, objectivos to do Sistema de Segurança Social, de modo a e funções da educação para o nosso tempo. (...)

É também necessário encarar o conhecimento científico e técnico como força produtiva directa cultural, científica, política e ecológica - como

Com Álvaro Cunhal, no Algarve Ânimo para a luta

A eleição novamente de um deputado pela região é um objectivo apontado com confiança pela Organização Regional do Partido

Para participar em iniciativas integradas nas comemorações dos 74 anos da criação do Partido. Álvaro Cunhal esteve sexta--feira e sábado nos concelhos de Portimão e Silves. Tanto no restaurante «Portal da Serra» como no pavilhão da Fissul, o presidente do Conselho Nacional do PCP interveio de improviso, explanando, com referências a situações locais, as principais ideias abordadas nas suas últimas intervenções públicas e

manifestando confiança nas possibilidades de reforço do Partido e de crescimento da votação na CDU na região.

O jantar de Portimão, com duas centenas de participantes, e o almoço de Silves, com mais de trezentos, inscrevem-se num largo conjunto de iniciativas do Partido no Algarve. Carlos Luís Figueira, da Comissão Política, sublinhou, sexta-feira à noite, que «estas actividades estão a constituir um êxito assinalável na nossa própria actividade, que se soma a outros que já vinham de trás e globalmente nos dão ânimo e esperança para as novas batalhas políticas que temos pela frente».

Usando da palavra depois de uma breve saudação de Margarida Tengarrinha, o responsável da direcção regional do Partido sublinhou que «a adesão às iniciativas, o espírito optimista que respiramos no contacto com os membros do Partido e as novas possibilidades que se abrem à nossa intervenção, os processos de luta reivindicativa, que acompanhamos e com os quais nos solidarizamos, animam-nos bastante para este ano tão importante na nossa actividade política».

«Eleger de novo um deputado da CDU pelo Algarve é um grande objectivo para a nossa campanha eleitoral, é um grande objectivo para a actividade dos comunistas, e está ao nosso alcance», afirmou Carlos Luís Figueira.

Confiança e empenhamento colectivo marcaram a intervenção de José Viola em Silves. Falando em nome da organização concelhia, o presidente da Câmara Municipal - reeleito nas últimas autárquicas, quando a CDU reconquistou a maioria recordou as grandes tradições do PCP neste concelho. Acentuando a «grande responsabilidade» que é retomar o trabalho interrompido no município, José Viola sublinhou que «todos temos que fazer melhor e mais, para bem do concelho, nas mais diversas situações».



Portimão



Almoço no Cacém O Partido do Sonho

encontram no PCP o sonho tor- sado sábado no Cacém, Álvaro nado realidade e vida de servir o Cunhal passou ainda em revista Povo e a Pátria. Foram palavras de Álvaro Cunhal depois de uma breve passagem pela história recente do 25 de Abril em que desmontou a cabala televisiva da chamada «matança da Páscoa» no 11 de Março.

Falando no almoço de aniver-

Homens, mulheres e jovens sário do PCP, realizado no pasa situação política e social, destacando a luta dos trabalhadores do concelho de Sintra, nomeadamente na Cel-Cat e Melka, a necessidade política dos comunistas e outros democratas continuarem a exigir a demissão do Governo, a dissolução da As-

sembleia da República e eleições antecipadas como imperativo nacional e patriótico para pôr fim à política de direita do PSD. O dirigente comunista fez ainda fortes referências às ambiguida-

Ligando a vida do Partido à vida do nosso Povo, Alvaro Cunhal sublinhou que nestes 74 anos de dedicação e resistência sem paralelo, homens e mulheres deram a vida, passaram dezenas de anos nas prisões, lutaram e lutam com um objectivo: servir o povo e a Pátria.

Atentamente seguido pelos mais de 200 convivas, Álvaro Cunhal teve ainda oportunidade de se dirigir aos muitos jovens presentes na iniciativa: «Vocês são o futuro. Caminhamos juntos, novos e velhos, os que têm 50, 60 e 70 anos de Partido e os que agora decidiram ingressar nas suas fileiras, todos com os mesmos direitos e deveres.»

Comunistas celebram aniversário

As comemorações do 74º aniversário do PCP têm motivado numerosas iniciativas por todo o País com a participação de milhares de militantes e simpatizantes do PCP.

Organizado pela Direcção da Zona Centro de Lisboa e pela célula da CM de Lisboa, decorreu um almoço comemorativo dos 70 anos do partido que juntou mais de 130 pessoas, nas instalações da subse-

de do Grupo Sportivo Adicense, em Alfama.

Numa intervenção, em nome do organismo de direcção do Partido, foram saudados os independentes presentes, apelando-se, por outro lado, à participação activa na campanha eleitoral e na angariação de fundos para a campanha dos 150 mil contos.

João Amaral, membro do CC, deputado na Assembleia da República e presidente da Assembleia Municipal, abordou na sua intervenção os principais aspectos do actual momento político, reafirmando a necessidade de menter a luta pela dissolução da AR, demissão do Governo e a convocação de eleições antecipa-

Depois do almoco, o convívio continuou pelo resto da tarde sendo animado com música, can-

Em Évora, o programa de aniversário teve início no passado dia 8 com um beberete, onde estiveram dezenas de pessoas que assinalaram também o Dia Internacional da Mulher.

No passado sábado, realizou-se um almoço no Monte Alentejano, no velhinho Rossio de



Almoço no Adicense, em Alfama

S. Brás, com a presença de centena e meia de convivas. Um grupo de camaradas e amigos confeccionou a boa comida alentejana, que desta vez ofereceu a sopa de tomate e o borrego assado. Na ocasião, interveio Carlos Aboim Inglez, membro da Comissão de Controlo e do CC do PCP, que salientou o papel do Partido na sociedade portuguesa ao longo destes 74 anos, debruçando-se ainda sobre a actual situação política e as tarefas dos comunistas. Durante o almoço, foi feito um apelo especial aos presentes para se empenharem na campanha dos 150 mil contos, tendo sido recolhidos no momento alguns milhares de escudos.

Promovido pela Comissão Concelhia de Paredes, teve lugar um jantar de aniversário que contou com a participação de Henrique de Sousa, do Secretariado do CC, reunindo cerca de uma centena de militantes e apoiantes do PCP. Para além deste dirigente, usaram da palavra os camaradas Juvilte Madureira e Cristiano Ribeiro.

A iniciativa terminou com um animado convívio onde pontuou a música em português, da autoria e interpretada pos José Hilário.

Açores Base das Lages está ilegal

A Comissão da Ilha de S. Miguel do PCP está preocupada com a situação da Base das Lages, acusando o Comando das FEUS Açores de continuar a utilizar a base, por via de acordos que já caducaram em 1991. Nesse sentido, também os sindicatos têm pressionado as autoridades norte--americanas para que respeitem a legislação laboral portuguesa e não concretizem o despedimento de mais 155 trabalhadores portugueses, ao mesmo tempo que mantêm várias dezenas de americanos ao seu serviço em situação ilegal.

Os comunistas afirmam, por outro lado, que as dificuldades enfrentadas na Universidade dos Açores podem pôr em risco a sobrevivência

desta instituição que é fundamental para a região. O PCP saúda o esforço dos estudantes e da universidade para tentar ultrapassar os problemas causados especialmente pela não transferência das verbas previstas para a universidade pelo Governo.

Recordando o silêncio de três anos sobre a interrupção dos programas oficiais de apoio à habitação e de um conjunto de obras iniciadas antes de 93, a Comissão de Ilha do PCP repudia as recentes visitas do secretário regional da Habitação e Obras Públicas à Ilha de S. Miguel, as quais, sublinha, se integram numa «grande operação de propaganda política».

Bragança PS impede actividades do PCP

«Os autarcas do PS em pouco diferem dos métodos e estilo de gestão do PSD e, tal como estes, continuam sem propostas globais e perspectivadoras de progresso e desenvolvimento», afirma a Direcção da Organização Regional de Bragança do PCP, numa nota à imprensa.

Os comunistas enunciam vários casos em que o PS impediu actividades do PCP, nomeadamente a obstrução à cedência de salas em Vimioso e em Vila Flor para dois debates e a recusa do presidente da Câmara Municipal de Bragança de dar informações ao eleito da CDU, que este requereu para um melhor exercício das suas funções. Apontam também para o caso do julgamento do presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz, eleito nas listas do PSD, acusado de irregularidades nos recenseamentos eleitorais. O PS local moveu-lhe um processo, mas depois de o advogado de acusação faltar ao julgamento, os socialistas desistem da acusa-

A CDU e o PCP afirmam que «não abdicam dos seus direitos e deveres, de forma a contribuir para a dignificação e transparência dos órgãos onde estão representados». Comprometem-se ainda a «continuar a lutar pelo uso dos espaços públicos, por ser um direito constitucional, e pelo exercício efectivo da liberdade e democracia participativa, contra o obscurantismo e o caciquismo.»





Jornada nacional de informação

Está em curso uma Jornada Nacional de informação e esclarecimento do PCP, dirigida em especial aos trabalhadores e às empresas. Como material de apoio, foi editado um jornal a quatro cores que foca os principais traços da situação económica e social do país.

para uma nova política

Programa específico para Setúbal

Em conferência de imprensa realizada sexta-feira da passada semana, a Direcção Regional de Setúbal fez o balanço da crise económica e social que alastra no distrito, considerando um fracasso a Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal, ja'que «não revitalizou o tecido produtivo e não reduziu o desemprego». Os comunistas criticam ainda o facto da OID não ter contemplado a «vertente social» e de ter sido realizada «sem a devida participação das estruturas regionais».

No encontro com a imprensa, a DORS divulgou as suas propostas, sublinhando a necessidade de medidas excepcionais, nomeadamente de um programa específico no âmbito do 2º Quadro Comunitário de Apoio.

Surgem assim como propostas a criação de um Programa Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Setúbal (PROIDDS); a concessão imediata de verbas a fundo perdido para as estruturas regionais que apresentem um programa de financiamento relativo a investimentos nas áreas da estrutura produtiva, emprego e formação profissional, ambiente, saúde, segurança social, habitação, educação, ensino, cultura e desporto; a garantia da intervenção decisiva das estruturas regionais na gestão, acompanhamento e aprovação das verbas e dos projectos de investimento do PROIDDS.

Património e desenvolvimento

Inserido no «Debate com o País para uma nova política», decorreu recentemente na sala de leitura Bernardo Santareno, em Santarém, uma sessão sobre património e desenvolvimento que teve como convidados Madeira Lopes, vereador na CM de Santarém, Rui Godinho, vereador na CM de Lisboa, Sérgio Ribeiro, deputado no Parlamento Europeu, e Vítor Serrão, historiador de arte.

No debate, que foi moderado por Luísa Mesquita e Rosalina Melro, da concelhia de Santarém, participaram uma centena de pessoas em cujas intervenções foi assinalada a necessidade de realizar um inventário do património nacional, incluindo não apenas os monumentos mas também a paisagem, a etnografia e gastronomia.

Mais adiante foi salientada a complementaridade entre a preservação do património histórico, que Rui Godinho considerou como um factor de coesão nacional, com o desenvolvimento económico, social e cultural.

A pluralidade de pontos de vista e opiniões marcou o debate, em que intervieram não só militantes simpatizantes do PCP e da CDU, com ainda pessoas de outras áreas políticas como Raul Brigola, vereador do PS na CM de Santarém, e Pedro Canavarro, ex-líder do PRD.

PS quer amputar Sacavém

A Comissão de Freguesia de Sacavém do PCP repudia o projecto recentemente apresentado pelo PS na AR, por intermédio do seu deputado António Costa, que a pretesto de redefinir os limites dos concelhos de Loures e Lisboa produz diversos arranjos nas fronteiras das fregueisas de Moscavide, Portela, Sacavém e Santa Maria dos Olivais.

A ser aceite, o projecto implicaria a retirada de 35 hectares à freguesia de Sacavém, ou seja, quase 10 por cento do seu território actual, que seriam transferidos para a freguesia de Moscavide. O PCP opõe-se a tal manobra, «cujos objectivos permanecem obscuros» e recorda que a Lei das Finanças Locais estabelece que na distribuição de verbas às autarquias, o critério do território conta 45 por cento para o cálculo do montante a atribuir. Deste modo a alteração proposta pelo PS significaria graves prejuízos para Sacavém que veria assim diminuídas as suas verbas para a realização das obras e actividades em curso.

Os comunistas exigem que o PS explique publicamente as suas intenções, tendo já os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia convocado uma sessão extraordinária para analisar o assunto.

Brandoa inaugura novo centro de trabalho O sonho realizado

Os comunistas da Brandoa estão de parabéns. Depois de quase duas décadas conseguiram materializar o sonho de construir um novo centro de trabalho. A inauguração é já no próximo sábado e conta com a presença de Álvaro Cunhal.

A história deste centro de trabalho começa logo a seguir ao 25 de Abril, altura em que os comunistas da freguesia decidiram abrir uma sede do Partido, e à falta de melhores instalações aproveitaram uma «barraca» deixada pela Junta Autónoma das Estradas no largo da Brandoa, Daqui passaram para o passeio em frente, onde estava uma outra casinha de madeira, um pouco melhor que a anterior.

Estas recordações dos primeiros tempos de actividade legal na Brandoa, foram contadas ao «Avante!» pelos camaradas Luís Oleiro, membro da Comissão de Freguesia e da Concelhia da Amadora, Natalino Martins Dias, Fátima Santos e Joaquim António, todos membros da Comissão de Freguesia.

Já numa segunda fase, o Partido passou funcionar numa loja alugada, situação que se manteve até agora. Entretanto, tinha sido adquirido um lote de terreno na Rua Bento de Jesus Caraça, local onde os comunistas queriam erguer as novas instalações. Sem nunca desistir do sonho, a verdade é que os anos iam passando e nunca houve disponibilidade para iniciar a construção. Os custos eram elevados e mesmo a hipótese da autoconstrução não se mostrou possível.

Só recentemente, através de um acordo com um empreiteiro, que implicou a cedência do terreno em troca de uma parte do imóvel construído, o novo centro de trabalho passou de sonho a realidade.

A organização tem agora um amplo espaço próprio que inclui o rés-do-chão, garagem e arrecadação. A obra foi acompanhada por camaradas conhecedores que fizeram questão em incluir de raiz várias infra-estruturas necessárias. Não escondem a sua satisfação com as instalações e não faltam planos para sua utilização futura.

Para cobrir as despesas entretanto efectuadas no equipamento do centro, a organização lançou uma campanha de fundos, que terá como materiais-base a venda de um porta-chaves e a entrega de títulos de comparticipação aos camaradas que contribuírem com donativos.

A festa da inauguração é no próximo sábado e começa com uma alvorada de morteiros. Pelas 11 horas, está prevista a chegada do camarada Álvaro Cunhal, sendo servido um beberete para todos os presentes. Durante o resto do dia o centro estará aberto aos visitantes prevendo-se um programa de animação musical.



Luís Oleiro, Natalino Martins Dias, Fátima Santos e Joaquim António falaram ao «Avantel» sobre as novas instalações

Saúde em Santarém A mudança que não se vê

O organismo da Saúde da Direcção da Organização Regional de Santarém do PCP está preocupado com o estado dos serviços de saúde do distrito. Numa nota à comunicação social, a DORSA chama a atenção para o facto de o Hospital de Santarém se vir confrontado com uma dívida superior a 900 mil contos e com a demissão do director Carlos Macedo. «Hoje, estamos a assistir nos serviços de saúde públicos a uma situação idêntica à das empresas públicas. Para justificar a sua privatização, o Governo nomeia administradores que fazem uma gestão ruinosa e que conduz ao colapso. Depois demite-os e premeia-os com a direcção de outras empresas».

Os comunistas focam também a recente entrevista dada pelo Coordenador da Sub-Região de Saúde de Santarém que, «como se de um aluno diligente se tratasse», seguiu o ministro Paulo Mendo e afirmou que o sector da saúde está a mudar no distrito. No entanto, «falou, falou, mas não convenceu ninguém».

«A recente restruturação dos serviços públicos de saúde não é mais do que uma manobra tendente à sua privatização e à limitação do seu acesso aos de menores rendimentos. De facto, não permite a participação dos cidadãos e de quem os representa na sua gestão», prossegue a distrital. Afirmando que a descentralização da gestão do serviço nacional de saúde não foi reforçada, a regional acusa o coordenador de ser «um mero comissário político executor das decisões que são tomadas pela Comissão Instaladora da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo».

Afirmam também que esta é uma restruturação feita de cima, no maior secretismo, sem a participação dos administradores hospitalares ou dos directores dos centros de saúde e que, tanto para estes como para os utentes, ainda não se fez sentir: permanecem a falta de condições de trabalho, a percariedade de emprego, as carreiras profissionais sem incentivos, os baixos salários, o ritmo de trabalho elevado por insuficiência de pessoal.

Nogueira foge ao descrédito

Comentando a decisão anunciada por Fernando Nogueira de abandonar as funções governativas, o Gabinete de Imprensa do PCP divulgou uma nota considerando que a atitude do ministro «tem de ser vista como inserida no processo de criação de "factos políticos" em que o PSD está manifestamente envolvido, em profundo divórcio dos reais problemas e interesses do povo e do país, em nome dos quais todo o Governo já devia ter sido demítido.

Trata-se ainda de uma decisão que confirma que Fernando Nogueira só estava interessado em ficar no Governo desde que não exercesse concretas responsabilidades executivas e pudesse instrumentalizar o cargo de ministro ao serviço da campanha eleitoral do

PSD; que o mais importante para o PSD é a perspectiva da não dissolução da AR e, por isso, acaba por optar pela resignação face à oposição do Presidente da República à remodelação governamental pretendida por Cavaco Silva

Sendo muito provável que esta decisão tenha sido inspirada pelo intuito de poupar Fernando Nogueira ao descrédito e descontentamento que atingem o Governo do PSD, o PCP exprime a sua confiança de que os portugueses não se esquecerão que o novo líder do PSD, pelas altas responsabilidades governa-

tivas e partidárias exercidas nos últimos 10 anos, é um dos principais responsáveis por uma política manifestamente prejudicial aos interesses do país e claramente nefasta para as condições de vida e interesses da maioria da população.

Finalmente, não se pode deixar de considerar como revelador da intolerável fusão entre Estado e PSD que existe na prática do partido do Governo que a declaração de Fernando Nogueira — de recorte essencialmente partidário e onde constam expressos ataques ao Presidente da República e até a afirmação de que sai "para lutar pela vitória do PSD nas próximas eleições legislativas" — tenha sido feita nas instalações do Ministério da Defesa».

Assembleias concelhias

Este fim-de-semana, decorreram as assembleias concelhias de Oeiras e de Montemor-o-Novo, sobre as quais por absoluta falta de espaço damos aqui breve notícia.

Em Oeiras, a 4ª Assembleia de organização realizou-se no sábado, contando com 107 delegados e várias dezenas de convidados. Nos trabalhos, participou Agostinho Lopes, que interveio no final.

Foram feitas 30 intervenções e aprovados a resolução política e o plano de trabalho concelhio para as eleições legislativas. Os delegados elegeram ainda a nova comissão concelhia integrada por 39 camaradas.

Em Montemor-o-Novo, teve lugar no domingo

a 5ª Assembleia concelhia reunindo 139 delegados e 70 convidados. Pela Direcção do Partido, estiveram Raimundo Cabral, responsável da DOREV, e Edgar Correia, da Comissão Política. A assembleia elegeu por unanimidade a nova equipa dirigente, composta por 13 membros e aprovou, também por unanimidade, a resolução política que aponta as principais linhas de acção para o trabalho futuro.

No mesmo dia, realizou-se um jantar de aniversário do Partido com 320 pessoas, no qual foi convidado a intervir o camarada Edgar Correia, que referiu a importância da data comemorativa e os aspectos mais salientes da actualidade política.

SINDICALISMO E SOCIEDADE

A CGTP-IN levou ontem a cabo, no Forum Picoas, um colóquio sobre «Sindicalismo e os novos caminhos da sociedade». Encerrando com uma intervenção do coordenador da central, estava prevista a participação do Presidente da República, do Provedor de Justiça, do Procurador-Geral da República, do secretário-geral adjunto da Confederação Europeia de Sindicatos, de um representante da Conferência Episcopal Portuguesa. Seriam ainda apresentadas comunicações por Luís Sá, Jorge Leite, João Ferreira do Amaral e Boaventura Sousa Santos. Realizado quando já estava fechada esta edição do «Avante!», contamos noticiar mais desenvolvidamente o colôquio da *Inter* no próximo número.

MENDES GODINHO É VIÁVEL

Nas ruas de Tomar e junto à Câmara Municipal os trabalhadores das Fábricas Mendes Godinho manifestaram na passada sexta-feira a sua disposição de lutar pela viabilização da empresa e a defesa de 200 postos de trabalho. O futuro da empresa está seriamente comprometido pelas más relações entre os representantes da administração e do Banco Português do Atlântico (que lidera o grupo de bancos credores). «No conflito têm sido ignorados os interesses dos trabalhadores e até a circunstância do Estado português ser o maior accionista da Fábricas Mendes Godinho», acusam as organizações dos trabalhadores, num comunicado distribuído à população no dia 10.

O Governo, refere o documento, tem há 3 anos um lote de acções que representa 75 por cento do capital social da empresa, mas não nomeou nenhum representante para a administração. Agora, pedida a intervenção do ministro das Finanças, este «parece alheado da necessidade de uma intervenção vigorosa para defesa desta propriedade do Estado e que é extremamente importante para a vida económica e social do concelho».

A União dos Sindicatos de Santarém solidarizou-se com a luta dos trabalhadores e exortou «os trabalhadores e a população do distrito para que, nas próximas eleições legislativas, com o seu voto, contribuam para que o nosso país tenha uma nova política, com um novo Governo».

CONGRESSO DA FEPCES

Realizou-se em Lisboa, na sede da CGTP-IN, durante os dias 10 e 11, o 5º Congresso da Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços. Na reunião magna da maior federação da área dos serviços filiada na CGTP foram debatidas a defesa dos direitos e a dignificação dos trabalhadores, a acção reivindicativa pela melhoria das condições de vida e de trabalho, e a reestruturação para reforço e dinamização da organização sindical, em especial nos locais de trabalho e regiões.

NOVAS INVESTIDAS NA PETROGAL

Para privatizar a qualquer preço, novas investidas estão a surgir na Petrogal - denuncia a comissão de trabalhadores, no último número do seu boletim. «A obsessão político-ideológica é de tal ordem, que até artigos publicados em jornais não só noticiam a possibilidade de o Governo vir a reduzir ainda mais os valores das acções da Petrogal, violando as disposições legais em vigor, como até o facto de estar a ser encarada a alteração da própria lei, a fim de eliminar os obstáculos com que o capital estrangeiro ainda se confronta para dominar melhor a economia nacional» - protesta a CCT na folha «Dicas Informativas». Logo desde a primeira fase da privatização, a passagem a sociedade anónima, se verificaram evidentes prejuízos no campo social, como a redução brutal dos postos de trabalho, a extinção do acordo de empresa e o alastrar da desregulamentação, a eliminação ou redução de direitos e regalias, o crescimento das desigualdades socioprofissionais, com quebras salariais e congelamento de carreiras profissionais.

VAGAS NA SAÚDE

A preparação do descongelamento de vagas pelo Ministério da Saúda, noticiada na semana passada, «só serve para tapar o sol com a peneira e nada irá resolver», afirma a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública. Um comentário divulgado pela coordenação nacional da Saúde da FNSFP recorda que há situações de trabalho precário que se arrastam há mais de 10 anos e que, «efectivamente, as quotas de descongelamento de vagas atribuídas nos dois últimos anos continuam, na maior parte dos casos, sem serem efectivamente usadas, pois os concursos ainda não terminaram e os trabalhadores mantêm-se numa situação de grande instabilidade de

Para a federação, «o que é necessário ser adoptado é uma medida de carácter legislativo que permita a integração nos quadros de pessoal dos milhares de trabalhadores que estão, em situação precária de emprego, a assegurar necessidades permanentes dos serviços».

Banca e seguros comemoram 20 anos das nacionalizações

Um jantar-convívio de trabalhadores de bancos e seguradoras, a realizar amanhã na Casa do Alentejo, em Lisboa, é ponto alto das comemorações do 20º aniversário das nacionalizações do sector financeiro, que a coordenadora das CTs da Banca e CTs dos seguros levam a cabo.

A nacionalização, decretada nos dias 14 e 15 de Março de 1975, depois da derrota do golpe de Spínola, veio reconhecer razão aos trabalhadores do sector financeiro «que há muito reclamavam tal medida, pois que, sem ela, o poder económico não seria posto ao serviço do desenvolvimento do País», recorda-se no apelo dos promotores das

comemorações, que reafirmam «a necessidade de se manter e desenvolver um forte sector público, nomeadamente através dos dois grupos financeiros do Estado e das participações noutras importantes empresas», e exigem que o Governo «suspenda a sua desenfreada sanha privatizadora».

Chocante leilão

O fim das privatizações é também exigido pela coordenadora das CTs da Banca, numa nota enviada dia 14 à imprensa saudando os 20 anos da nacionalização do sector, que «teve nos seus antecedentes um importante contributo - o papel determinante e corajoso dos trabalhadores bancários».

«Vendidos em autêntico e chocante leilão, subordinado a interesses normalmente pouco claros e com recurso a métodos de total falta de transparência, os vários bancos então nacionalizados renderam, apesar de tudo, muitas centenas de milhõ-

es de contos, que hoje não se sabe onde estão, para que serviram ou a quem beneficiaram; sabe-se apenas que os trabalhadores, as populações e os próprios interesses nacionais nada lucraram com estes negócios» denuncia-se no documento.

«Com um misto de desencanto e revolta», a coordenadora das CTs bancárias aponta alguns traços da actual situação:

- Os trabalhadores estão mais pobres, mais marginalizados nos seus direitos e com um futuro próximo onde a insegurança da sua vida profissional e do emprego são uma dura realidade;

- Os clientes da Banca estão cada vez mais à mercê de cam-

panhas de promoção, por vezes pouco sérias, onde o logro campeia e onde as suas economias valem cada vez menos;

- A concessão de crédito é crescentemente selectiva e ditada por lógicas onde as razões de ordem social e as reais necessidades do nosso tecido económico são simplesmente ignoradas, assim como são cada vez mais caros os serviços bancários:

- O funcionamento do sistema bancário não está a ser supervisionado por quem tem esse dever - o Banco de Portugal - e as situações onde os interesses nacionais saem lesados sucedem-se.



A nacionalização da Banca e dos Seguros respondeu às exigências dos trabalhadores e à necessidade de defender a jovem democracia (foto de arquivo)

Reafirmada nas CTs da EDP confiança nas listas unitárias

Nas primeiras eleições depois da cisão da EDP as listas unitárias obtiveram uma vitória esmagadora, ficando com mais de dois terços do total de eleitos para as comissões de trabalhadores das empresas nucleares. Foram eleitas CTs em todas as 14 empresas resultantes do desmembramento.

Às eleições da passada quintafeira, dia 9, apresentaram-se a lista A, unitária, e a lista B (identificada com o PS). Na EN - Distribuição Norte, concorreu ainda uma terceira lista, cuja votação foi muito pouco expressiva.

Quando faltavam apurar apenas os votos por correspondência e algumas mesas (que dificilmente alterariam a distribuição de mandatos), as listas unitárias tinham um total de 43 eleitos, contra 19 da lista B.

Na Companhia Portuguesa de **Produção** de Electricidade, a lista A obteve 816 votos e 6 mandatos (contra 618 votos e 5 mandatos da lista B) e venceu também as eleições para as duas sub-CTs. Na Electricidade do **Norte**, 1734 votos deram 8 mandatos à lista unitária, enquanto a B se ficou por 789 votos e 3 mandatos. Na Electri-

cidade do Centro a diferença foi de um mandato (6-5) a favor da lista A. Na Electricidade de Lisboa e Vale do Tejo, a lista do PS obteve 211 votos e 1 mandato, enquanto a lista A contou 1145 votos, que lhe valeram 10 mandatos (aqui apenas a lista unitária concorreu às sub-CTs). Esmagadora foi também a vitória na Electricidade do Sul (A: 827 votos e 9 eleitos; B: 216 votos e 2 eleitos); a lista PS apenas apresentou candidatos à

sub-CT do Algarve, onde acabou por ficar com 2 mandatos contra 3 obtidos pela lista unitária. Na Rede Eléctrica Nacional também venceu a lista A, com 4 mandatos em 7.

As últimas eleições para a CT da EDP, ainda empresa única, tiveram lugar em Dezembro de 1993, conquistando a lista unitária 8 lugares em 11.

Numa primeira apreciação, os resultados das eleições de dia 9 demonstram um grande apoio

àqueles que desde sempre se dispuseram a lutar em unidade na defesa dos direitos dos trabalhadores e contra a cisão da empresa; são uma significativa derrota para os candidatos do PS e os divisionistas da UGT/Sindel; e reforçam condições para a unidade na acção e a luta dos trabalhadores em defesa dos direitos conquistados e consignados no AE e no EUP, bem como do serviço público prestado pela EDP.

Sintel denuncia na Telecom a «estratégia combinada»

Com o objectivo de diminuir os direitos dos trabalhadores, para adiantar garantias de maior rentabilidade depois da privatização, a administração da Portugal Telecom pôs em prática uma estratégia que visa agora atacar o Sintel por dentro - acusa o Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações. Num comunicado em que condena a distribuição clandestina de panfletos anónimos que acusam a direcção sindical de levar os trabalhadores a um beco sem saída, o Sintel recorda que tais vozes não surgiram nas várias reuniões feitas nos locais de trabalho «para nos explicar as outras saídas do conflito».

Depois de uma fase em que a direcção de Recursos Humanos da empresa, na condução das negociações, cumpriu à risca as orientações de Luís Todo Bom, veio o período do quanto pior, melhor, com toda a intransigência e inflexibilidade. O director, Proença Adão, bater-se-ia assim por uma futura nomeação como administrador de pessoaldiz o Sintel. Além da cedência, no momento adequado, por parte do Sindetelco e do Sicomp, contava ainda com «o STTLP do seu amigo J. Félix», que entretanto ia defendendo posições radicais e de incitamento à luta, mas que depois também subscreveu o acordo pretendido pela administração.

TRABALHADORES

Lutas sectoriais e de empresa quase todos os dias Vitória nos Cabos Ávila

Crescem as razões para os protestos dos trabalhadores, afirma a CGTP, cujo Conselho Nacional decidiu trabalhar para a convergência das diversas acções sindicais em preparação

Realizada no dia seguinte à «excepcional manifestação» de dia 8 no Funchal, a reunião do Conselho Nacional da CGTP constatou que crescem todos os dias os motivos para trabalhadores de várias empresas e sectores escolherem o caminho da luta, como tem sucedido, praticamente todos os dias, nos últimos tempos.

Na conferência de imprensa em que deu uma informação sobre os trabalhos do CN, Carvalho da Silva destacou, como fonte dos problemas sentidos no mundo laboral, o claro fracasso da política seguida pelos governos do PSD, sobretudo nas áreas da economia e do emprego, e reafirmou que é necessário «encontrar os mecanismos para afastar este Governo».

Referindo algumas das lutas em curso, ou marcadas para breve, o coordenador da CGTP informou que o Conselho Nacional estava a discutir medidas para que as lutas sectoriais e de empresa possam convergir, em torno de grandes objectivos comuns, podendo ser marcadas, ainda para Março ou início de Abril, acções mais alargadas.

Carvalho da Silva comentou ainda a demissão, anunciada nesse dia, de Fernando Nogueira dos cargos que ocupa no Governo, considerando que se trata de «manobrismos políticos» com o objectivo de manter o PSD no poder e que a atitude do ministro «não tem a ver com o interesse nacional, mas com eleitoralismo».

À porta do Ministério da Defesa estiveram, nessa manhã, trabalhadores dos estabelecimentos fabris do Exército. O pessoal da Manutenção Militar, das Oficinas Gerais de Fardamento, do Laboratório Militar e das Ofici-

nas Gerais de Material de Engenharia esteve em greve e concentrou-se no Restelo para exigir a discussão do reajustamento salarial proposto pelo sindicato do sector (STEFFAs). Desde 1989, o Ministério de Fernando Nogueira adia sistematicamente a revisão das carreiras e tabelas salariais dos estabelecimentos fabris do Exército.

Na sexta-feira, os trabalhadores do grupo Ferreirinha (EFI, Feruni e FM) decidiram, em plenário, bloquear a estrada Porto-Braga, para protestar contra a «prepotência e insensibilidade das entidades que governam o País». Em luta pela viabilização das empresas, pela manutenção dos 350 postos de trabalho e pelo pagamento dos salários em atraso, os trabalhadores exigem que o IPE concretize as promessas de injecção de capital.



Luta dá frutos

As acções levadas a cabo na semana passada pelos trabalhadores dos Cabos Ávila levaram o Governo a recuar na tentativa de declaração da falência. Depois de terem anulado o despacho em que se exigia o pagamento das dívidas de 1994 num prazo de 60 dias, as Finanças viriam a votar, na assembleia de credores realizada anteontem, o plano de viabilização apresentado pelo gestor judicial.

«Mais uma vez fica demonstrado que vale a pena lutar» - sublinhou ao «Avante!» um dos dirigentes do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas que trabalham nos Cabos Ávila. Para Henrique Monte, a alteração da posição do representante do Estado só foi possível porque os trabalhadores têm ali uma forte organização sindi-

cal e mostraram-se firmemente decidos a lutar.

O processo de viabilização dos Cabos Ávila decorre desde Dezembro de 1993 e o resultado agora obtido é considerado pelo sindicato como «uma grande vitória». «E podem contar connosco para as lutas que, no futuro, se mostrem necessárias» - sublinhou Henrique Monte.

Prosseguindo o plano de ac-

ções do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, dirigentes e delegados sindicais dos distritos de Bragança, Guarda, Castelo Branco e Setúbal deslocaram-se ontem ao Terreiro do Paço, em «mais uma tentativa de sensibilização do Governo para o diálogo que conduza à satisfação das reinvidicações há muito entregues» - refere uma nota do STAL.

Ferroviários em greve

As formas de luta convocadas para as empresas do grupo CP têm a adesão da «esmagadora maioria dos ferroviários», refere uma informação da federação sindical do sector.

A FSTFP/CGTP-IN informa que as greves do pessoal afecto à circulação (recusa de trabalho extraordinário de 7 a 12 de Março e paralisação das 15 às 17 horas no dia 10) estão a provocar «atrasos na generalidade da circulação ferroviária» e a «supressão de dezenas de comboios, em especial no sector de mercadorias», «Nalgumas estações principais as linhas de resguardo estão superlotadas com comboios de mercadorias», sublinha a executiva da federação.

Esta situação foi agravada no período de greve de sexta-feira à tarde, com «a supressão de quase todos os comboios em Santa Apolónia e na Campanhã,

e atrasos mais significativos na restante rede ferroviária». A CP, denuncia a FSTFP, «recorreu a inspectores para substituir trabalhadores em greve».

Esta série de lutas engloba ainda outras paralisações, que culminam amanhã:

- do pessoal da circulação - greve nas duas últimas horas de cada turno, entre 13 e 17 de Março, greve a todo o serviço de mercadorias e comboios de mercadorias no dia 17, e greve das 15 às 17 horas também amanhã;

- dos restantes trabalhadores - greve dia 13, nas duas últimas horas de serviço, e amanhã durante todo o dia.

A presente luta dos ferroviários vem na sequência da concentração nacional e da greve de 14, 15 e 16 de Fevereiro, recorda a federação, e tem como objectivos obrigar as administrações das empresas resultantes da divi-

são da CP a negociarem uma actualização salarial que garanta a reposição do poder de compra perdido nos últimos anos. Para que fosse reposto o nível de 1993, seriam necessários aumentos de 9 por cento, mas o grupo CP propõe apenas metade.

Os ferroviários pretendem ainda que as empresas aceitem negociar regulamentos de carreiras que ponham fim à discriminação, e reduzir o horário de trabalho para o máximo de 40 horas semanais (além de 1400 ferroviários com horários de 42,5 horas, há 900 guardas de passagem de nível com horários de 60 horas).

Face à nova recusa do CG da CP e das administrações das restantes empresas, expressa dia 9, foi apresentado novo pré-aviso de greve para o período de 23 de Março a 7 de Abril.

Médicos paralisam 10 dias em Março

Uma greve nacional na próxima segundafeira abre uma série de paralisações convocadas pela Federação Nacional dos Médicos e o Sindicato Independente dos Médicos. Depois de greves distritais até dia 30, está marcada nova paralisação nacional para dia 31.

Entre os objectivos desta série de lutas, a FNAM e o SIM referem, em comunicado conjunto:

- a revalorização salarial das carreiras médicas;
- a abolição dos recibos verdes na contratação de jovens médicos, substituindo-os pelos contratos administrativos de provimento, previstos na lei;
- a revogação do despacho que cria o PERLE (Programa Específico Recuperação de Listas de Espera), «dado que desrespeita frontalmente os compromissos assumidos pelo ministro da Saúde com as organizações sindicais médicas, constituindo uma medida de favorecimento de interesses de entidades multinacionais, que pretendem operar no nosso país à custa de uma exploração intensiva da mão-de-obra médica, em especial dos estratos mais jovens»;
- a negociação de um projecto credível de convenções com grupos de médicos, a actualização dos valores das convenções (não são revistos desde 1982) e o pagamento dos mais de 17 milhões de contos devidos aos médicos convencionados;

- a revogação da lei de Gestão Hospitalar e o fim do regime de instalação das ARSs;
- a aposentação aos 35 anos de serviço, como sucede com outros profissionais de saúde.

As greves foram decididas por o ministro não ter cumprido integralmente nenhum dos compromissos assumidos em Outubro passado, e face ao risco de «se manter inalterável a presente situação e até ser agravada com a publicação de disposições muito gravosas para os nossos interesses profissionais». O comunicado conjunto da FNAM e do SIM, divulgado na semana passada, recorda que, «se os médicos não tivessem demonstrado, em momento cruciais, a sua unidade e firmeza em defesa dos seus legítimos interesses e aspirações socioprofissionais, hoje a sua situação seria desastrosa e não teriam feito fracassar as múltiplas tentativas do poder para degradar ainda mais as condições do seu exercício profissional».

Professores

Depois de uma semana de acções contra a candidatura ao 8º escalão, a Fenprof promoverá no dia 24, sexta-feira, uma manifestação nacional de professores, com concentração marcada para as 15 horas, no Pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa.

Parmalat ao ataque na UCAL

Num plenário realizado dia 10, em Águas de Moura, os trabalhadores da UCAL exigiram a «retirada imediata das famigeradas propostas de contrato individual de trabalho e aditamento ao contrato de trabalho». A administração da Nova UCAL/Parmalat, reclama a moção aprovada sextafeira, deve iniciar o diálogo com as estruturas representativas dos trabalhadores.

Depois de anos de má gestão da UCAL, que desembocaram num processo de falência, resolvido judicialmente com opção pela viabilização, foi formada a empresa Nova UCAL. Nesta, a Parmalat (que já alugara antes as instalações de Águas de Moura para nelas fabricar os seus produtos) é o accionista maioritário, com 95 por cento do capital social.

«Pese embora as dúvidas justificadas dos sindicatos sobre o processo de recuperação, a Federação da Química e Farmacêutica solicitou de imediato uma reunião à Nova UCAL, a fim de se analisar e esclarecer a situação que do acordo

resultara para os trabalhadores» - relata uma nota de imprensa do Sindicato dos Químicos do Sul. A Nova UCAL não se mostrou disponível para reunir, mas a Parmalat não esteve com delongas: «sem aguardar pelo trânsito em julgado da sentença homologatória, está a exercer uma pressão, a todos os títulos reprovável e inadmissível, sobre os trabalhadores da UCAL, tentando obrigá-los a assinar um contrato de trabalho e um aditamento que configura uma autêntica autorização para o seu próprio despedimento», protesta o sindicato.

Além do livre despedimento, sem indemnização, os documentos que os trabalhadores pretendem ver retirados de circulação implicariam, a serem aceites, reduções na retribuição e categoria profissional e anulação da antiguidade e do local de trabalho, refere o STIQS, considerando que esta é uma «situação de autêntico desmando e desrespeito da Parmalat pelas leis e soberania do nosso

Monumento ao Antifascista no Alentejo

O Núcleo de Montemor-o-Novo da União dos Resistentes Antifascistas (URAP) promoveu o lançamento de um movimento para a construção, nesta cidade, de UM MONUMENTO AO RESISTENTE ANTIFASCISTA DO ALENTEJO. Pretende-se simbolizar «a resistência ímpar do Alentejo e, isso sim, projectar esse exemplo para este presente e aquele futuro que nos bate à porta», informa a URAP, que acrescenta:

«Constituiu-se, então, uma Comissão para a Construção do Monumento ao Resistente Antifascista do Alentejo, aberta a todos — pessoas individuais ou instituições — que nela queiram activamente participar. Vamos dar largas à imaginação e multiplicar as iniciativas para angariar fundos, sem dúvida, mas sobretudo para avisar a malta que é preciso continuar a interrogar, a mexer, a lutar».

O escultor Hélder Batista foi o escolhido para criar o monumento.

JCP está contra não dissolução da AR

Considerando a não dissolução da Assembleia da República «é contrária aos interesses dos jovens portugueses ao permitir que o PSD prossiga a sua política de destruição do aparelho produtivo, de desestabilização social, de ataque aos direitos dos portugueses, nomeadamente dos jovens», a JCP alerta para o facto de «as próximas eleições legislativas, independentemente da altura em que se realizem, constituírem a melhor oportunidade para todos os que têm sido penalizados pela política do PSD, a rejeitem e contribuam para uma alternativa democrática que leve a cabo uma nova política».

Entretanto, cerca de quarenta estudantes do Ensino Secundário em Évora participaram num debate-convívio realizado no 11 de Fevereiro no CT em Évora promovido pela JCP.

Neste debate usaram da palavra Antónia Labaredas, Vanessa Silva, Florêncio Cacete, que fizeram o apelo à participação nas lutas de 24 de Março e responderam às questões colocadas.

Verdes questionam «negócio» no Arade

O Partido Ecologista «Os Verdes» apresentou na Assembleia da República um requerimento ao Governo, para exigir explicações sobre «o insólito negócio na barragem do Arade a que a Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Algarve apesar de alertada, vem dando estranha cobertura».

A questão, suscitada na sequência da visita da deputada Verde, Isabel Castro, ao Barlavento, prende-se com a existência nessa Barragem de um restaurante, cujo proprietário «não só o mantém a funcionar na mais completa ilegalidade (sem licenciamento e parecer sanitário) como instalou — na ilha aí existente — um parque de campismo e barcos a motor cuja exploração clandestinamente faz».

Barreiro realiza Semana da Juventude

Entre 24 de Março e 2 de Abril realiza-se, no concelho do Barreiro, a Semana da Juventude, organizada pela Câmara Municipal em colaboração directa com as associações juvenis.

Muita música, debates e colóquios sobre diversas problemáticas com que se debate a juventude, iniciativas relacionadas com as novas tecnologias e com a preservação do ambiente, desporto e cultura, nas suas diversas vertentes, para além de um grande número de actividades recreativas, são algumas das acções que pontuam esta edição de 95 da Semana da Juventude no Barreiro.

MDM em luta

Por ocasião do 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, o MDM anuncia que «em 1995 vamos pedir responsabilidades aos que têm governado o nosso país pela situação de desemprego, empobrecimento e exclusão social em que, por causa da sua política, se encontram milhares de mulheres portugueses», tal como «vamos recusar todos os discursos demagógicos e enganadores que, acenando-nos com novos/velhos modelos e propostas de (pseudo) igualdade, visam exclusivamente captar o nosso voto». E acrescenta:

«O 8 de Março de 1995 e as suas comemorações têm de ser o ponto de partida para uma caminhada de luta em defesa dos nossos directos, caminhada que só terá fim quando a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, consagrada na lei, tiver correspondência na vida.»

Governo segrega CNA de Programa de Apoio à Agricultura

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) acusou o Governo de «violar as normas constitucionais» e «afrontar os agricultores portugueses e a CNA» ao criar a «Comissão Consultiva do PAMAF (Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal)», não incluindo a CNA, mesmo depois de ter recebido a Confederação em audiência, no passado dia 16 de Janeiro.

«Este acto antidemocrático acentua a discriminação da CNA e da Agricultura Familiar Portugesa pelo Governo» e «demonstra que o sr. Ministro da Agricultura não está a ser honesto nas suas atitudes políticas e não está a querer resolver, a sério, os problemas da Lavoura», acusa a CNA, que acrescenta:

«Assim nasce viciada a Comissão Consultiva do PAMAF — a ser certamente comandada pela CAP assessorada pelo sr. Ministro — o que não augura nada de bom ou de limpo para o sector agrícola. Vamos reclamar

justiça junto dos vários Órgãos Institucionais e de Soberania. Vamos esclarecer os Agricultores Portugueses e mobilizá-los contra mais esta afronta.»

Há que desendividar a lavoura

Na mesma conferência de Imprensa, a CNA abordou a questão do desendividamento da lavoura, começando por equacionar o problema.

«Segundo alguns dados vindos a público — disse — a agricultura portuguesa acumulava uma dívida à Banca estimada em cerca de 350 milhões de contos em 1994, dos quais cerca de 80 milhoes são do serviço anual da dívida (juros e amortizações). Em 1993, só os juros representaram cerca de 90% do total dos subsídios recebidos. O próprio crédito oficial aprovado em 1994 (e anos anteriores) acabou por ser quase todo consumido na renegociação das dívidas, ou seja no essencial serviu para a Banca recuperar algum do crédito «mal-parado».

Esta situação financeira «traduz um endividamento ruinoso dos agricultores e cooperativas agrícolas e faz com que a própria Banca, depois de especular com as taxas de juro, não esteja agora interessada em conceder-lhes novos créditos», acusa a CNA, que «propõe e reclama que o Governo encare a tomada de medidas financeiras que possibilitem o Perdão total das dívidas aos Agricultores (e suas associações) que tenham investido e trabalhado com seriedade ou que, no mínimo, permitam o reescalonamento da amortização das dívidas para prazos não inferiores a 20 anos e sem juros».

E frisa:

«Ou são tomadas estas medidas financeiras de fundo ou todas as outras ficam comprometidas, incluindo as que estão previstas no PAMAF, como comprometido ficará o pró-

prio investimento produtivo já realizado.»

As linhas de crédito bonificado: — linha de crédito de campanha e linha de crédito de antecipação de ajudas ao rendimento — recentemente criadas, «facilitam um pouco o acesso ao crédito por parte dos Agricultores. Porém pecam por serem tardias (chegaram com um atraso de, pelo menos, 10 anos) e não evitam situações de privilégio para alguns — os grandes proprietários absentistas do Sul e certas agro-indústria (normalmente «apadrinhados» pela CAP) que poderão ir negociar juros abaixo dos 10% — e de discriminação da maioria — os pequenos e médios agricultores e a agricultores familiar, a quem a Banca, ou recusa novos créditos, ou exige taxas e garantias mais elevadas», conclui a CNA, considerando estas linhas de crédito «insuficientes» e que «não vão resolver o problema do endividamento e da descapitalização do sector».

Com lançamento duma carta-apelo Prossegue a bom ritmo Campanha Nacional de Fundos

"O PCP lançou uma campanha Nacional de Fundos, até 31 de
Dezembro de 1995, tendo como
meta obter 150.000 contos que
contribuam para apoiar o reforço
do Partido e para suportar os custos duma activa, esclarecedora e
mobilizadora campanha para as
eleições legislativas", afirma a
carta-apelo que está a ser distribuído por todo o País pela Organização do PCP, onde se explicitam os
meios práticos de concretizar as
constribuições.

Assinalando que "a intervenção, a contribuição e o reforço do PCP e da CDU são condição reconhecidamente indispensável para construir uma autêntica alternativa democrática, para que um novo governo realize uma nova política que corresponda aos reais interesses dos trabalhadores, do povo e do país", o documento frisa que "para manter e reforçar a actividade que já desenvolvemos, para fazer face aos pesados encargos da campanha eleitoral que se avizinha, são necessários grandes recursos financeiros".

Finalmente, a carta-apelo recorda que "os custos da acti-

vidade política aumentaram grandemente" e que sendo conhecida "a desproporção de recursos do PCP em relação a outras forças políticas que são apoiadas por grandes grupos económicos", esta Campanha Nacional de Fundos "visa atenuar essa grande desproporção de meios"

Campanha avança no Distrito de Setúbal

Entretanto, a Campanha Nacional de Fundos "começa a ganhar corpo no Distrito de Setúbal", segundo assinala a DORS do PCP. A IV Assembleia da Organização de Setúbal, realizada em 17 de Feverei-

APOIAR O PCP
reforçar a CDU nas Eleições
oma alternativa com os trabalhadores

Mil contos para o Partido
PCP &

CAMPANHA NACIONAL DE FUNDOS

ro passado, "permitiu dar um grande impulso ao desenvolvimento da Campanha", começando a formar-se Comissões de Fundos em muitos Concelhos deste Distrito, a par de reuniões de activistas para organizar a Campanha, a distribuição de cupons e das listas, etc.

Entretanto a divulgação da campanha alargou-se, começando a aparecer iniciativas como a da Organização Concelhia da Moita do PCP que, no seu boletim, deu um importante destaque à Campanha de Fundos.

A realização de 34 iniciativas comemorativas do aniversário do Partido, com a participação de milhares de camaradas e amigos, "permitiu levar a todo o Distrito o apelo para um grande arranque da Campanha de Fundos", assinala ainda a DORS do PCP, que informa, ainda, que na IV AORS foram recolhidos cerca de 284 contos e no almoço de aniversário do Partido, no Seixal, no passado dia 5 de Março, se apuraram 306.600\$00, entre vários donativos conseguidos noutras inicia-

Lei do Jogo

O Decreto-Lei que reformula a Lei do Jogo esteve em debate na Assembleia da República, faz amanhã oito dias, na sequência de um pedido de ratificação nesse sentido apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP. Na base da iniciativa, de acordo com as razões expostas pelo deputado comunista Alexandrino Saldanha, a reiterada
perseguição aos
trabalhadores gerada por um
conjunto de medidas do diploma, o qual estabelece, simultanemente, uma clara diminuição do papel da Inspecção Geral de Jogos no controlo e funcionamento dos casinos. Em causa está, no essencial, o facto de o diploma ter alterado profundamente a chamada Lei do Jogo, alterações essas que nalguns aspectos colidem com matérias relativas a direitos, liberdades e garantias, constituindo noutros um verdadeiro atentado à dignidade dos trabalhadores (veja-se a imposição da proibição do uso de bolsos nos fardamentos). Daí o pedido de não ratificação suscitado pelo PCP - posição compartilhada pelas estruturas sindicais, que acompanharam o debate das galerias -, na perspectiva de que é Preferível manter a redacção inicial do diploma anterior do que proceder a uma alteração para pior, à revelia da Assembleia da República,

Debate em Évora

como fez o Governo.

Questões como o porte-pago, a carteira profissional do jornalista ou os subsídios de reconversão tecnológica foram temas em debate, faz amanhã oito dias,em Évora, num encontro com os órgãos de comunicação social regional do distrito. A iniciativa partiu da Direcção Regional do PCP e nela participaram, para além de Raimundo Cabral e Diamantino Dias, do Conselho Nacional, os deputados Lino de Carvalho e António Filipe, bem como José Garibaldi, membro da Alta Autoridade para a Comunicação Social. No decorrer do jantarencontro foram ainda motivo de reflexão dos presentes a situação das rádios locais, tendo igualmente sido abordada a mensacidade do abordada a necessidade de criação de um sistema de incentivos públicos.

Visita a Estremoz

O deputado Lino de Carvalho efectuou, segunda-feira, uma visita ao concelho de Estremoz, no decorrer da qual manteve contacto com várias entidades e organismos. Do programa da visita, que se prolongou por todo o dia, constavam, nomeadamente, encontros na escola secundária Rainha Santa Isabel, no centro de saúde, no Centro de Recolhimento de N. Sra dos Mártires, no Centro Danguial de Santo Centro Paroquial de Santo André, na CERCI de Estremoz, no "Jornal Brados do Alentejo", na Câmara Municipal e nos estaleiros da Câmara de Évora. Inserida no quadro de contactos regulares desenvolvidos pelos deputados comunistas com as populações dos círculos pelos quais foram eleitos, esta visita culminou com uma sessão pública no salão nobre da Câmara de Estremoz. Antes, porém, Lino de Carvalho particípou ainda numa conferência de imprensa, tendo na ocasião sublinhado o seu propósito de levar a debate na Assembleia da República algumas das questões recenseadas no decorrer da visita, designadamente as que se prendem com a área da saúde, do apoio à terceira idade, dos deficientes e do ensino.

Privatização do BPA Uma operação obscura ao serviço do grande capital

O Decreto-Lei que aprova a última fase de privatização do Banco Português do Atlântico esteve em debate no Parlamento, no final da passada semana, por iniciativa do Grupo comunista, que suscitou a sua não ratificação.

Nos fundamentos da iniciativa do PCP, como explicou o seu líder parlamentar, Octávio Teixeira, estão "razões económicas e políticas de interesse nacional", o que desde logo acentua a diferença em relação a idêntico pedido de ratificação, igualmente em debate, formulado pelo PS, este suportado em "meros pretextos de natureza técnico-legal".

Defendida pelo secretário de Estado das Finanças, Esteves de Carvalho, no fundamental, foi a tese de que a "preocupação essencial" do Governo, sempre foi no sentido de "favorecer a estabilidade accionista indispensável ao desenvolvimento do BPA".

Octávio Teixeira demonstrou, no entanto, que a história não é bem assim e que a privatização do BPA se insere na lógica do processo de privatizações, cujo "único objectivo estratégico", sublinhou, é a "reconstituição do poder do grande capital sobre a economia nacional".

Esta foi, de resto, a primeira de um conjunto de razões

por si invocadas, todas elas solidamente suportadas em factos que do ponto de vista do PCP justificam a recusa liminar à ratificação do diploma. Neste caso, foi ainda Octávio Teixeira a lembrá-lo, as consequências dessa reconstituição do poder do grande capital não deixariam de se fazer sentir de modo nefasto na redução do número de postos de trabalho e em despedimentos, na "maior fragilização da decisão económica nacional na perspectiva do interesse do País e na maior dependência de orientações e interesses externos", no predomínio da actividade financeira em detrimento da actividade produtiva.

O facto de este Decreto-Lei se inserir numa "perspectiva de enorme e perigosa concentração no sector financeiro doméstico, com todos os seus efeitos negativos para as empresas produtivas e para os particulares", constitui um segundo motivo que não pode deixar de ser levado em linha de conta, na perspectiva de

Octávio Teixeira, que sublinhou a propósito que esta concentração capitalista tenderá a gerar uma redução dos efectivos bancários, uma maior cartelização do sector bancário no nosso país, a redução da concorrência pelos preços e a consequente manutenção de elevadas taxas de intermediação financeira.

O facto de o Governo "ter agido ao longo de todo o processo de forma totalmente incoerente" e de, por outro lado, ter optado "despudoradamente por um dos declarados interessados", constituem outras tantas razões, no entender do PCP, que justificam uma posição da Assembleia da República no sentido de impedir "a confusão entre negócios particulares e a gestão do património público", exigindo simultaneamente a "total transparência nas decisões do Governo".

Hospital Amadora/Sintra PCP propõe audição parlamentar

O Grupo Parlamentar do PCP solicitou a realização de uma audição parlamentar às condições que envolvem a construção e inauguração do Hospital Amadora/Sintra, unidade que servirá uma população de cerca de meio milhão de pessoas e que exigiu um investimento público na ordem dos 18 milhões de contos.

Em causa está, concretamente, conforme foi sublinhado em conferência de imprensa realizada para o efeito, a necessidade de, por um lado, serem cabalmente esclarecidas as razões que levaram a uma extraordinária derrapagem dos custos inicialmente previstos (mais 60 por cento, o que corresponde a qualquer coisa como 4,7 milhões de contos), e, por outro, as razões do atraso na sua entrada em funcionamento, uma vez que se encontra concluído.

A este respeito, do ponto de vista do PCP, como trataram de realçar os deputados Luís Peixoto e António Filipe, "é inaceitável que estando a construção do Hospital já finalizada" mantenha o Governo um compasso de espera para a sua entrada em funcionamento com o intuito não só de "poder entregar a sua gestão a um grupo privado", como também de "o poder inaugurar numa data que coincida com as próximas eleições legislativas".

Recorde-se, entretanto, que um recente acórdão do Tribunal de Contas chama claramente a atenção para o desfasamento entre os valores do contrato inicial e os custos finais, questionando simultaneamente outros aspectos, como sejam, por exemplo, os prazos entre a apresentação de propostas e a adjudicação, a questão da formação profissional ou o tipo de equipamento instalado ("tecnologicamente ultrapassado").

Em causa as reformas dos políticos Não aos privilégios Sim à transparência

A Assembleia da República rejeitou com os votos do PSD e PS o projecto de lei do CDS/PP sobre o estatuto remuneratório dos titulares de cargos políticos que visava acabar com o actual regime de reforma dos políticos. Favoravelmente, para além dos deputados do partido proponente, votaram os deputados do PCP, Mário Tomé (UDP) e Raul de Castro (ID), optando o independente Manuel Sérgio pela abstenção.

Com este diploma, o CDS/PP pretendia equiparar as reformas dos políticos às dos demais cidadãos, retirando para o efeito da lei todos os privilégios actualmente consagrados. No seu articulado, o diploma extinguia simultaneamente os subsídios de reintegração de que os titulares de cargos políticos podem beneficiar.

Pronunciando-se sobre a posição da sua bancada,o deputado comunista António Filipe considerou que as reformas dos políticos "são um princípio injustificável", pelo que defendeu a sua abolição, posição esta que, recordou, sempre foi a adoptada pelo PCP.

"Pode haver quem pense agora uma coisa diferente do que pensava e fez nesses anos. Foi pena que não pensassem o que dizem hoje pensar quando as decisões foram tomadas", salientou, referindo-se às propostas do PSD, PS e também do CDS que aprovaram as regalias agora em causa, concluindo que o PCP "opôs-se especificamente à reforma vitalícia dos políticos em todas as fases do processo da sua aprovação".

António Filipe fez ainda questão de se demarcar do diploma do CDS/PP, recordando que o projecto de lei do PCP "não contém ambiguidades nem cria novos privilégios, como faz o PP".

Apesar do PCP ter votado favoravelmente o diploma do CDS/PP, António Filipe apontou-lhe várias críticas, explicitando concretamente o facto de incluir uma fórmula de cálculo das reformas que "permite um privilégio especial aos deputados".

"A corrupção e a imoralidade vão de par com as flagrantes injustiças sociais, como a degradação do estatuto jurídico de quem trabalha, o atraso das regiões ou o sacrifício de sectores económicos determinantes", acentuou o parlamentar comunista, que considerou ainda que o País não pode ficar subjugado aos interesses dos grandes grupos económicos. Nesse sentido, frisou, é determinante "combater a crescente subordinação da decisão política aos interesses dos grandes grupos económicos", objectivo em que se inscreve o diploma apresentado pelo PCP que proíbe as empresas públicas e privadas de financiarem os partidos políticos.

Demagogia populista

Nota a reter do debate é ainda a deselegante troca de palavras entre as bancadas da maioria e do CDS/PP, muito próximas do insulto. Com efeito, depois do líder da bancada do PP ter desafiado a Assembleia da República a assumir aquilo que considerou ser "uma corajosa posição de solidariedade com o País real", aprovando a sua proposta de acabar com os privilégios dos políticos para fazer face à "desigualdade profunda que existe na sociedade", Guilherme Silva (PSD) acabou por apelidar a iniciativa como sendo uma "bandeira da mais ignóbil demagogia populista e do eleitoralismo fácil".

Foi aqui que o caldo se entornou, com Narana Coissoró, na réplica, a lembrar um outro incidente, ocorrido também com Guilherme Silva, durante a moção de censura do PCP, quando Jaime Gama apelidou o "vice" da bancada do PSD de "vulgar canalha", caso não provasse "insinuações" sobre a sua postura quanto à política para Timor-Leste. Ao recordar o episódio, o líder da bancada do CDS/PP referiu nomeadamente que tinha ficado chocado com a expressão, acabando, no entanto, por dizer que, "agora", viu que "é bem merecida".

Dia Internacional da Mulher

O Dia Internacional da Mulher foi assinalado na Assembleia da República com uma sessão plenária inteiramente dedicada ao tema, no decorrer da qual foi aprovado um voto subscrito por todos os partidos defendendo "o aumento de mulheres no Parlamento".

Com as deputadas sentadas na primeira fila das bancadas, habitualmente reservadas para as direcções dos grupos parlamentares, o 8 de Março foi celebrado com intervenções de todas as formações, depois de os serviços da Assembleia da República terem distribuído rosas encarnadas por todas as mulheres.

Para além do enaltecimento do evento, também assinalado na saudação de Barbosa de Melo, a tónica dominante nas várias intervenções foi a de que a representação política das mulheres no nosso país ainda está muito aquém do necessário e do que seria de desejar.

Evocando a data, Odete Santos, em nome da bancada comunista, referiu a propósito que "há dias que revolucionam o presente com memórias do passado", concluindo que o 8 de Março é precisamente um desses dias, "dia que com o 1º de Maio e os mártires de Chicago continua a trazer o eco das lutas operárias no feminino, das lutas da Mulher pela Paz, contra a opressão, pela Democracia".

Lutas que fazem sentido e se mantêm no quotidiano presente, ou não fossem exactamente as mulheres, como lembrou Odete Santos, as mais atingidas no desemprego, que têm uma remuneração média muito abaixo da remuneração média nacional, e que laboram nos ramos de actividade e exercem profissões que pagam mais baixos salários e em que o grau de qualificação é menor.

Tadjiquistão

Os comunistas, com 60 deputados eleitos, afirmam-se como a principal força do novo parlamento (181 lugares), segundo os resultados divulgados pela agência ITAR-TASS em relação à segunda volta das eleições legislativas que tiveram lugar, domingo passado, no Tadjiquistão.

Manobras

Israel e Estados Unidos têm estado a realizar importantes manobras militares conjuntas em território israelita, revelou um porta-voz da embaixada norte--americana em Telavive. De acordo com a mesma informação, os exercícios, iniciados há pouco mais de uma semana com a participação da força aérea, marinha e artilharia, prolongam-se até fins de Março.

Fidel

O presidente cubano,

no palácio presidencial

francês do Eliseu, em

Paris, com honras de

Fidel Castro, foi recebido

chefe de Estado, apesar de a sua visita não ter carácter oficial. Esta é a terceira visita de Fidel à Europa ocidental desde a queda do regime ditatorial de Fulgêncio Batista. Anteriormente, visitou Espanha, em 1984 e 1992. Oficialmente, Fidel foi convidado pela Unesco, que tem sede em Paris. O presidente cubano afirmou que a sua visita a França marcou o "fim do apartheid" imposto pelo ocidente ao seu país durante 36 anos, e lançou da tribuna da UNESCO um veemente apelo ao levantamento do "criminoso bloqueio dos Estados Unidos" ao seu "Porquê esta violência contra Cuba?", perguntou num discurso de cerca de uma hora proferido na sede em Paris da Organização das Nações Unidas para a cultura, a ciência e a educação. O bloqueio norte--americano - sublinhou representa uma "brutal violação dos direitos humanos de todo um povo". Constitui "a mais flagrante manifestação de intolerância", uma "monstruosa contradição com os ideais da comunidade internacional". Fidel Castro denunciou, por outro lado, os perigos de um mundo "unipolar" hegemonizado pelos

Turquia

dominar a cena

internacional".

O atentado anti-alevi de domingo passado e os confrontos com a polícia que se seguiram provocaram no total 11 mortos e cerca de 60

Estados Unidos, em que

capacidade militar para

"uma única potência tem

feridos. O atentado, perpetrado por desconhecidos contra

Alemanha

Vitória dos metalúrgicos

Após onze dias de greve, num movimento reivindicativo iniciado na Baviera em 24 de Fevereiro, os metalúrgicos oeste-alemães obtiveram uma significativa vitória, com reflexos positivos para os três milhões e meio de metalúrgicos de toda a Alemanha ocidental

O projecto de acordo agora alcançado, que abarca os anos de 95/96, prevê um aumento salarial de 3,4% a partir de Maio, seguido de novo aumento de 3,6%, de Novembro de 1995 a fins de 1996.

Por outro lado, e contrariamente às pretensões patronais, entrará em vigor em Outubro próximo a semana de 35 horas, sem reduções salariais.

O projecto de acordo satisfaz apenas parcialmente as reivindicações dos trabalhadores no que respeita aos salários, que exigiam aumentos de 6% em 1995.

Mas está claramente acima das pretensões do patronato, que apresentava propostas irrisórias de aumento, da ordem dos 2,3 por cento.

A última greve da metalurgia oeste-alemã realizou-se em 1984, e permitiu então alcançar aumentos salariais de 5,9 por

Na raiz do actual movimento reivindicativo, uma clara degradação das condições de vida dos trabalhadores. Oficialmente, os aumentos salariais foram de 5,4% em 1992, 3% em 1993 e 2% em 1994. Mas de facto, e

mercê da redução das horas de trabalho suplementares, da inflação e de um maior peso fiscal, vinha-se a registar, depois de uma estagnação em 1992, quebras sucessivas nos rendimentos de 11,1% em 1993 e de 2.5% em 1994.

Os aumentos agora obtidos vêm de alguma forma pôr travão a esta erosão sistemática dos salários.

De realçar também a importância da redução das horas de trabalho sem diminuição salarial. Trata-se, é verdade, de o mero cumprimento de acordos assinados em 1990. Mas num momento em que o patronato os pretendia pôr em causa, por um lado. Por outro, consagrando



Membros de um piquete de greve, à porta da Siemens, saúdam como uma vitória o acordo salarial

na prática o princípio de que é possível avançar com reduçõ-

A população de Saraje-

vo pode vir novamente a

ser alvo da guerra, dos

es dos horários de trabalho, sem cortes nos salários.

Esta vitória dos metalúrgicos alemães terá naturalmente reflexos positivos também para os trabalhadores de outros sectores em luta na Alemanha.

17.000 trabalhadores das empresas químicas da Alemanha ocidental fizeram uma concentração em Franquefurte, ao apelo do sindicato dos trabalhadores da indústria química. Tal como os metalúrgicos, reivindicam aumentos salariais de 6% para os 630.000 trabalhadores deste sector.

O sindicato dos trabalhadores da indústria da madeira e dos materiais plásticos lançou um apelo para que 7.000 dos 35.000 trabalhadores do sector entrem em greve pelas 35 horas semanais sem redução dos salários. A greve foi votada por 85,5% dos trabalhadores da indústria da madeira.



mortíferos tiros dos snipers, num momento em que é sensível a degradação da situação na Bósnia-Herzegovina, e o cessar-fogo que se deveria prolongar até finais de Abril, permitindo entretanto negociações de paz, é uma vez mais posto O acordo de cessar--fogo agora ameacado. entrou em vigor em 1 de

Janeiro, e deveria proporcionar a abertura de negociações com base nas propostas do grupo de contacto (EUA, França, Alemanha, Rússia e Grã--Bretanha), que dividia o país numa zona muçulmana (51% do território) e sérvia (49%)

PCP saúda

Congresso dos comunistas da Ucrânia

Dias 11 e 12 de Março, realizou-se em Kiev o 2º Congresso do Partido Comunista da Ucrânia. O PCP esteve representado por Aurélio Santos, membro do Comité Central, tendo enviado ao Congresso a mensagem de saudações que aqui transcrevemos.

Queridos camaradas

O Comité Central do Partido Comunista Português envia fraternais e calorosas saudações aos delegados do 2º Congresso do Partido Comunista da Ucrânia. Expressamo-vos a activa solidariedade dos comunistas portugueses com a luta que travais para que o vosso país possa superar as actuais difíceis condições e vir a retomar o rumo, renovado e fortalecido, da construção do

Ao contrário daquilo que proclamavam os inimigos do socialismo, os últimos anos confirmam que o capitalismo não só não é capaz de resolver como agrava os problemas da nossa época. O seu carácter explorador e

desumano evidencia-se claramente nos processos de restauração do capitalismo em países que tinham iniciado a construção do socialismo, bem como no agravamento de dramáticos problemas sociais mesmo nos países capitalistas mais desenvolvidos. Aproveitando a radical alteração da correlação mundial de forças criada com o desmantelamento da URSS, o imperialismo desencadeou, sob a hegemonia dos Estados Unidos, uma poderosa ofensiva contra os direitos e interesses dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo. Um dos seus objectivos é, precisamente, aniquilar as grandes conquistas alcançadas neste século XX, marcado pela Revolução de Outubro e pelas primeiras experiências históricas de construção do socialismo.

Em Portugal, o PCP defrontou a ditadura fascista e desempenhou um papel decisivo na Revolução de 25 de Abril de 1974. Hoie, desenvolve a sua actividade, em todas as frentes, contra a política do Governo de direita actualmente no poder, que restringindo a

democracia, está a restaurar no país o poder dos monopólios e a submissão ao imperialismo, nomeadamente através da OTAN. Procurando sempre aprofundar a nossa ligação aos trabalhadores e às massas populares, lutamos por uma democracia avançada, simultaneamente política, económica, social e cultural, no quadro da independência e soberania

Contrariando frontalmente as pressões para renunciar ao objectivo do socialismo, o nosso Partido declarou no seu Programa em 1992, que "por vias diversificadas e num processo comportando necessariamente redefinições e enriquecimentos de projecto, é a substituição do capitalismo pelo socialismo que, no limiar do século XXI, continua inscrita como uma possibilidade real e como a mais sólida perspectiva de evolução da sociedade humana". Reafirmando a sua identidade comunista, como partido da classe operária e de todos os trabalhadores, o PCP dá particular relevo ao poder real dos trabalhadores, a formas efectivas de democracia política e a estruturas socioeconómicas socialistas que permitam o amplo desenvolvimento das forças produtivas.

Queridos camaradas

Apesar das actuais dificuldades, encaramos com confiança o futuro. Trabalhadores e povos de todo o mundo prosseguem a luta contra a exploração capitalista e a opressão imperialista, pelo progresso social, pela emancipação e soberania nacional, pela paz e pelo socialismo. Nestas lutas, os comunistas, ao lado das outras forças progressistas, desempenham um papel indispensável e insubstituível.

Desejando-vos muitos êxitos na vossa actividade, reafirmamo-vos a activa solidariedade dos comunistas portugueses. Expressamos o nosso empenho em desenvolver no futuro as relações de cooperação e amizade entre os nossos dois Partidos, no interesse dos trabalhadores e povos de ambos os países e da causa da paz e do socialismo no

quatro cafés e uma pastelaria do bairro alevi de Gazi, na margem europeia do Bósforo,

provocou três mortos e

opuseram manifestantes e

desse atentado, fizeram já

oito mortos e cerca de 50

Os mortos e a maioria dos

feridos foram atingidos a tiro, segundo fontes

confrontos afirmaram que

Os alevis representam na

Turquia dez milhões de

população total de 60

a polícia disparou sobre

polícia, na sequência

15 feridos. Os incidentes que

feridos.

hospitalares.

Testemunhas dos

os manifestantes.

habitantes numa

milhões.

Copenhaga

Cimeira alternativa aprova Declaração

A Cimeira sobre o Desenvolvimento Social encerrou os trabalhos, domingo passado, com a aprovação de um documento não vinculativo - que cobre temas essenciais, como o desemprego, a saúde, a educação e os direitos humanos básicos.

Os países signatários são aconselhados a adoptarem a "proposta 20/20", que em síntese indica que 20% dos orçamentos de ajuda internacional devem ser investidos em programas de desenvolvimento social, enquanto os países a receber ajuda se comprometeriam a gastar 20% do seu orçamento nacional na resposta a necessidades sociais.

Os signatários concordaram ainda em "promover o pleno emprego, a igualdade entre homens e mulheres, o acesso universal à educação, uma assistência médica apropriada e a protecção dos direitos dos trabalhadores".

Entretanto, reunidas em Cimeira alternativa, um milhar de organizações não governamentais (ONG) aprovaram uma Declaração em que se denuncia o sistema neoliberal e se fazem propostas concretas, nomeadamente no sentido da desmilitarização e da imposição de códigos de conduta às multinacionais.

Segundo a Declaração das ONG, a lógica dos documentos finais da Cimeira baseia-se ainda na confiança nas "forças de um mercado livre e aberto", o que está em contradição com os objectivos expressos da Cimeira.

Um sistema "que coloca o crescimento acima de todos os outros objectivos, incluindo os valores e o bem-estar humanos, destrói as sociedades e as economias".

As ONG exigem uma redução significativa das despesas em armamento e o investimento dos meios assim libertados em "fundos de desmilitarização para o desenvolvimento".

A Declaração alternativa considera que os Estados devem implementar e assumir as suas responsabilidades no que respeita aos princípios definidos na convenção sobre direitos humanos. E defende

algumas medidas fundamentais no plano económico e financeiro - a imposição de um "código de conduta" às multinacionais e de taxas sobre os movimentos de capitais especulativos.

A própria realização de uma Cimeira sobre uma questão crucial, como é o "desenvolvimento social", testemunha da acuidade dos problemas e da urgência das respostas. Mas tal como em relação à Cimeira do Rio, e a múltiplos outros documentos internacionais, a questão central está na acção de movimentos populares que se empenhem na luta pela sua concretização prática.



Representantes das ONG na Cimeira de Copenhaga

EspanhaUma clara maioria de

espanhóis considera que o primeiro-ministro Felipe Gonzalez tem "responsabilidade política" nos casos GAL e Luis Roldan (65 e 67 por cento, respectivamente), indica uma sondagem divulgada pelo jornal El Pais.

Para 61 por cento dos inquiridos, Luis Roldan, ex-director da Guarda Civil, actualmente detido por corrupção, negociou um "pacto" com o governo.

No caso GAL, grupos para policiais acusados de pelo menos 25 assassínios no País Basco nos anos 80, 48 por cento dizem não acreditar no governo. Uma sondagem divulgada domingo pelo jornal El Pais indica, por outro lado, que 52 por cento dos espanhóis são favoráveis à realização de eleições antecipadas, contra 36 por cento que se pronunciam a favor da sua realização em

Argélia

Terroristas assassinam quatro mulheres

Uma estudante de 15 anos foi raptada, na escola que frequentava, perto de Argel, por um grupo de seis islâmicos armados, que seguidamente a degolaram, noticiou a agência oficial argelina APS.

A agência confirmou também informações veiculadas pelo jornal "Liberté", segundo as quais foram assassinadas, sábado, em Reghaia, duas irmãs. Karima Kedjali, 21 anos, sem profissão, e Ama, 18 anos, estudante.

As duas jovens foram mortas em casa, na presença do pai e de uma outra irmã de 13 anos, por um comando de três homens.

A APS revelou também que oito fundamentalistas islâmicos armados assassinaram uma mulher grávida, Yamina Amrani, 26 anos, na sua casa na região de Blida.

Uma sucessão de assassinatos em que as mulheres e jovens estudantes surgem como principais vítimas - alvos preferenciais dos fundamentalistas islâmicos.

O Grupo Islâmico Armado (GIA) defende o encerramento das escolas secundárias e superiores, declarando o ensino contrário à "sharia" (lei corânica). Por outro lado, é de referir que, entre Agosto de 1993 e Novem-

bro de 1994, 112 mulheres foram assassinadas pelos grupos fundamentalistas.

Segundo um balanço oficial, 8.677 civis foram assassinados em 1994. Este número engloba 1.800 operários, 122 moudjahidin (veteranos da guerra da independência), 111 professores, 300 mulheres, 52 imams (pregadores religiosos), 21 jornalistas e 61 estrangeiros.

Ao longo do ano passado, a média semanal de assassinatos de civis foi de 200.

O balanço oficial revela ainda que o terrorismo concentra-se essencialmente no centro da Argélia. De entre as regiões mais atingidas, a de Blida detém o recorde do número de atentados, com 580 civis assassinados e 124 feridos. Seguem-se as regiões de Médéa e Argel.

África do Sul

Dez meses de um difícil equilíbrio

Dez meses volvidos sobre a constituição do primeiro governo democrático da África do Sul, resultante das eleições de Abril de 1994, que deram uma esmagadora vitória ao ANC, o balanço possível está longe de ser linear. Tal como o não são as condições em que se processa a transição de um regime de apartheid para uma democracia, em que o movimento democrático e anti-apartheid detém posições determinantes no governo, mas a minoria branca mantém de facto o poder económico.

Um delicado equilíbrio político e social que apresenta dificuldades de monta.

Por exemplo. Neste momento, 50.000 proprietários de terras, brancos, o que corresponde

a 0,17% da população, continuam a ter em sua posse 85% das terras agrícolas, resultado da expropriação massiva da terra a três milhões de africanos.

A actual Constituição, resultante do consenso possível, que abriu caminho ao fim do regime de apartheid, não permite as expropriações. E a única forma de obter as terras necessárias para a implementação da reforma agrária, seria a sua compra.

Uma situação que poderá começar a ser alterada, graças à aprovação, em meados de Novembro, pelo Parlamento sulafricano, de uma lei sobre a restituição do direito da terra que, nas palavras do ministro das Questões Agrícolas, Derek Hanekom, visa inverter o pro-

cesso desencadeado em 1913, em que os brancos se atribuíram a maioria esmagadora das terras agrícolas, deixando para a maioria negra cerca de 13% dessas terras.

Graças à nova lei, as pessoas espoliadas das suas terras poderão reclamar a sua restituição perante um tribunal que terá o direito de restabelecer os direitos das famílias desapropriadas e atribuir-lhes compensações.

Esta lei sobre a restituição das terras surge como a primeira etapa de um projecto mais vasto de desenvolvimento rural, tanto mais importante quanto é nas zonas rurais que a pobreza assume mais dramáticas dimensões.

Cerca de 3 milhões de famílias continuam, entretanto, a viver em condições de miséria. Uma situação que não será fácil, para já, ultrapassar. O ponto de partida - para avançar com o Programa de reconstrução e desenvolvimento defendido pelo ANC - é particularmente dificil. Segundo o Banco Mundial, a economia sul-africana é uma das que maiores desigualdades produz. E os rendimentos das camadas mais pobres (que obviamente são negros) diminuíram em 40% ao longo dos anos 80 e 90.

O arrastar desta situação tem mesmo gerado claras divergências no seio da Aliança ANC comunistas (SACP) - sindicatos (COSATU), tal como entre movimentos populares que massivamente apoiaram o ANC, como é o caso das organizações cívicas de luta pela habitação e condições de vida dignas.

Um debate que se processa, entretanto, no seio desta aliança política, na perspectiva de que o protagonismo das organizações populares, sindicais, civis e sociais, continua a ser o seu ponto de referência e o seu decisivo apoio.

Num quadro muito difícil, aliás sublinhado por Mandela na primeira Conferência do ANC desde a queda do apartheid, a nova lei sobre a restituição das terras surge como o início da aplicação do Programa de Desenvolvimento e Reconstrução, a decisão mais importante destes últimos dez meses.

Bósnia

Dezembro.

Yasushi Akashi, representante especial da ONU na ex-Jugoslávia, reuniu-se com o líder servo-bósnio, Radovan Karadzic, em Pale, subúrbios de Sarajevo. As conversações deverão incidir na consolidação do acordo de cessação das hostilidades na Bósnia e nas possibilidades de relançar o processo de paz. Num encontro, domingo

passado, com o
presidente bósnio Alija
Izetbegovic e os membros
do seu governo, Akashi
evocou as violações da
trégua em vigor desde 1
de Janeiro por quatro
meses.

Egipto

O presidente egípcio,
Hosni Moubarak, rejeitou
a adesão do seu país ao
Tratado de nãoproliferação nuclear, sem
que idênctica opção seja
feita por Israel.
Moubarak afirmou ainda
que iria debater essa
questão com Israel, "para
obter um acordo que
permita libertar a região
de todas as armas de
destruição massiva".

Texto Anabela Fino Fotos Jorge Caria

em um rosto que dá prazer olhar, uma voz agradável de ouvir e uma franqueza na forma de se exprimir verdadeiramente cativante. Aos 28 anos, o seu nome e trabalho são reconhecidos a nível nacional e internacional, mas é com prazer e sem vaidade que fala do que faz ou sonha fazer. É com alegria e orgulho que fala do dia em que Maria, a amiga de sempre, foi premiada pelo desempenho da outra Maria que ela própria criou. Tem entre mãos um projecto chamado "Outros Portugueses", em que os personagens são todos crianças na sua vida real, e já descobriu que a infância pode ser terrível.

É Teresa Villaverde, realizadora de cinema, em grande plano no "Avante!"

Cinema e Portugal parece uma equação com muitas incógnitas. Como é que uma mulher, ainda por cima realizadora, lida com este complexo binómio?

Ser mulher e ser realizadora, em Portugal, não é um grande problema. Eu, pelo menos, não noto diferença nenhuma. Se calhar, é porque quando já se está a trabalhar, se fica tão entusiasmado que nem se tem tempo para sentir esse tipo de coisas... É claro que há mais realizadores homens do que mulheres, em Portugal como nos outros países, mas apesar de tudo, a percentagem não é assim tão pequena, se se tiver em conta que as mulheres começaram a trabalhar nesta área há muito menos tempo do que os homens.

E no que diz respeito aos apoios? Afinal, apareces a fazer cinema num país que não se tem pautado por dar grandes incentivos ao cine-

Não é bem assim. O Estado, em Portugal, continua a cobrir uma percentagem grande do orçamento dos filmes, o que sucede é que cada vez é menos possível fazer cinema só com esse dinheiro, é necessário encontrar outros financiamentos, incluindo noutros países. O que depende, naturalmente, de quem quer fazer cinema, de já se ser conhecido ou não. Quem começa tem muitas dificuldades; tratando-se de uma primeira obra, e porque o subsídio que se recebe do Estado não chega, a situação é muito difícil, não há ainda nada para mostrar... Arranjar financiamentos nestas condições é complicado e faz com que se possam estar a perder muitos talentos.

Mas para mim, o problema maior nem é esse. Há agora a ideia de que o cinema europeu, para concorrer com o cinema americano, tem de investir

em grandes produções; ora, isso está a fazer com que, na Europa, se façam filmes muito mais caros e muito menos filmes. É contra isso que estou completamente

Essa tendência já se faz sentir em Portugal?

Penso que sim, o que faz com que se apoiem muito menos projectos, quando o contrário é que seria desejável. Repara, não é que eu me importasse de dispor de milhões de dólares para fazer um filme, de maneira nenhuma, mas o que eu não posso deixar de pensar é que, numa situação dessas, os donos desses milhões iam querer saber que raio de filme é que eu estava a fazer, iam querer controlar e, no fim, quereriam reaver os seus milhões. Se fosse só receber os tais milhões para fazer o que

quisesse, encantada da vida, mas as coisas não se passam assim...

Essa é uma das tuas ambições?

Não, nem por isso. Acho que é muito melhor arranjar dinheiro de vários sítios, mas pouco...

O compromisso é menor, é isso?

Exactamente. É uma forma de não perder a liberdade, o que acho que é fundamental para as pessoas que fazem cinema como uma arte. Como o cinema é uma arte muito cara, toda a gente acha que tem o direito de intervir no que nós fazemos... Ninguém diz a um escritor, por exemplo, que a página três está muito mal ou que ficava melhor a seguir à seis...

Se calhar dizem...

Se calhar dizem os editores, mas os críticos não falam assim dos livros, nem sequer as pessoas quando estão a discutir um livro com o seu autor... Mas a nós dizem-nos tudo! Não estou a falar do público, nem dos comentários que se fazem quando se está a ver um filme; estou a falar de pessoas com responsabilidade, aquelas que consideram que um filme, porque custa muito dinheiro, funcionaria muito melhor, em termos de negócio, se fosse feito desta ou daquela maneira, se o fim fosse para o princípio, se trocássemos tudo... Estou convencida de que o resultado seria desastroso, porque quanto mais gente há a dizer como fazer, pior é o resultado. Um filme tem que ser um projecto em que uma pessoa, ou um grupo de pessoas, acredium cinema completamente dife-

Como é que começaste a fazer guiões, a despertar para o

Bom, eu sempre desejei fazer cinema, mas como em Portugal só havia uma escola de cinema, que não me agradava muito...

Não te agradava porquê?

Esta escola, como todas as escolas de arte, tem muito que se lhe diga. A ideia que eu tinha, e que continuo a ter, é que se tratava de uma escola para onde as pessoas entravam cheias de ideias e de onde saíam cheias de medo e sem ideias nenhumas. A partir daí, veio

a ideia de ir estudar para o estrangeiro, mas como a minha família não tinha dinheiro para me mandar para a América ou para a Inglaterra, encarou-se a possibilidade de eu ir estudar para um (então) país socialista. Na altura pen-

Acho um bocado perigoso que, lá porque se viu uma situação profundamente injusta, se decida fazer um filme sobre isso. Porque o que sucede é que nós vamos fazer a nossa história para lá encaixar aquele problema, vamos inventar um personagem que resume toda uma situação, uma espécie de símbolo, e isso é muito redutor

começar a trabalhar em montagem, em assistente de realização, coisas desse género. Como nessa altura não havia apoios para curtas metragens - quando o percurso normal é justamente esse, fazer pequenos filmes primeiro e só depois de ganhar experiência é que se avança para produções maiores -, não tive alternativa senão pedir subsídio para uma longa metragem. Nessa altura já tinha escrito argumentos de filmes, em colaboração com outras pessoas, ao mesmo tempo que ia escrevendo sozinha o argumento para o meu próprio filme...

Tiveste alguma aprendiza-

gem de como fazer um argumento, ou foste apenas escrevendo? Fui apenas escrevendo. Penso que essa é mesmo a melhor forma de aprender, ir escrevendo e aprendendo com os erros que se faz. Mas não é só

Grandes Planos

Entrevisia com Teresa Villaverde

sei na Hungria, mas como não davam bolsas, acabei por ir para a Checoslováquia. Quando lá cheguei e me disseram que tinha de lá ficar oito anos, achei um exagero; fiquei um ano, a aprender a língua, e vim-me embora. O que eu queria era começar a trabalhar, a mexer

Um filme tem que ser um projecto em que uma pessoa, ou um grupo de pessoas, acreditem; é a única maneira de, no fim um maior número de pessoas acharem que assim é que está bem, ou melhor dizendo, que compreenderam, que gostaram.

Essa liberdade é fundamental

nas máquinas, a fazer qualquer coisa de facto ligada ao cinema... Foi difícil furar, e aí talvez tenha pesado um bocadinho o facto de sef

mulher, não sei. Perguntavam-me sempre: "Concretamente, o que é que sabes fazer?" A isto só podia responder que, concretamente, não sabia fazer nada, mas por isso mesmo é que precisava de aprender! E estava disposta a fazer tudo, desde ajudar a produção, a pôr coisas em cima da mesa, levar a jarra com a água, fosse o que fosse.

E foi assim que começaste?

escrever, é escrever tendo em conta que o que se está a fazer é para ser filas filmagens foram um inferno; ele fugia monte fora, dizia que não filmava mado. Claro que ajudaria muito poder trabalhar antes com argumentistas, mas como em Portugal não há essa tradição, quem quer seguir por esta via tem de se desenrascar, como se costuma dizer.

Faz-se um guião e depois? Apresenta-se um projecto?

Sim, foi o que fiz, apresentei um projecto ao IPC; da primeira vez não me deram subsídio, e como a selecção só se faz uma vez por ano, tive de esperar até ao ano seguinte para me voltar a candidatar.

E os actores, como é que os escolhes?

O que me fascina mais no cinema é justamente o trabalho com os actores; como utilizo imenso grandes planos, o que primeiro me atrai nos actores é a cara, embora com isso não queira dizer que seja bonita ou muito feia, mas antes qualquer coisa que se sente, que chama a atenção. As vezes, na rua, vejo pessoas e penso que têm mesmo "cara de grande plano"! É evidente que também nos enganamos. Normalmente não faço testes, ainda que ds vezes seja preciso. O mais comum é falar com as pessoas, sobre os mais diversos assuntos, e acabo por perceber se são ou não as indicadas para os Papéis; quando tenho muitas dúvidas, dou-lhes o guião para ler e depois discuto com elas, o que permite saber se houve ou não uma

empatia com o personagem. Também acontece, como no caso de Três Irmãos, saber desde o princípio quem iria ser o actor principal, neste caso a Maria de Medeiros...

Sabias porquê?

A Maria é um caso particular: para além de ser muito minha amiga, de nos conhecermos muito bem, é uma excelente actriz. Como o personagem do filme era muito difícil com facilidade se podia cometer uma asneira e ficar tudo mal, se podia transformar o personagem numa figura 'coitadinha' , precisava de uma actriz particularmente inteligente e forte, em quem eu pudesse confiar bastante e que confiasse em mim, de forma a conseguir o impacto que se pretendia. Por isso, para mim, foi óbvio desde o início que aquele papel seria desempenhado pela Maria, o que me facilitou bastante o trabalho; à medida que escrevia os diálogos, já estava a ver a cara dela, a ouvir-lhe a voz...

No meio cinematográfico português também se registam 'cenas' entre realizadores e actores, como aquelas de que ouvimos falar em relação ao cinema americano, por exemplo, em que uns e outros fazem birras?

nem que viesse cá o Papa, atirava-nos pedras a todos (uma vez quase que me matou, com um pedregulho que me atirou à cabeça e passou mesmo a rasar!), e sei lá que mais. Mas pronto, ele era o actor e nós tivemos que engolir aquilo tudo. No caso dele não foi difícil, porque era uma criança e nós percebíamos a situação, mas noutros casos não é tão fácil.

No fundo, acho que isto é normal, que tem a ver com a tensão com que se trabalha. Ainda que eu fique muito mais tensa quando não estou a trabalhar. Filmar dá-me sempre grande prazer, o que nem sempre sucede com os actores. Acho que os actores portugueses, de uma forma geral, têm pouco prazer a representar...

Porquê?

Eventualmente porque, como não têm muito trabalho, são obrigados a fazer coisas que não lhes interessam, encarnar personagens em que não acre-

ditam, pelo que acabam por funcionar de um modo quase mecânico. Por outro lado, acho que alguns estão um bocado traumatizados,

O cinema português, ao contrário do que muitas vezes se pensa, é tanto a nível europeu como a nível mundial uma cinematografia que conta, tem uma marca de diferença que o distingue desses filmes uniformizados que acabam por ser todos iguais

> sem confiança em si próprios; já trabalhei com actores que considero muito bons e que, no entanto, estão tão habituados a que lhes digam tudo, mas tudo, o que têm de fazer, que receiam tomar a iniciativa, e se ninguém lhes diz onde pôr as mãos ou para onde olhar, ficam parados à espera. Eu não gosto de trabalhar assim, ainda que às vezes isso seja importante, em casos específicos. Mas gosto de

dar um certo espaço aos actores, para que recriem a personagem, até porque é daí que podem retirar prazer no seu trabalho, em vez de se limitarem a chegar ao fim e dizerem "Já está, pronto" e depois irem ver-se ao cinema, numa de "lá estou eu", e mais nada.

A propósito de prazer, o cinema tem que ter, para ti, uma função social, para além da de puro entretenimento, o que já não é pouco?

Quando estou muito cansada, gosto de ir ao cinema só para me divertir, e ver tudo a saltar e a explodir, de ver filmes mágicos, mas não era capaz de só ver isso. Por outro lado, acho que o cinema deve ser livre, que as pessoas devem fazer aquilo em que acreditam. Mas é evidente que, como nós somos pessoas, como andamos pelo mundo e vemos problemas, situações mais ou menos complexas, acabamos sempre, mesmo sem querer, por ser afectados e por reflectir isso no nosso trabalho. No entanto, acho um bocado perigoso que, lá porque se viu uma situação profundamente injusta, se decida fazer um filme sobre isso. Porque o que sucede é que nós vamos fazer a nossa história para lá encaixar aquele problema, vamos inventar um personagem que resume toda uma situação, uma espécie de símbolo, e isso é muito redutor. As pessoas não são todas iguais, mesmo em idênticas situações cada caso é um caso. E isso, para mim, é fundamental, pelo que acho que mais vale fazer uma história sobre uma pessoa em particular, e não resumir nela os casos de toda a gente, porque isso acaba por ser falso, redutor.

Ouando começo a escrever, parto naturalmente de situações que me tocam, mas à medida que crio os personagens eles passam a ter vida própria, a sua base social deixa de me interessar. Agora, claro, se foi daí que parti,

no fim, se calhar, vou lá parar outra vez. Identificas-te com as interpretações que são feitas dos teus filmes. ou achas que as pessoas transportam para os filmes muita coisa que o

realizador não pretendeu lá pôr? Às vezes identifico, outras não. No caso de Três Irmãos, por acaso. acho que as pessoas perceberam bem o que se pretendia contar e sucedeu até, como o filme foi concebido como uma poesia, que os comentários me ajudaram a ver melhor o que tinha feito. Penso que quanto mais livres são os filmes, mais poéticos, mais natural é que haja diferentes leituras, e tam-

Filmar dá-me sempre grande prazer, o que nem sempre sucede com os actores. Acho que os actores portugueses. de uma forma geral, têm pouco prazer a representar

bém é verdade que por vezes se chama a atenção para aspectos que estão no filme que nem eu nem os actores nos demos conta de que lá estavam quando o fizemos.

O cinema está em crise?

Não sei se o cinema está em crise. Acho que o mundo está em crise, que as pessoas estão muito confusas, que toda a gente sente que o mundo está a caminhar a uma enorme velocidade não se sabe para onde. Essa confusão reflecte-se no cinema. No entanto, em Portugal, vê-se muito pouco do que se está a fazer. A maior parte dos filmes exibidos são americanos (e nem sequer o que de melhor se faz na América), algum cinema europeu, e mais nada. E não é só na América e na Europa que se faz cinema. Na Ásia está a fazer-se um excelente cinema, inovador, e não me refiro só à China. É disso que nós precisamos, de coisas diferentes. Isso tem a ver com a tal liberdade de que já falámos. Quanto mais livres pretendem ser os filmes, mais dificuldades enfrentam, por causa dos dinheiros que envol-

O cinema português, ao contrário do que muitas vezes se pensa, é - tanto a nível europeu como a nível mundial - uma cinematografia que conta, tem uma marca de diferença que o distingue desses filmes uniformizados que acabam por ser todos iguais. Agora, se se tentar medir tudo por números - como tentam fazer sempre - é evidente que um filme português não tem grandes hipóteses de obter um sucesso internacional que permita pagá-lo ao fim de um mês ou de um ano, quanto mais não seja pelo obstáculo da língua e porque em muitos países não há a tradição de ver filmes com legen-

Fazer cinema em Portugal

Não. Começa agora a ser possível que um realizador de cinema seja só realizador de cinema, que não tenha de ter outra actividade qualquer entre dois filmes. Acho que este é um direito pelo qual os realizadores têm de lutar, mas que

praticamente ainda não existe. Ao contrário do que se pensa, os realizadores de cinema, no nosso país, são sempre os últimos a receber, a ter qualquer regalia, mínima que seja. Considero que isso está mal, que temos direito a ter uma profissão; realizador de cinema é uma profissão que oficialmente não existe, não consta nas Finanças, não dá direito a Segurança Social, não dá direito a nada.

É verdade que nós, os realizadores, adoramos o que fazemos, mas lá por isso não quer dizer que não ganhemos algum dinheiro com a nossa pro-

Comemoram-se, este ano, cem anos de cinema. O que significa isto

para ti? Toda a gente fala dos cem anos do cinema, como se fosse muito velhinho. Comparado com as outras artes, um século de cinema faz dele um ovenzinho. Acho maravilhoso que o cinema faça cem anos e, ao contrário do que alguns dizem, acredito que fará muitos outros cem. Acredito que o cinema existirá sempre, quanto mais não seja porque haverá sempre uns malucos para levantar esta bandeira.

Se o cinema desaparecesse, as pesssoas iriam sentir a sua falta e seria necessário inventá-lo outra vez.



tem; é a única maneira de, no fim, um maior número de pessoas acharem

que assim é que está bem, ou melhor dizendo, que compreenderam, que gos-

indústria, como se fosse uma fábrica de sapatos ou de outra coisa qualquer,

em que cada produto custa tanto... O que acho é que nesse caso se trata de

Não tenho nada contra as pessoas que vêem o cinema só como uma



Essa liberdade é fundamental.











As vezes acontece, o que até é normal. Nós filmamos - e isso só aconlece em Portugal - seis dias por semana, doze horas por dia ou mais. É arra-

Agora, temos que sentir prazer no que fazemos e temos que nos divertir. Por exemplo, quando filmamos uma cena violenta, que sabemos que vai mexer com a que sabemos que vai mexer com a constante de cinema nós mexer com o espectador quando a estiver a ver numa sala de cinema, nós

ainda fazemos coisas pequenas, convém que o realizador não tenha birras, até porque é a birras e se a equiaté porque é quem está mais empenhado no filme; se faz birras e se a equipa começa a desligar-se dele, não vai ganhar nada com a situação.

Mas há casos em que há birras. E dos actores também. Lembro-me dum o, no monocare em que há birras. E dos actores também. Lembro-me dum caso, no meu primeiro filme, em que o actor principal era uma criança; coitado, a filma en des país e dos mãos, não foi nada fácil. A princípio, tem imensa graça, mas depois deixa de ter prace de ter graça e passa a ser uma obrigação, um trabalho. Houve dias em que

sador. Com a agravante de que o dia de folga não é mesmo dia de folga para alguns que se facil percealguns, que têm de preparar nesse dia o trabalho dos outros. É fácil perceper que estamos a maior parte das vezes sob grande tensão, pelo que se toma essário aliviar de vez em quando essa tensão; claro que se só houver tensão e não houver prazer nas filmagens, tudo se torna muito complicado.

o-nos, ficamos contentes... e também choramos, quando ficamos muito De uma maneira geral, neste tipo de produção como a nossa, em que da fazar

tado, a filmar aquelas horas todas, fora de Lisboa, longe dos pais e dos irmãos, não sei

Tempo de agir, reivindicar e lutar

UMA reunião em que se analisava as manobras e as encenações do Governo do PSD, o seu impacto e a sua maior ou menor credibilidade na opinião pública, um camarada, com sentido de humor, lembrava que o conto do vigário, apesar de estar instituído há mais de cem anos, ainda hoje vai dando alguns frutos aos vigaristas.

Nem a propósito, o Governo do PSD anunciou (imagine-se!!!) que o Conselho de Ministros tinha aprovado um plano de combate ao desemprego. Apertado então pela real possibilidade de dissolução da Assembleia da República e convocação de eleições antecipadas, não fosse o diabo tecê-las, iniciou a propaganda.

Talvez a maioria do povo português já não se lembre de que nas vésperas de eleições autárquicas foi anunciado um programa com "40 medidas de combate ao desemprego", que três dias antes das eleições para o Parlamento Europeu, foi anunciado e divulgado em tudo o que é comunicação social que o Governo, através de Cavaco Silva, apresentara na Cimeira de Corfu um "plano de emprego".

Aos jornalistas e comentadores de serviço e aos economistas convidados para o efeito importava mais a intenção e o anúncio do que a substância.

O dia estava ganho.

Passou-se as eleições autárquicas e o número de duzentos mil desempregados passou a trezentos mil.

Passou-se as eleições para o Parlamento Europeu e o número de desempregados é hoje mais de quatrocentos mil.

O raciocínio político do Governo do PSD é simples: a realidade não se altera mas sempre se iludem uns quantos.

As suas graves e principais responsabilidades na destruição do aparelho produtivo e da agricultura, a sua subserviência às orientações monetaristas e neoliberais de Maastricht, o endeusamento que faz ao lucro com largo proveito para o grande capital nacional e multinacional, o seu pioneirismo na promoção e incentivo às rescisões forçadas e dos despedimentos, a sua persistência na concretização de leis que vieram facilitar o despedimento indivi-

dual e colectivo, a precarização e a desregulamentação do direito ao trabalho, constituem um pesado libelo acusatório que nenhuma propaganda iliba. Aqui residem as causas.

Como exemplo da cínica mistificação do Governo, vejamos o caso concreto da Cabos de Ávila.

Uma semana após o anúncio das tais medidas de combate ao desemprego, o Governo, por via do Ministério do Emprego e da Segurança Social, decretou a falência da Cabos de Ávila, empresa nacional com centenas de trabalhadores, com mercado, prestígio e possibilidade de viabilização. A gula insaciável das multinacionais que operam no sector não serão decerto indiferentes a tal decisão.

Gerir e não resolver

Voltando ao requentado e reaquecido plano de combate ao desemprego é perfeitamente admissível que nele se inclua tal ou tal medida avulsa e complementar designadamente a nível local que, sem resolver, suavize conjunturalmente o problema.

Nunca uma aspirina fez mal a uma pneumonia.

Mas a contradição insanável persistirá e o desemprego tenderá a agravar-se na medida em que o Governo não ataca as causas. Pior do que isso, fomenta-as e aprofunda-as quando é cúmplice ou protagonista nos processos de destruição e desmantelamento de importantes sectores produtivos e de substituição da produção nacional pelos estrangeiros.

Não confundindo nem aliviando as devidas responsabilidades do executivo do PSD, importará também descodificar as propostas do PS sobre matéria de emprego.

Colocando sempre à cabeça o seguidismo das orientações da União Europeia, passando como gato por brasa sobre as causas, a sua "jóia da coroa" de criação de empregos e o denominado mercado social de emprego.

Mas tal novidade difere de algumas medidas avulsas contidas nas tais 40 medidas ou do famigerado plano de emprego do Governo do PSD?

O pior não é isso. O pior são os objectivos do Partido Socialista vertidos no chamado contrato de legislatura aprovado nos seus estados gerais. Sob o manto diáfono e genérico de solidariedade; o que la consta de concreto é uma política de trabalho e de emprego centrada numa maior flexibilização de horários, polivalência, mobilidade de inserção de jovens em alternância (???) no mercado do trabalho.

Maastricht obriga a tanto? Mesmo a serem concretizadas as propostas do PS tal como as do PSD, levarão afinal à gestão do desemprego e não à criação de empregos estáveis e duradouros.

Admitindo sacrificar conquistas, regalias e direitos consagrados na contratação, o Partido Socialista limita-se afinal e tão-só a dar corpo às orientações ditadas pelos centros de decisão das multinacionais posteriormente vertidas para o livro branco da Comissão Europeia e a fazer um copianço da substância da última proposta do Governo apresentada em sede de Concertação Social.

Convinha ler e mostrar aos trabalhadores.

Mas pronto! Palavras e promessas não faltam aos desempregados. É uma mudança de linguagem que não é pequena, particularmente vinda do Governo do PSD e, vá lá, também do Partido Socialista.

Calem-se as vozes como a do ministro Mira do Amaral quando, com rudeza, afirmava que um desempregado com mais de 40 anos dificilmente encontraria emprego na sua profissão anterior, como a do candidato a ministro da Indústria pelo PS que considera que a economia não se compadece com os problemas sociais, calem-se os apóstolos da competitividade, de libertação dos postos de trabalho, da flexibilização dos despedimentos, que ninguém avance agora com novos pacotes laborais.

A conjuntura e a proximidade de eleições assim obriga.

Valor do voto e da luta

Com receio de que as centenas de milhar de desempregados e suas famílias identifiquem as causas, os responsáveis e as políticas,



JERÓNIMO DE SOUSA Membro da Comissão Política

A tradução
exacta do sentido
de voto com base
no julgamento
duma política
poderá conduzir
o PSD a uma
pesada derrota.

por força da selectividade elitista e das propinas. Sabe o executivo cavaquista quando atribui 60 milhões de contos a 500 agrários e não atende à situação dos 40 mil desempregados do Alentejo, que a tradução exacta do sentido de voto com base no julgamento duma política poderá conduzir o PSD a uma pesada derrota.

O Governo vai distorcer e branquear a realidade mas não a vai alterar. Tem o poder, meios, dinheiro e instrumentos. Mas os trabalhadores também dispõem de um tempo bom para agir, reivindicar e lutar. Tempo de exigir reivindicações concretas, de confrontar o Governo a partir dos direitos, interesses e aspirações dos trabalhadores que pulsam e se manifestam nos descontentamentos, nas lutas dos ferroviários, dos trabalhadores da Sorefame, da Torralta, da Ávila, dos professores e que assumiram uma elevada expressão de rua em 23 de Janeiro e 16 de Fevereiro. Tempo de luta e de organização, seguindo o exemplo dos trabalhadores da EDP que, confrontados com o desmembramento da empresa, desenvolveram um esforço notável para eleger centenas de representantes para 14 Comissões de Trabalhadores e para mais de 50 sub-CTs.

Os votos ainda estão em fase de acabamento de contagem. Mas a dimensão da vitória das listas unitárias que se indicia, deveria constituir lição e ensinamento para o PS que bem se esforçou partidariamente para um bom resultado. É que, como diz o nosso



o medo de que tal identificação e consciência se traduza em descontentamento e em luta e influencie o sentido do voto, leva a que o Governo do PSD, a partir de agora, e até às eleições, exercite a tese que recentemente foi traduzida numa célebre reunião de 40 poderosas multinacionais europeias, onde se discutiu a melhor forma de conseguir o ataque aos direitos dos trabalhadores.

"Há que prometer mais emprego. Uma boa propaganda ajuda sempre a uma boa causa." (Estavam a pensar neles, claro.)

Aproximando-se o julgamento eleitoral, o Governo do PSD tenta evitar o confronto e a conflitualidade social e experimenta de novo o conto do vigário.

Sabe que, na urna, o voto do Champalimaud vale exactamente o mesmo que o voto do trabalhador despedido da Sorefame ou da têxtil do Vale do Ave, tanto como o voto do agricultor arruinado, do trabalhador aduaneiro sem emprego nem profissão, do reformado a viver da pensão do regime geral, do estudante que o deixou de ser

Povo, nem sempre se consegue correr a dois carrinhos, optar pelos favores e a palavra amiga do grande capital e assumir, sem equívocos, a luta e as propostas pelas grandes causas sociais.

O PCP não precisou de ajustar o discurso nem as suas propostas face à aproximação das eleições.

Esteve com os trabalhadores, com a sua luta, identificou e denunciou as causas e os problemas. Tem propostas fundamentadas, económica e financeiramente exequíveis no plano da promoção do emprego, de mais justiça salarial e de defesa dos direitos sociais, como condição para o progresso e o desenvolvimento do nosso país.

Desagradam aos especuladores financeiros, aos detentores de grandes privilégios e ao grande capital?

Inevitavelmente! Mas por isso mesmo os trabalhadores podem contar com o PCP como a grande força de esquerda, coerente, determinada e capaz de contribuir para uma política alternativa.

■ Alexandrino Saldanha As promessas do PSD e a realidade

Quando nos aproximamos do final desta Legislatura e o PSD inventa factos políticos para distrair os portugueses dos problemas que os afligem e fazê-los esquecer a desastrosa política social destes 4 anos de governação; quando o Primeiro-Ministro foge ao confronto eleitoral nas próximas eleições legislativas, é tempo de confrontar o PSD com as promessas que fez em 1991 e compará-las com a triste realidade social deste ano de 1995.

Recordemos então, como exemplo (pois o espaço não é de elástico), algumas dessas promessas do PSD, de um desdobrável profusamente distribuído em 1991, com a cara do chefe na capa.

Depois de enfatizar a afirmação de que "importa acentuar a justiça social e reforçar a solidariedade", promete-se, entre outras coisas:

"A manutenção do ritmo de criação de novos postos de trabalho e da tendência para a diminuição da precariedade do

"O combate ao trabalho infantil e a passagem para os 16 anos da idade mínima para a entrada no mercado do emprego". "A redução do horário de trabalho para as 40 horas sema-

"O aumento continuado do poder de compra das reformas e pensões".

Agora vejamos a realidade.

A justiça social, a solidariedade e o emprego

As remunerações médias dos trabalhadores portugueses sofreram uma quebra real em 1994 — pois os aumentos salariais foram globalmente inferiores à inflação verificada de 5,4% — e afastaram--se ainda mais das remunerações médias dos trabalhadores da Comunidade Europeia. A quebra do poder de compra verificou-se num grau mais elevado na Administração Pública, por imposição unilateral do Governo e no Sector Empresarial do Estado -"grande justiça social" e "excelente reforço de solidariedade".

Em simultâneo, os desempregados passaram de cerca 296 000, em 31 de Dezembro de 1991, para cerca de 410 000, em 31 Dezembro de 1994, um aumento de 114 000, mais 38,5%. Do total de desempregados, 110.000 (27%) são jovens (eram 83 000 em 1991). Quer dizer, a taxa de desemprego, que rondava os 4% em 1991, aproxima-se a velocidade de cruzeiro da taxa média de desemprego da Comunidade, que é de 10,5%.

A precariedade do emprego

Quanto à precariedade do emprego e à insegurança, o difícil é hoje encontrar-se um sector onde este problema se não tenha vindo a agravar, tal o número de reestruturações, fusões, concentrações, desmembramentos, falências, tudo agravado com as reprivatizações e com a venda ao desbarato do património público.

Veja-se o clima de insegurança e angústia criado em empresas como a Torralta, a Lisnave, a Solisnor, as Minas do Pejão, a Sorefame, a Telecom, a Renault, entre outras.

A propósito da Torralta, sublinhamos que o Estado, que acabou de agraciar os latifundiários com mais de 60 milhões de contos e fazer leis directamente dirigidas ao favorecimento do Grupo Champalimaud (também beneficiário de largos milhões de contos do Estado), tem-se recusado até agora a criar as condições necessárias à viabilização desta empresa, de grande importância para o desenvolvimento do turismo nacional.

Os sectores de serviços também não escapam a esta instabilidade, como o comprovam os casos da Banca e dos Seguros, por exemplo, assim como de outras camadas laboriosas — caso dos professores.

Se a promessa do PSD tivesse sido de "aumento da precariedade do emprego" em vez de tendência para a sua diminuição, podiam gabar-se agora de a terem cumprido a 100%.

A idade mínima de emprego e o trabalho infantil

Sobre o trabalho infantil, é hoje adquirido que se mantém porventura, assumindo formas mais subtis — tendo-se mesmo agravado nos últimos tempo, com a degradação da situação so-

A passagem para os 16 anos de idade mínima de admissão para prestar trabalho continua adiada.

As 40 horas semanais

A redução do horário de trabalho para 40 horas semanais foi uma das promessas mais hipócritas e despudoradas do PSD.

Em 1990 e 1991, centenas de milhar de trabalhadores transformaram a reivindicação da redução do horário de trabalho para as 40 horas semanais num grande objectivo.

Correspondendo a essa justa reivindicação, o PCP apresentou então um projecto de lei nesse sentido, que o voto do PSD impediu fosse aprovado.

Contudo, o Governo foi forçado a apresentar e a fazer aprovar uma proposta de redução do horário para as 44 horas semanais.

Mas, na campanha eleitoral para as legislativas de 1991 e para "caçar votos", o PSD prometeu a redução para as 40 horas, no seguimento, aliás, do compromisso também assumido na concertação social, objectivo a ser alcançado progressivamente, por forma a ser atingido em 1995.

Refira-se que o PCP apresentou um novo projecto de lei estabelecendo o limite das 40 horas semanais, discutido nesta Assembleia em 8 de Janeiro de 1993 e que foi igualmente rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS.

Assim, é hoje claro que o Governo e o patronato não querem honrar os compromissos assumidos nesta matéria, e só pela luta os trabalhadores têm conseguido reduzir os horários, havendo ainda muitos trabalhadores com horários acima das 40 horas.

Temos uma duração de trabalho mais elevada do que nos restantes países da Comunidade Europeia.

Mas, não é com esta política de longos horários de trabalho e baixos salários que as empresas portuguesas se tornam mais competitivas. Além de socialmente injusta, tal política é economicamente ineficaz e a realidade está aí para o demonstrar.

A competitividade consegue-se com uma política de desenvolvimento económico e social, de salvaguarda e modernização do aparelho produtico e do aumento da qualificação da força de trabalho.

O progresso social exige horários de trabalho menos longos e menos penosos e a tão invocada convergência na Comunidade Europeia, nesta como noutras matérias, tem de fazer-se no progresso e não na

As reformas e pensões

Vejamos agora a promessa de "aumento continuado do poder de compra das reformas e pensões", a que a solidariedade obrigaria a jun-

Apesar destas prestações sociais partirem de valores absolutos baixíssimos, o aumento percentual para 1995 ou foi igual ao da inflação (5,4% e 30\$00 por dia, no caso da pensão social), ou inferior (5,3% e 30\$00 por dia para os Agrícolas e percentagem idêntica e 47\$00 por dia para o Regime Geral).

Assim, mais de 60% dos pensionistas auferem um rendimento mensal inferior a 20 contos e outros 30% não atingem os 28 contos.

Quanto ao salário mínimo nacional, diga-se que, para ter um poder de compra idêntico ao da altura em que foi criado, devia ultrapassar os 70 000\$00, enquanto se fica por pouco mais de 50 000\$00.

Idênticas análises e conclusões se podiam fazer e tirar sobre quase todas as outras promessas do PSD feitas em 1991, desde a Saúde e Segurança Social à qualidade de vida e ao desenvolvimento económico.

O PSD promete e não cumpre!

É neste contexto que os trabalhadores dos mais diversos sectores profissionais lutam firmemente contra esta política e este Governo, como aconteceu no passado dia 16, numa confluência nacional de lutas dinamizada pela CGTP-IN e como acontece diariamente nas empresas.

Manifestamos aqui a nossa solidariedade e saudamos os trabalhadores em luta por melhores condições de vida e de trabalho.

Este é o resultado da política de destruição do aparelho produtivo nacional em obediência cega aos critérios de convergência nominal do Tratado de Maastricht, que, recordemos, o PS apoiou entusi-

Uma nova política que promova a justiça social e contrarie o agravamento dos sacrificios impostos ao povo português tem de defender e valorizar a produção nacional, estimular o aparelho produtivo e as actividades produtivas e não as actividades especulativas e parasitárias.

Não são apressadas operações de recauchutagem e desresponsabilização do PSD que vão mudar esta catastrófica política.

E a situação criada com a indigitação de um novo líder para o PSD, que, mantendo-se no Governo, não será o seu líder, bem como as alterações governamentais propostas ao Presidente da República e já recusadas vieram criar novos elementos de indefinição, mistificação e confusionismo político que agravam a crise institucional reinante e a desestabilização económica e social.

O PCP continuará a desenvolver todos os esforços para que se ponha um ponto final neste clima de profunda crise política e social, o que impõe o reforço eleitoral da CDU e do PCP, passo necessário para a instauração de uma nova política e um novo Governo ao serviço dos portugueses e do desenvolvimento sustentado da economia nacional.



solidariedade.

Açores

A morte das lagoas

As lagoas - jóias da coroa no paraíso natural dos Açores - estão a morrer duma coisa chamada eutrofização. Neste caso, é doença de homem - quer dizer, provocada pelo homem - e consiste na proliferação de algas desencadeada, fundamentalmente, pelo desaguamento nas lagoas de esgotos não tratados e de adubos semeados indiscriminadamente nas encostas. Tão rico alimento, há décadas escorrendo para o remanso das águas paradas, deu tal ânimo às algas autóctones que se prevê para as lagoas açorianas, mais prazo menos prazo, um fim (então) irreversível: a sua transformação em monstruosos pantanais. Só com isto, temos uma séria ameaça ambiental, ecológica e patrimonial. Mas as relações do homem com o meio raramente são lineares: estas lagoas não existem em terra virgem, pelo que se acrescenta ao problema, os problemas de quem lá (e de lá) vive. Em recente deslocação aos Açores, aflorámos a questão durante uma breve visita à Lagoa das Sete Cidades, ex libris da ilha de S. Miguel. É das mais ameaçadas pela eutrofização e os seus cerca de mil habitantes são os primeiros a preocupar-se com o facto. Todavia, não estão dispostos - como acusam ser intenção do Governo Regional - a que a regeneração das lagoas se faça à sua custa. O executivo regional - dizem - quer cauterizar a ameaça proibindo, linearmente, a adubagem dos pastos e do cultivo, enquanto não construiu uma única ETAR que limpe os esgotos de diversas povoações que vão directamente para a lagoa, nem escreveu uma linha sobre a eutrofização em sucessivos Orçamentos Regionais. E estamos a citar populações que votaram, em massa, no PSD, até agora senhor absoluto do poder na Região...

A nossa visita à Lagoa das Sete Cidades fez-se debaixo dum nevoeiro tão denso, que ainda mais fantástica tornou a paisagem.

Ao chegarmos à povoação do mesmo nome, situada numa das margens, sentimonos a boiar num mundo irreal, com casas, árvores e ruas avançando silenciosamente do ar carregado de humidade. Na muralha que separa as duas lagoas, o fantástico acentuouse: balidos de rebanhos invisíveis, guisos vindos do nada, carroças carregadas de leite emergindo, a trote, numa ponta da calçada do paredão, a dar-nos os bons dias e a desaparecer de imediato, engolidas pelo nevoeiro. A água murmurava, límpida, num

lado e no outro do paredão que separa as duas lagoas, as pedras do fundo viam-se à transparência rente à muralha, mas 10 metros ao largo tudo se desfazia em nevoeiro.

Não era daquela vez que iríamos ver as famosas manchas de algas escurecendo o azul cristalino da água.

Todavia, a Lagoa das Sete Cidades não era uma povoação fantasma, apesar do nevoeiro lhe dar esse aspecto.

Entrámos num dos cafés da terra à procura do presidente da Junta de Freguesia, que pretendíamos entrevistar, e a animação reinava nos vários aposentos do estabelecimento. Ao balcão, conversava-se, bebia-se e dava-se uma espreitadela à televisão. Na sala ao lado, a animação elevava-se de vez em quando em algazarra, à volta de duas mesas de jogadores da sueca e do dominó.

O nosso ar de forasteiros dissolveu-se lentamente na conversa desencadeada ali mesmo ao balcão, à volta dumas imperiais de "Especial", uma cerveja micaelense que, diga-se de passagem, faz juz ao nome que lhe puseram.



A eutrofização consiste no crescimento desmesurado das algas das lagoas açorianas, por excesso de nutrientes nelas lançados. A situação nas Sete Cidades (na foto) já é preocupante

Atacar os mais fracos

Não foi difícil trazer a eutrofização à baila. "Isto não está tão grave como dizem!", decretavam alguns, enquanto outros adiantavam que "o Governo Regional é que deve ter meios para resolver o problema". De qualquer modo ninguém negava a necessidade de se enfrentar o problema. "Não podem é chegar aqui e dizer; acabou-se o cultivo! Então e a gente vive de quê?"

Embora a cultura do protesto social ainda não tenha feito grande caminho na região, o autoritarismo com que o Governo Regional está a lidar com o problema da eutrofização já empurra as vozes da denúncia, nas Sete Cidades. "E então os esgotos que estas povoações todas à volta lançam para as lagoas?", interrogavam. "Não há quem trate deles! E são uma grande causa do aumento das algas, disso ninguém tenha dúvida!"

Confirmava-se o que ouvíramos, no Congresso Regional do PCP realizado dias antes, sobre a atitude do executivo de Mota Amaral face ao problema da eutrofização. Confrontado com as denúncias feitas por especialistas sobre a gravidade da situação, optara pelo que sempre optam os governos autoritários: a repressão sobre os mais fracos. Foi assim que, administrativamente, fez saber aos agricultores e criadores de gado das encostas das lagoas ameaçadas que iam ser proibidos os adubos. Tal proibição, a concretizar-se, significaria a ruína, a breve prazo, da generalidade destes trabalhadores, já tão causticados pela agudização da crise que se tem verificado nos últimos anos na agro-pecuária açoriana.

'Eles não querem saber!"

Manuel Arsénio Cacilhas Roque tem 29 anos, é o presidente da Junta de Freguesia de Sete Cidades, Concelho de Ponta Delgada, eleito pelo PSD, e não está nada satisfeito com o partido por quem concorreu nas últimas eleições autárquicas. Arruivado, robusto e de olhos claros que fitam sempre de frente, não hesita na análise do problema

da eutrofização das lagoas de Sete Cidades: "O Governo Regional não pode resolver as coisas à custa da população!", diz, acusando de imediato que "o Governo é o principal responsável pela poluição das lagoas, por continuar sem resolver o problema do saneamento básico. É este problema que tem de ser resolvido em primeiro lugar!".

Falávamos no mesmo café onde conversáramos com outros habitantes das Sete Cidades (ver texto central). Tinha sido, aliás, um desses interlocutores que, simpaticamente, se dispusera a ir "chamar o Manel Roque", carteiro de profissão, que apareceria cerca de uma hora depois, após fazer a distribuição do correio.

Manuel Roque tem uma visão de conjunto do problema da eutrofização. "Concordo", afirmou-nos, "que os adubos e os

esgotos são responsáveis, por igual, pela poluição. É preciso ver que ninguém quer melhor às nossas lagoas que nós próprios, isto é uma das maravilhas do mundo! A prova disso está nos esforços que a população vem fazendo para as proteger: já ninguém vai lá buscar água com tractores, as mulheres deixaram de lavar lá a roupa e toda a gente deixou de levar para

lá o gado!" E, aqui, sublinhou: "Não nos podem acusar de má vontade, a população está disposta a colaborar! Agora não queiram é resolver as coisas passando por cima das pessoas e condenando-as à miséria!"

Mas a população não tem estado quieta. Segundo Manuel Roque, a Junta de Fregue-



Manuel Roque, o jovem presidente da Junta de Freguesia das Sete Cidades, não hesita em responsabilizar o Governo Regional PSD pelo arrastar do problema das lagoas

sia, juntamente com a organização ambientalista "Amigos da Lagoa", já se deslocou à Assembleia Regional para expor as reivindicações das populações: "O Governo Regional é que tem meios, compete-lhe resolver o problema, mas sem prejudicar esta população! E é preciso ver que no Orçamento Regional nunca falaram do problema das lagoas!"

Mas o presidente da JF de Sete Cidades tem mais queixas do PSD e do Governo Regional. "Agora toda a gente fala das lagoas", criticou, "mas ninguém fala do problema da habitação. Há aqui situações de 13 pessoas a viver numa casa que nem casa de banho tem. O Natalino Viveiros (nº 2 do PSD/Açores e 2º figura do Governo Regional,

actualmente a braços com processos de corrupção) veio cá há quatro anos prometer cinco lotes de casas, mas até hoje a Secretaria Regional de Habitação não desbloqueou verbas! Já mandei para lá vários ofícios e nem resposta tive. Estes cinco lotes faziam parte dum plano de autoconstrução a financiar pela Secretaria Regional. Não cumpriram nada!"

Outro problema é o arranjo da estrada íngreme que conduz à Lagoa das Sete Cidades: "A Junta enviou, em Outubro passado, um abaixo-assinado ao Mota Amaral sobre este problema. Respondeu logo, a dizer que 'ia pedir informações à Secretaria respectiva'. Até hoje não tivemos resposta, nem dele nem de Secretaria nenhuma!"

E desabafou: "Os Concelhos do Nordeste da Ilha são uma porcaria. Há muitas Juntas de

Freguesia descontentes, e olhe que são todas PSD! Quanto a mim, digo-lhe: já estou arrependido de me ter metido nisto, só tenho tido prejuízos pessoais e os problemas não se resolvem, porque o Governo não liga. E digo também: papel de boneco não me serve! No dia em que perceber que é isso que querem de mim, lá em cima, entrego logo a chave da Junta e largo isto!"

As ilhas do latifundio

Sendo um facto que a adubagem indiscriminada das encostas constitui um dos factores de agravamento da eutrofização das lagoas, é também óbvio que o problema não se enfrenta com medidas repressivas e parcelares, ainda por cima ignorando os interesses vitais de populações inteiras. A generalidade dos agricultores que utilizam as encostas nem sequer são proprietários das terras, pois, ressalvadas as proporções geográficas, o latifúndio também impera nos Açores, por estranho que pareça. O exemplo das Sete Cidades é ilucidativo: um tal engenheiro Caetano de Andrade é proprietário de quase tudo - até do café onde conversávamos. E a situação multiplica-se pelas nove ilhas do arquipélago: uma dúzia de famílias detém a maioria das terras, que se limitam a arrendar, numa atitude absentista em tudo igual à dos latifundiários alentejanos. Só que, ali, os proventos não vêm da cortiça mas das rendas que milhares de agricultores se esfalfam para arranjar.

Combater a eutrofização proibindo, simplesmente, a utilização dos adubos, é espalhar a miséria nos agricultores locais e iludir a questão, deixando de fora outras causas de poluição, como o despejo directo nas lagoas dos esgotos de povoações inteiras, enquanto não se constroem estratégias de fundo para a limpeza directa das águas, nem se estuda, global e aprofundadamente, o problema.

É natural que, nas medidas estratégicas a tomar para combater a eutrofização e preservar o património extraordinário das lagoas açorianas - e a par com a urgente construção de ETAR's que despoluam os esgotos urbanos -, venha a ser indispensável moderar, até à exclusão total, o uso de adubos nas encostas e terrenos limítrofes. Só que isso não pode ser feito abruptamente e sem ter em conta os legítimos interesses das populações. É, aliás, apoiando-as e colaborando com elas que o problema se pode resolver, criando alternativas económicas e, sobretudo, garantindo, em qualquer circunstância, os direitos dos cidadãos das lagoas.

■ Henrique Custódio

Não lixem o litoral alentejano

Uma multidão oriunda dos concelhos do litoral alentejano (Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém, Odemira e Sines) integraram no domingo passado uma caravana automóvel e concentraram-se em Sines para um protesto contra o projecto de instalar na região uma incineradora e um aterro de resíduos tóxicos e perigosos. Com origem em cada uma das sedes de concelhos, as centenas de viaturas concentraram-se na Mimosa, na estrada de ligação ao Algarve, rumando depois a Sines, passando por Grândola. Apesar de apenas Sines, Alcácer e Santiago do Cacém serem hipóteses para a instalação da incineradora, os outros municípios do litoral alentejano juntam-se ao protesto porque não querem que a região «venha a ser o destino final dos lixos industriais tóxicos de todo o país». Razões para um lema: «Não lixem o litoral alentejano!»

Antes desta caravana, já as populações dos cinco municípios e as respectivas autarquias haviam tomado posições públicas e aprovaram deliberações de recusa da incineradora e aterro para este tipo de resíduos, cujos perigos nada têm a ver com os das incineradoras e resíduos urbanos pois no primeiro caso trata-se de lidar com matérias altamente perigosas.

Como diria Rogério de Brito, presidente da Câmara de Alcácer do Sal, à comunicação social que esteve a acompanhar a caravana, «à excepção de Sines, todos os concelhos do litoral alentejano foram excluídos do desenvovimento industrial. Quem não beneficiou dele não deve ser penalizado com o seu lixo». Querer fazer do Alentejo um «caixote do lixo» de Portugal é a acusação que cada vez mais a população faz ao Governo.

Sines já está agredida

Por outro lado, todos referem que Sines, fortemente agredida pela indústria e particularmente sofredora das crises energéticas e económicas do país, não pode ser ainda mais penalizada do que já é.

Antes desta caravana, no princípio do mês, a Assembleia Municipal de Sines pediu um novo estudo de impacto ambiental (EIA) para a incineradora de resíduos industriais perigosos por considerar que o actual estudo contém "erros gravíssimos".

Caso não seja feito novo EIA, a Assembleia Municipal considerou que devem ser completamente reformuladas as conclusões do actual, que se encontra em fase de consulta pública.

Esta resolução, aprovada por unanimidade pelos deputados municipais, fará parte da documentação a enviar ao Ministério do Ambiente no final do período de consulta pública, que ocorre a três de Abril.

cumprir as promessas de que a Câmara iria acompanhar o estudo de impacto ambiental, a Assembleia Municipal recorda que o litoral alentejano é constituído por um conjunto de ecossistemas de grande fragilidade que é necessário potenciar e proteger.

Também a Comissão de Cidadãos de Sines e a de Vale Madeiros entregara na Presiincineradora no local. Um exemplo veio há dias do salão dos Bombeiros Voluntários do Pinhal Novo onde a reunião teve momentos "bastante quentes", havendo uma tendência nas intervenções dos participantes para recusar a instalação da incineradora no local.

Em declarações prestadas à Agência Lusa, quando a sessão, organizada pelo Instituto de Promoção Ambiental (IPAMB) do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, já ia em cerca de quatro horas e meia, o presidente da Câmara Municipal de Palmela, Carlos de Sousa, afirmou que "todos os intervenientes disseram que não à incineradora no Poceirão".

"Foi uma sessão bastante quente, porque esta é uma coisa



dência da República um memorando em que expõe as razões por que se opõem à da incineradora de resíduos industriais perigosos.

Outras hipóteses também rejeitadas

Nos debates já realizados com as populações, muito participados, é generalizada a rejeição da instalação da

que diz muito às pessoas", disse Carlos de Sousa, acrescentando que "alguns dos presentes fizeram intervenções técnicas, enquanto outros falaram com o coração".

Segundo o presidente da Câmara Municipal de Palmela, "o facto de a reunião de ter sido marcada para o Pinhal Novo e não para o Poceirão deixou as pessoas muito desconfiadas", mas a sessão contou com a presença de muitos habitantes da vila, após o município ter colocado autocarros à disposição da população.

"Colocámos autocarros à disposição porque existem muito poucos transportes entre o Poceirão e o Pinhal Novo", referiu Carlos de Sousa, manifestando alguma estranheza pelo facto de o IPAMB ter escolhido esta última localidade "sem consultar ninguém".

Na reunião do Pinhal Novo estiveram também presentes alguns habitantes de Setúbal e de Sines - que formam o lote dos locais possíveis de instalação, juntamente com o Poceirão e Estarreja -, além de elementos da organização ecologista Quercus, que, segundo Carlos de Sousa, "mostraram uma posição contrária à instalação da incineradora e fundamentaram-na com documentos".

Há aí algum negócio?

Já antes, em Setúbal, onde foi discutida a hipótese de a unidade de incineração ser instalada em dois locais do concelho, ambas na zona da Mitrena, a reunião também conheceu momentos de tensão e só terminou depois das 22 horas, após o presidente da Câmara Municipal, Mata Cáceres, ter garantido que não existia qualquer negociação com vista à concessão de contrapartidas financeiras à autarquia pela instalação da incineradora no concelho. Uma suspeita que corre entre a população, devido à actuação de Mata Cáceres em outras ocasiões ter sido essa.

A mesa que dirige estas reuniões que ocorrem nos concelhos que correm o risco de receber a incineradora integra representantes do IPAMB e técnicos de várias universidades que elaboraram o Estudo de Impacte Ambiental agora em consulta pública, liderados pelo ex-ministro do Ambiente, Carlos Borrego, aquele ministro despedido do Governo por ter feito humor negro sobre as vítimas da hemodiálise em Évora.

Mudanças na atmosfera

Segundo os autarcas de Sines, esta instalação terá inevitáveis impactos na vegetação e na fauna, uma vez que, mesmo o actual estudo, reconhece a hipótese de ocorrer uma "modificação parcial das características da atmosfera".

Depois de considerar que partes do actual estudo "não passam de justificação para uma decisão assumida pelo Governo", os autarcas afirmam que o documento "contém erros gravíssimos porque tira conclusões contrárias ao seu próprio conteúdo".

A Assembleia Municipal manifesta ainda a sua "recusa total" à instalação da incineradora no concelho de Sines e afirma o seu incondicional apoio às posições assumidas anteriormente pela Câmara Municipal.

Depois de acusar a ministra Teresa Gouveia de não

O Partido "Os Verdes" recusa liminarmente a instalação de qualquer incineradora para resíduos tóxicos e perigosos em Portugal e lançou uma campanha sob o lema "Incineração, não obrigado", que incide, principalmente, nos distritos de Aveiro, Porto e Setúbal.

"Os Verdes" acusam o Governo de esconder o debate que tem sido feito noutros países europeus, e que já levou alguns deles a abandonarem a incineração de resíduos tóxicos industriais.

Além disso, consideram que o modelo de incineração, previsto para Portugal, já está ultrapassado.

Baseando-se em estudos científicos a que "Os Verdes" terão tido acesso, aquele partido afirma serem incontroláveis alguns gases libertados pelas incineradoras.

Por outro lado, afirmam que as incineradoras libertam dióxinas, que são altamente cancerígenas. "Os Verdes" defendem que o Governo deveria fazer um levantamento exaustivo da produção de resíduos tóxicos em Portugal, responsabilizando as empresas que os produzem pelo seu acondicionamento e segurança.

Esse trabalho permitiria reduzir a produção de resíduos tóxicos em Portugal para menos de metade da produção actual, que se calcula em 1400 mil toneladas de resíduos tóxicos, por ano.

Para "Os Verdes", os estudos de impacte ambiental, em fase de consulta pública, também não merecem qualquer credibilidade. Segundo André Martins, deputadeste partido, "são estudos encomendados que, ainda por cima, partiram logo do pressuposto de que a região de Setúbal produzia mais resíduos tóxicos, quando se sabe que muitas das principais empresas poluidoras da região de Setúbal fecharam as portas nos últimos anos".



Temos recebido dos nossos leitores alguns textos e pequenas crónicas – que não propriamente cartas – entre a correspondência que nos enviam. Publicamos hoje algumas dessas crónicas.

▶ Ligue já!

Há dias, dias de aleluia antecipada pela ressurreição do PSD, tabu do chefe resolvido, presidente eleito e mais que tudo, o mundo salvo das trevas a que o abandono de Cavaco o condenava, encontrei um amigo pessoal, homem das lides do fazer notícia, em Braga, assumidamente de direita, com quem eu, homem de firmezas leninistas, gosto de trocar as últimas. E falámos de quê? Do Congresso luz, das sondagens (como raio vai explicar, aquela empresa que entrevistou quase 50% do universo dos congressistas, que erro a previsão? ah, estas sondagens) e da cobertura que, ainda bem, a TV e outros grandes da informação lhe deram, o País ávido e suspenso, deixando as telenovelas, as sitcoms, as 1001 tardes, o futebol, tudo, pelo Coliseu! «Pois é – dizia-me ele – vocês não criam o suspense, não deixam o voto secreto, as grandes unanimidades» (ou a grande serenidade de um modo de ser em que não há as corridas, as lebres, os estafetas, ainda atalhei eu, já a pensar noutra). Mas ainda a mão não tinha chegado à testa, naquele gesto universal de eureka, já ele retomava, sorrindo - «isto é a lógica das audiências, meu caro, se vocês arranjassem uma coisa assim, com

de eureka, já ele retomava, sorrindo – «isto é a lógica das audiências, meu caro, se vocês arranjassem uma coisa assim, com espectáculo, era canja». Neste momento já a mão encontrara a testa procurada, em estalo seco de descoberta «pois é, ainda bem que os laranjas não se lembraram de sortear um automóvel, já viu o que era, os ecrãs da SIC, TVI, RTP1 passarem ao longo da emissão LIGUE JÁ PARA O 0620 111 222 E DIGA-NOS QUEM VAI SER O PRESIDENTE. ESTE MAGNÍFICO AUTOMÓVEL PODE SER SEU.

Pois é – disse ele, conhecedor destas coisas – espere mais uns tempos. Jorge Matos

► Mais uma vítima?

A destituição que o Vaticano está a planear do Bispo mexicano dos índios Chiapas, Samuel Ruiz, está a na origem do encontro de teólogos alemães, que se realizou na cidade de Paderborn, em 3 de Fevereiro. Um número significativo de professores de teologia, entre os quais Peter Eicher, Norbert Greinacher e Hans Kung, protestam num comunicado tornado público contra a «maneira despótica» como o Papa está a tratar os bispos católicos. A reunião foi convocada após a comunicação feita no dia 30 de Janeiro pelo arcebispo de Guadalajara, Cardeal Juan Sandoval, de que a Santa Sé, pela segunda vez, exigira a destituição do bispo Ruiz, devido à sua posição de defesa dos direitos dos índios. Os teólogos alemães são da opinião de que, contrariamente àquilo que o Papá defende, o Concílio do Vaticano II exige expressamente que os bispos se empenhem na defesa dos pobres e dos oprimidos.

Ainda segundo o mesmo documento, a repressão sistemática conduzida pela Santa Sé contra todo e qualquer bispo que se

Ainda segundo o mesmo documento, a repressão sistemática conduzida pela Santa Sé contra todo e qualquer bispo que se distinga na sua missão de ajuda à libertação dos pobres e na mediação de conflitos, reforça a opressão e o autoritarismo e é um atentado contra o próprio Evangelho.

João Paulo II insiste de facto num caminho demasiado perigoso, não só para a igreja católica mas para a própria humanidade, nomeadamente o de considerar que toda a autoridade vem de Deus e que ninguém tem o direito de se revoltar contra a injustiça e a opressão.

Quando o maior teólogo alemão da actualidade, Eugen Drewemann, há alguns anos afirmou que o Deus do Papa era semelhante a «um chefe da máfia» que exige submissão total dos seus «clientes» senão «rebenta-lhes a loja com uma bomba», pensou-se na altura tratar-se de uma imagem um pouco ousada. No entanto, as actuais linhas de orientação do Vaticano para a nomeação e manutenção de prelados parece inspirar-se na fórmula defendida pelo prelado Tiso, Presidente da Checoslováquia em 1939, apoiado por Hitler e nomeado bispo por Pio XII, o qual afirmava que «o catolicismo e o nazismo têm muitas semelhanças e trabalham de mãos dadas para melhorar o mundo».

O subscritor do texto que segue é colaborador habitual do «Diário dos Açores» e, pela primeira vez, viu uma sua crónica recusada. Ao lê-la, percebe-se porquê. Aqui gostosamente lha publicamos...

▶ Um fim-de-semana indigesto

Que os deuses nos acudam, e livrem de mais votações internas no partido da maioria absoluta, senão morremos intoxicados de política! E digam que os meios de comunicação não estão todos em uníssono com os sociais-democratas! Julgamos vir muito a propósito esta tentativa de comparação, impossível de fazer. E quem puder que nos desminta! O país parou, com muitas estações de rádio e televisão a transmitir em simultâneo o campeonato da liderança laranja que, muito partida em gomos, teima em afirmar que quer continuar a pôr e dispor dos destinos do país! Conquanto não estejamos ligados a nenhum partido político, nunca ocultámos a ninguém a nossa simpatia pelas esquerdas. Há umas semanas, os comunistas açorianos reuniram-se no auditório dos CTT e, como tiveram a delicadeza de nos convidar, passámos lá cerca de hora e meia, e não nos arrependemos. Deram depois uma mini-reportagem no telejornal, que parecia quase uma esmola ou favor. Como somos católicos (à nossa maneira), o que mais gostámos foi de um depoimento dum sacerdote madeirense, deputado da CDU, que não teve quaisquer problemas de se assumir como padre. Achamos muito mais nobre uma atitude assumida publicamente, que nas vésperas das eleições muitos servidores da religião quase proíbam os fiéis de ter uma opção política, mostrando-lhes uma série de infernos, e jogando com a sua ignorância. Falamos com pleno conhecimento de causa, porque já os ouvimos, embora há alguns anos. Nunca gostámos de misturar religião com política, mas distinguimos os que se servem de tais subterfúgios para levar a água ao seu moinho. E sempre simpatizámos com quem tem mais dificuldade em fazer vingar as suas ideias. Assumindo este ponto de vista, e voltando à indigestão deste fim-de-semana, achamos que o substituto do Dr. Cavaco não nos garante a mínima confiança, e falamos como português, nada temos com o PSD, com o qual nunca fomos à bola. Quando ele, como ministro da Defesa, nunca teve a coragem de assumir a assistência mecânica aos que anexaram Timor. Julgamos que o seu adversário mais directo talvez caísse um pouco mais no goto, que ao menos sempre defrontou com o ministro dos Negócios Estrangeiros opressor. Nenhum partido nos paga o sustento, mas achamos ser mais que tempo de divulgar o que pensamos. E pura utopia dizer-se que se respeita e dá cobertura em pé de igualdade a todos. O exemplo que aqui deixámos da nossa televisão regional é indesmentível. Até os adeptos do desporto e das telenovelas vomitaram política neste famigerado fim-de-semana. Não havia por onde optar. Por favor não confundam um partido, mesmo maioritário, com o país inteiro, porque há muito quem não comungue das vossas ideias! Ou teremos a repetição do que se falou do avião que vitimou Sá Carneiro, e os tripulantes do navio Boa Nova, de quem nunca mais se falou nem mandou rezar

missas?
Francisco Medeiros Quarta

Uma leitora, de Peniche, enviou-nos um interessante texto que, pela sua extensão, não nos é possível publicar na íntegra. Não resistimos, porém, a deixar aqui dois saborosos excertos.

► Era uma vez um navio...

(...) Esse navio andou no mar 10 anos só que a companha parecia não ter nunca terra à vista! O mestre que não dava cavaco à companha tinha por alcunha o «Algarvio» teria perdido o rumo, à companha naturalmente começava a perder a paciência e a andar completamente desvairada sem saber o que fazer às suas vidas, um dos ratos era uma Beleza apoderou-se de uns quantos cabazes de peixe grosso e foi apanhado na ratoeira mas como sendo um rato com toda a beleza e sorte, ficou preso na ratoeira é certo mas anda à solta!

(...) Como poderá o contramestre Nogueira passar para mestre se foi ele que originou toda a trama dando muito cavaco ao Mestre, rato Aníbal. Recordemos que o Algarvio disse a dada altura «não deixarei de governar este barco sem luta». No entanto sem luta e com o rabo entre as pernas foi exactamente o que fez! Há ainda que recordar uma entrevista que ele deu em 1990 onde disse «a minha grande ambição, muito mais que ganhar eleições é ficar ligado à história do País» e fica certamente, fica ligado à história do desemprego, da violência policial, ao suicídio dos jovens, à conivência policial e à droga, à fome e à miséria!!!

Mariette Ferrer

II Guerra Mundial

■ Manoel de Lencastre

Em Julho de 1944, quando a derrota
já se anunciava e apesar dos incessantes
bombardeamentos aéreos dos anglo-americanos
que lhes arrasavam as cidades, a indústria alemã
funcionava ao máximo da sua capacidade.
Os nazis extraíam do seu país e do seu povo
os derradeiros recursos. Nas grandes indústrias
bélicas, algumas trabalhando em gigantescas
instalações subterrâneas, utilizavam centenas
de milhar de trabalhadores arrastados de outros
países. Por isso, a campanha do Partido
Comunista Francês não abrandava: «Não ao
trabalho escravo nas fábricas dos boches!»

Mobilização após mobilização, os hitlerianos encaminhavam para os teatros de guerra contra a URSS tudo o que restava do potencial humano da orgulhosa e culta nação germânica. Nos primeiros seis meses desse ano, a Alemanha ainda fabricara 16 000 aviões e 8300 tanques de vários modelos. Na guerra a Leste, mantinha 179 divisões e 5 brigadas com efectivos completos, além de 49 divisões e 12 brigadas dos países-satélite, tudo incorporando 4,3 milhões de homens — dispunham de 59 000 peças de artilharia e morteiros, 7800 tanques e canhões de assalto, 3200 aviões de combate.

Mas, antes de iniciarmos a observação dos principais aspectos da Campanha do Verão de 1944 que levou o Exército Vermelho, gloriosa e inesquecivelmente, às fronteiras da URSS e à expulsão definitiva do invasor criminoso e sanguinário, é justo que deixemos algumas palavras registadas sobre a libertação final da cidade-berço da Revolução de Outubro, a heróica, para sempre heróica Leninegrado. Aí, a ofensiva soviética no sector da Veneza do Norte resumira--se a 15 de Janeiro de 1944 através de um decisivo impulso das forças de artilharia móvel de Govorov que, em cinco dias, conseguiram penetrar até 20 quilómetros para lá das linhas defensivas alemãs e abriram uma frente de mais de 40 quilómetros. Krasnaia Selo, Peterhof, Oranienbaum, Ropocha, foram libertadas. Sete divisões nazis viram-se completamente dizimadas deixando no terreno mais de 20 000 mortos — o resto dessas tropas dispersava-se rapidamente e procurava refúgio em terras finlandesas. Tropas comandadas por Meretskov forçaram a linha de Volkov e capturaram Novgorod.

Finalmente, a 21 de Janeiro, Mga, o ponto-chave das linhas de defesa germânicas, cessava a resistência aos ataques de Govorov e Meretskov. A captura de Mga marcava, com efeito, a libertação de Leninegrado porque, de aí, o caminho-de-ferro existente no corredor aberto durante a campanha do ano anterior, passaria a poder ser utilizado do exterior. Assim, a cidade de Lenin passaria a voltar a respirar o ar fresco da independência e da liberdade, mas chorava, toda a URSS chorava, sobre as destruições bárbaras que sofrera e os quase um milhão de cidadãos que haviam perdido a vida na luta heróica e obstinada contra o «Grupo de Exércitos Norte» (1). Este, e principalmente, os seus 162 e 182

exércitos (2), tinham submetido a histórica cidade a um férreo e desumano cerco durante 900 dias.

O fim do «Grupo de Exércitos Centro»

Comandado pelo marechal-de-campo Ernst Busch, o «Grupo de Exércitos Centro» incorporava o 3º exército «Panzer» do coronel-general Georg-Hans Reinhardt; o 4º exército, do coronel-general Gotthard Heinrici, que compreendia 18 divisões de infantaria, 4 divisões de campo da «Luftwaffe», a 18ª divisão «Panzer» e a



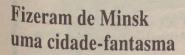
Às portas da Polónia

25ª divisão de granadeiros «Panzer»; o 9º exército, do general Hans Jordan, com 14 divisões de infantaia e a 20ª divisão de granadeiros «Panzer»; e o 2º exército, do coronel-general Walter Weiss, que se compunha de 11 divisões de infantaria, 4 divisões «Panzer» e uma divisão de tropas de segurança. O Grupo continha, ainda 12 divisões diversas incluindo algumas do exército húngaro. Nas vizinhanças desta poderosa formação, posicionavam-se o «Grupo de Exércitos da Ucrânia-Norte», do major-general Walter Model, e o

«Grupo de Exércitos da Ucrânia--Sul» comandado pelo coronelgeneral Kurt Zeitzler.

A ofensiva geral soviética iniciou-se a 23 de Junho de 1944. A 1ª Frente do Báltico (Bagramian) e as 3ª e 2ª Bielorussas (Cherniakovski e Zakarov) avançaram, simultaneamente, contra as posições do «Grupo de Exércitos Centro». A 1ª Frente Bielorussa (Rokossovski), juntar-se-ia aos combates no dia seguinte. Mas nesse mesmo dia 23, os tanques do general Panov avançavam para Bobruisk. Afluindo de outras direcções, o 3º exército (Gorbatov) com uma formação de carros de combate (Bakarov) impedia a chegada de reforços

nazis ou a retirada do grupo que defendia Bobruisk pretendendo atravessar o rio Berezina. Panov, a toda a velocidade, surgia de Nordeste. A 27, o 35º Corpo do exército e o 41º Corpo de tropas «Panzer» (40 000 homens) ficavam à mercê das mencionadas forças soviéticas. A aviação de Rudenko começara a bombardear densas filas de camiões, tanques, carros, os depósitos de gasolina e lubrificantes. Agora, os filhos do nazismo que haviam criminosamente assaltado a URSS para lhe devorar o sangue, morriam num campo de batalhas horrorosas. Aquele que fora o temível «Grupo de Exércitos Centro» declinava, lentamente, e sofria uma considerável derrota na zona de Vitebsk-Bobruisk.



Enquanto a 1ª Frente do Báltico preparava o ataque a Polotsk, Rokossovski, o general que tinha estado em todos os grandes momentos da guerra, Smolensk, Moscovo, Stalinegrado, Kursk, avançaria para Slutsk e Baranovichi, mas parte das suas forças surgiria a Sul de Minsk a fim de tirar partido da situação resultante do assalto à capital da Bielorússia pelas outras Frentes de exércitos atrás referidas. O objectivo era Minsk, portanto, o 4º exército nazi (Gotthard Heinrici) ia ficar completamente cercado. Na manhã de 3 de Julho, com efeito, unidades do 5º exército de Tanques (Guardas) do comando de Rotmistrov, combatiam a Norte de Minsk onde o mencionado

Militares nazis enforcam guerrilheiros soviéticos em Minsk, Outubro de 1941



4º exército nazi lutava pela própria sobrevivência. O 2º Corpo de Tanques (Guardas), de Burdeini, aparecia de Nordeste, e chegava às portas da cidade. Ao meio-dia, o 1º Corpo de Tanques (Guardas) do comando de Panov, entrava em Minsk, finalmente, logo seguido pelo 3º exército, de Gorbatov. Um importante grupo de tropas pertencentes ao mencionado 4º exército alemão estava já apanhado entre vários fogos e a sua fuga, impedida pela constante aproximação de novas formações do Exército



Uma das primeiras fotos da invasão da URSS, em 22 de Junho de 1941

Vermelho, tornava-se praticamente impossível. Esse grupo continha mais de 100 000 homens.

Ao anoitecer, Minsk tinha regressado ao seio da URSS e os seus invasores, acossados pela fúria imparável das forças soviéticas, renunciavam à posse dela. Em delírio, o 4º exército procurava todas as portas de saída, desintegrava-se, transformava--se em múltiplos pequenos grupos tentando a fuga. Minsk, entretanto, surgia aos olhos soviéticos como uma cidade irreal, feita de fantasmas — as suas pontes, as suas ruas, os seus edifícios, os parques, os teatros, os estádios, achavam-se em ruínas. E o que restava do seu povo, irreconhecível, exausto, mal começava a afluir do interior das vastas florestas para onde havia fugido. Para que teriam os hitlerianos querido ocupar Minsk? Para tiranizá-la. Para reduzi-la a cinzas. Para exterminá-la, fazêla desaparecer do mapa. A 11 de Julho, mais de 35 000 homens de Heinrici haviam sido capturados, incluindo 12 generais e 9 comandantes de divisão. A fuga das restantes tropas enlouquecidas, para Ocidente, tornava-se tumultuosa. O Exército Vermelho assistia.

possuem. Põem as derradeiras esperanças nos anglo-americanos. Ao decidir-se pela guerra contra a URSS, Hitler teve em conta que os círculos imperialistas ingleses e americanos estavam a seu lado. Não se enganava. Esses círculos tinham feito todo o possível para que a «Wehrmacht» se lançasse ao assalto da URSS.»

Depois, após escutar certas observações de Molotov, Stalin continuou:

«Roosevelt e Churchill não negociarão com Hitler. Tentarão, sim, fazer prevalecer os seus objectivos políticos na Alemanha estabelecendo, aí, um governo obediente, mas não tratarão com os nazis.»

E voltando-se para o marechal Jukov, o Comandante Supremo colocou a crucial pergunta: «Podem as nossas tropas atingir o Vístula sem paragens, libertar a Polónia e, se assim for, em que sector será utilizado o 1º exército polaco?»

A resposta do grande marechal da URSS foi peremptória:

«Na realidade, as nossas tropas podem chegar ao Vístula, camarada Stalin, mas terão de garantir o estabelecimento de boas testas-de-ponte para além dele. Essas testas-de-ponte serão essenciais para as operações futuras que conduziremos na direcção de Berlim. Quanto ao 1º exército polaco, tomará parte na libertação de Varsóvia.»

«Os nazis» — observou Stalin — «lutarão pela Prússia Oriental até ao último homem. É possível que encontremos aí tremendos obstáculos. Penso que deveríamos atacar a região de Lvov, primeiro, e toda a parte Leste da Polónia. Amanhã, camarada marechal Jukov, apresentar-lhe-ei os camaradas Bierut, Osubko-Morawski e Rola-Zimerski. Representam o «Comité Nacional para a Libertação da Polónia» (4) e pensam emitir um manifesto dirigido ao povo polaco. Bulganin será o nosso representante junto dos polacos».

O «Grupo de Exércitos Centro», nazi, destruídos os seus 4º e 9º exércitos e o 3º exército «Panzer», vivia os momentos angustiosos que lhe anunciavam o fim. Quisera entrar em Moscovo mas, agora, cedia uma terrível brecha com 500 quilómetros de fundo e 400 de largura. O Alto Comando alemão não tinha nada que lhe permitisse «tapar» a brecha mortal. A Polónia ia ser investida pelo Exército Vermelho e feita um país de gente livre. E a Norte, na velha Prússia imperial e militar, chorava-se:

«Als Preussen noch Preussen war.»

" Comandado pelo marechal de campo Georg von Kuechler; substituído por Model pouco após a libertação de Leninegrado; o próprio Model passaria, em Abril de 1944, para o comando do «Grupo de Exércitos Sul» em substituição de von Mannstein.

(2) Comandados pelos coronéis-generais Erhard Raus e Georg Lindemann.

(3) A esta conferência assistiram, igualmente, os generais Antonov e Vasilievski.

(4) «Krajowa Rada Naradowa».

(5) «Quando a Prússia ainda era a Prússia».

O pequeno--almoço de Jukov

Entretanto, forças de Rokossovski haviam entrado em Baranovichi. Bagramian avançava, rapidamente, para Daugavpils e Kaunas. Cherniakovski ia para Vilnius e Lida, na Lituânia; Zakarov marchava sobre Novogrudok, Grodno, Belostok. Mas a Jukov, chamado ao Kremlin para novas consultas, o Comandante Supremo (Stalin) mandava que lhe servissem o pequeno-almoço. Os dados da situação mostravam-se absolutamente claros, insofismáveis. A Alemanha nazi estava vencida. Não podia suster-se, lutando em duas frentes. E agora que a Ucrânia, a Bielorússia, a Lituânia estavam livres, de novo, e as feras hitlerianas entravam em debandadas furiosas e tresloucadas, surgia uma nova questão: que fazer? (3) Stalin respondeu sem hesitações:

«Os alemães, agora, assemelham-se a batoteiros que apostam a última moeda que

Erich von Mannstein

Fritz Erich von Lewinski nasceu em Berlim a 24 de Novembro de 1887. O pai era o general de Artilharia Eduard von Lewinski. Toda a família vinha de longa tradição militar. Mas sendo o 10º filho da família Lewinski, o pai deu-o a uma cunhada cujo marido se chamava Mannstein e era oficial do exército do Kaiser. De aí, o nome que ficou célebre.

Educado na Academia de Estrasburgo, frequentou a Academia de

quentou a Academia de Guerra (1913-14). Lutou na Bélgica, na Prússia, na Polónia. Foi gravemente ferido, em Novembro de 1914. A 1 de Outubro de 1936, era major-general. Foi chefe do Estado-Major de von Leeb durante a invasão da Checoslováquia. Terente-general, a 1 de Abril de 1939. No começo da invasão da URSS, Mannstein fazia parte do exército de Heppner -4º Grupo «Panzer» do «Grupo de Exércitos do Norte». Mais tarde, no comando do 11º exército, Mannstein recebeu ordens para a tomada da Crimeia e a captura de Rostov. Dirigiu o ataque a Sevastopol e, a 1 de Julho de 1942, foi promovido por Hitler ao posto de marechal-de-campo. A partir de 1943,



comandou o «Grupo de Exércitos do Don» e quando a batalha de Stalinegrado terminou exigiu que Hitler renunciasse ao cargo de Supremo Comandante da «Wehrmacht». Com Hoth, dirigiu a campanha que levou à recaptura de Kharkov. A 3 de Setembro desse ano, fez, com von Kluge, uma série de propostas que aboliriam o OKW e colocariam todos os teatros de guerra sob um único comando. Hitler rejeitou essas propostas.

A 30 de Março de 1944, o Führer demitiuo dos comandos que exercia e substituiu-o por
Model na direcção do «Grupo de Exércitos do
Sul» que passou a chamar-se «Grupo de Exércitos da Ucrânia-Norte». Preso pelos britânicos, já no fim da guerra, foi julgado por um tribunal especial em Hamburgo, em 1949. Em
Dezembro desse ano, foi condenado a 18 anos
de prisão, mas a sentença passou rapidamente
para 12 anos, apenas, e, em 1953, mandaramno para casa com base em dificuldades de
saúde. Em Maio de 1953, von Mannstein trabalhava como conselheiro da «Bundeswehr»
da República Federal. Morreu a 12 de Junho
de 1973, em Irschenhausen, na Bayária.

1 Publicações

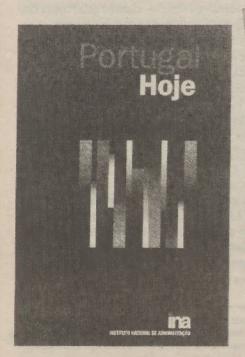
O Livro da Conferência

Já em livro e em distribuição e venda nos Centros de Trabalho, os textos mais importantes da Conferência Nacional do Partido que se realizou em 26 de Novembro passado.

«Renovar e reforçar a organização e a intervenção do Partido no seio dos trabalhadores» era o lema desta grande iniciativa que teve lugar em Lisboa, na «Voz do Operário». Conforme fora então decidido, os principais textos e discursos da Conferência são agora publicados pela editorial «Avante!».

O Documento Orientador do Debate Preparatório da Conferência, o Regimento, a composição dos vários órgãos eleitos, as intervenções nas sessões plenárias, assim como a Resolução aprovada, constam deste livro.

Recordamos que na primeira sessão plenária tomaram a palavra os camaradas Agostinho Lopes, Álvaro Cunhal, Domingos Abrantes, José Timóteo,



Nuno Costa, Américo Nunes, Rosa Rabiais e Jerónimo de Sousa. Na segunda sessão, a camarada Conceição Morais apresentou o Relatório do Secretariado da Conferência, seguindo-se os relatórios das secções - Indústria, Agricultura e Pescas, por Vítor Ranita; Transportes, Comunicações e Energia, por Ana Paula Henriques; Serviços, por José António Nunes; Administração Pública, por Américo Costa. Blanqui Teixeira apresentou o Relatório da Comissão de Redacção. Carlos Carvalhas proferiu a intervenção de encerramento. A Resolução da Conferência Nacional do PCP é apresentada no final do livro.

Portugal Hoje

Editado pelo Instituto Nacional de Administração, foi-nos enviado um interessante livro, cuja coordenação e prefácio são da autoria de Eduardo Sousa Ferreira e Helena Rato. Interessante. sobretudo, pelos abundantes dados estatísticos que fornece sobre o país, em áreas tão variadas como a demografia e os valores da sociedade, as condições e a qualidade de vida, o sistema produtivo e financeiro, a estratégia nacional, as instituições democráticas.

Ouanto aos estudos e as conclusões de cada um deles, as opiniões dos leitores serão certamente tão variadas como diferentes são os pontos de vista de autores tão diversos como os que colaboraram neste trabalho. Uma vista de olhos aos nomes darão uma ideia dessas diferenças. Participaram no livro os seguintes autores: Adriano Moreira, Alda de Carvalho, Ana Nunes de Almeida, António Vitorino, Carlos Gouveia Pinto, E. Marçal Grilo, Eduardo de Sousa Ferreira, Francisco Nunes Correia, Helena Rato, J. M. Brandão de Brito. J. Manuel Nazareth, João Costa Pinto, João Ferreira de Almeida, D. José Policarpo, José M. Paquete de Oliveira, José Mariano Gago, Karin Wall, Leonor Coutinho, Manuel Braga da Cruz e Maria de Lourdes Lima dos Santos.





Autobiografia de Mandela

Chegam mais notícias da editora «Campo das Letras». Desta vez revelando que assegurou os direitos para Portugal da autobiografia de Nélson Mandela, intitulada «Longa Marcha para a Liberdade».

Com a promessa do lançamento do livro para o próximo mês de Abril, a «Campo das Letras» adianta que «Long Walk for Freedom» foi um dos livros em foco na recente Feira de Frankfurt, tendo sido apresentado no final do ano passado na África do Sul e nos Estados Unidos e sido lançado em Janeiro último na Alemanha e na França. A tradução é da autoria de Ana Saldanha e a editora portuguesa obteve a reserva dos direitos de publicação para os países africanos de língua oficial portuguesa.



Onde tinha estado Che Guevara?

A esta pergunta, ainda a «Campo das Letras» vai responder com o lançamento de outro livro, ainda este mês. O mistério era que, mesmo no diário do Che, o ano de 1965 correspondia a uma página em branco. Na época, recorde-se, os boatos abundavam — desde o «assassinato» perpetrado por Fidel (!), aos que «revelavam» a presença do Che em França. Ou morto pela Mafia. Ou...

A revelação deste segredo tão bem guardado pela Revolução Cubana durante 25 anos é agora feita por dois jornalistas e um historiador que são os autores deste livro - «O Ano em que estivemos em parte nenhuma». Paco Ignacio Taibo II, Foilán Escobar e Félix Guerra revelam a estada de Che Guevara em África, em 1965, no Congo ex-belga. A obra traduzida para português e em breve editada pela «Campo das Letras» reconstrói a participação de um grupo de combatentes cubanos, comandados

novos ao lado deles. É preciso recomeçar a viagem.»

E nós dizemos que é preciso, com Saramago, recomeçar a leitura desta prosa. Para quem leu. Ou começá-la uma primeira vez para se ficar convidado para uma próxima leitura.

Policial e FC

A «Caminho» editou recentemente mais dois títulos, das suas prestigiadas colecções «Policial» e «Ficção Científica», em que se somam os nomes de autores portugueses, o que torna esta editora um honroso caso no panorama editorial português.

Desta feita, Manuel Grilo surge com o romance «Nóvò». É o terceiro livro que o autor publica na colecção «Policial».

Quanto à «FC», o livro é «Sulphira & Lucyphur», mais um título a acrescentar à já vasta obra do seu autor, António de Macedo.





pelo Che, na guerra de libertação do então Congo

& Lucyphur CAMINHO ficção científica

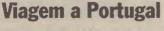
«O Militante»

Já está à venda o número de Março-Abril de «O Militante», órgão do PCP, que na capa chama a atenção para o desemprego entre a juventude e para os inquéritos parlamentares. Como sempre, variados artigos sobre questões políticas actuais. Destacamos, neste número, para além de mais um artigo sobre a importância da imprensa partidária, a conclusão da publicação de excertos de trabalhos apresentados nas secções da Conferência Nacional do PCP realizada em Novembro passado. Desta vez são abordados os temas das secções da Indústria, Agricultura e Pescas; Transportes e Comunicações; Serviços. A questão do recrutamento e do enquadramento dos

militantes é tema desenvolvido no trabalho sobre organização partidária. Problemas da Juventude, da Economia um artigo acerca do Forum de Pequim sobre a Mulher, outro sobre teoria marxista-leninista, alargam o interesse deste número que, mais uma vez, publica em destacável «Quadros da História de

«Vértice»

A revista bimestral «Vértice» já pôs à venda o seu número de Janeiro-Fevereiro deste ano. «Portugal, que futuro?» é o tema «Em questão», reunindo as contribuições de Manuel Gusmão, Helena Carvalhão Buescu, EM de Melo e Castro, Luís Raposo, Carla Marina Mendes, Maria Deolinda Saraiva, João Ferreira Duarte, José Jorge Letria, Paula Morão, Piedade Gralha e Francisco Soares. A secção «Em Estudo» publica textos de Arlindo Manuel Caldeira, Carina Infante do Carmo, Miguel Urbano Rodrigues e Alfredo Pinheiro Marques. Os textos de Luís Augusto da Costa Dias, Arquimedes da Silva Santos, Jaime Alberto do Couto Ferreira, Zillah Branco, Rui Mário Gonçalves, Hélder Coelho e Fernando Venâncio compõem a secção «Em Movimento». Notas, comentários, crónicas, fotografias, poemas, grafismos, concluem este número 64 da Vértice.



É a décima edição do belo livro de Saramago, mais uma vez publicado pela «Caminho». Um percurso pelo país, que não é apenas feito de lugares e das suas qualidades, mas de histórias que a propósito se contam. Um percurso que convida a ser incessantemente retomado, pela prosa inconfundível do autor.

«O fim de uma viagem é apenas o começo doutra», escreve Saramago. «E preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o que se viu já, ver na Primavera o que se vira no Verão, ver de dia o que se viu de noite» (...) «E preciso voltar aos passos que foram dados, para os repetir, e traçar caminhos



A crise da NATO

e o perigoso desafio
da Presidência Portuguesa na

■ Miguel Urbano Rodrigues

A NATO está mergulhada na mais complexa crise que conhece desde a sua fundação no início da guerra-fria. O escândalo em que se encontra envolvido o secretário-geral, Willy Claes, é apenas uma componente das dificuldades enfrentadas pela Organização. A ênfase posta na solidariedade dos EUA a Claes contribuiu, aliás, para lembrar que o mal-estar na Bélgica — inseparável de questões domésticas — é de natureza muito diferente do que se manifesta nos EUA, a potência que inventou a NATO e tem exercido na prática uma hegemonia absoluta no seu desempenho e funcionamento.

O caso Claes apenas veio tornar mais transparente a crise da organização. Desde a implosão da URSS que a NATO procura sem êxito ajustar-se à situação de vazio resultante do desaparecimento do «inimigo» que lhe servia de justificativa para a existência.

Nas próprias capitais da Aliança Atlântica, a continuidade da NATO é posta em causa por personalidades de quadrantes políticos que sempre antes defenderam a sua necessidade.

Os argumentos dos atlantistas ortodoxos encontram cada vez menos receptividade. Hoje, até os falcões do Pentágono têm consciência de que a Rússia, afundada na anarquia, não constitui ameaça, a curto ou médio prazo, para a Europa. O desenvolvimento da dramática mini-guerra na Chechénia veio, aliás, confirmar que as Forças Armadas da Federação Russa se tornaram caricaturas do Exército que derrotou a Whermacht de Hitler.

Para os estrategos de Washington, a defesa da NATO, como organização «indispensável», passou, portanto, a assumir um carácter de urgência. Encontrar argumentos minimamente convincentes para persuadir aliados europeus da validez dessa tese é, porém, muito difícil. As cimeiras de Bruxelas e Sevilha, apesar da ofensiva mediática que as precedeu, não permitiram atingir o objectivo.

Agindo com paciência, a Casa Branca — confiada no poder das auto-estradas da desinformação que asseguram aos EUA um controlo cada vez mais hegemónico dos audiovisuais que formam opinião — insiste em campanhas que apontam para a iminência de perigos exteriores imaginários, susceptíveis de destruir a estabilidade no Ocidente.

As guerras de baixa e média intensidade são, segundo Washington, a resposta necessária e adequada exigida por determinados conflitos na periferia do mundo desenvolvido.

A agressão ao Iraque, euidadosamente premeditada, e a gigantesca encenação onusiana que a envolveu oferecem-nos exemplo expressivo da possibilidade (graças ao controlo da informação)

de mascarar de democráticos aos olhos de largos sectores da opinião mundial os objectivos de uma estratégia imperial de cruzada

A ingerência pouco inteligente da NATO num conflito localizado na Europa criou, entretanto, à Organização — não obstante ter recebido o aval e por vezes o incentivo de algumas potenciais europeias — problemas não esperados, iluminando as suas debilidades.

Tanto no terreno político como no militar, os chamados air strikes (bombardeamentos aéreos) desencadeados contra os sérvios da Bósnia foram um fracasso, forçando inclusive os EUA a rever os seus planos na explosiva área da ex-Jugoslávia.

Tornada mais prudente, a NATO fixa agora a sua atenção no Sul, ou seja, na margem africana do Mediterrâneo. O inimigo capaz de justificar a existência da NATO seria, afinal, o fundamentalismo islâmico. Obviamente, é indispensável, para

atingir os efeitos visados, desenvolver campanhas de propaganda que falsifiquem a realidade. Os extremistas islâmicos são deliberadamente confundidos com o conjunto dos árabes mediterrânicos. O inimigo potencial e imediato seria o Islão africano como totalidade, do Magreb ao Egipto.

Significamente, a grande imprensa europeia e norte-americana está a atribuir um relevo enorme à Conferência Euro-Mediterrânea que se realizará em Barcelona em Outubro — iniciativa que já motivou reparos críticos da Líbia, da

Argélia e do Egipto. Sem que o objectivo tenha sido expressamente formulado, não é segredo que os promotores pretendem, com o encontro de Barcelona, abrir a porta — durante a Presidência espanhola — a uma CSCE para o Mediterrâneo como prólogo a ingerências crescentes no Norte de África, apresentado como área de ameaça directa à segurança europeia.

Nesse contexto, o secretário-geral Willy Claes tem assumido posições que surpreenderam, pelo radicalismo, a maioria dos observadores, habituados a ver nele uma personalidade baça. Agora, emerge como falcão. De repente, surge como defensor de uma cruzada contra o Islão.

Claes retoma a tese do professor Samuel Huntington, de Harvard, sobre o choque das civilizações, segundo a qual a linha de choque entre o bem e o mal é a que separa aqueles que praticam os valores que definem a civilização ocidental — o individualismo, o liberalismo, o constitucionalismo, os direitos humanos, a liberdade, o império da lei, a democracia, o mercado livre, a separação da Igreja do Estado — de povos moldados por uma mundividência diferente. Segundo essa teoria, desenvolvida num ensaio publicado pela revista Foreign Affairs, os EUA, obrigados, por missão, a «proteger os interesses ocidentais e promover os seus valores económicos e

Holanda acompanham quase sempre as posições dos EUA, a França e a Alemanha demarcam-se delas, embora o façam usando estilos diferentes. Os governos de Paris e Bonn consideram, sem o confessar, que a tutela militar dos EUA (vocacionados para a perpetuar, segundo um relatório secreto do Pentágono divulgado em 1992) tem um peso político excessivo. Por isso mesmo, não obstante repetidas afirmações favoráveis à manutenção das tropas norte-americanas no Velho Continente, franceses e sobretudo alemães pretendem ver criadas condições que façam da Segurança na Europa, tal como a entendem, um assunto a ser decidido pelos europeus.

É nesse contexto que se inserem as complexas relações entre a NATO e a UEO e as ambiguidades que as têm caracterizado.

A NATO foi e é um instrumento da hegemonia norte-americana. O desejo de alterar aspectos da acção imperial dos EUA na Europa seria louvável se a alternativa apontasse para uma autêntica política de segurança continental. Mas não é o caso. Bonn e Paris desejariam substituir um tipo de militarização por outro igualmente nocivo e repudiado pelos povos do Continente.

Em torno do slogan segundo o qual a UEO seria, de acordo com a definição do Tratado de Maastricht, o «pilar europeu da NATO», tem sido produzida uma literatura torrencial e contraditória. Na prática, apesar de solenes declarações e promessas oficiais, as relações entre a NATO e a UEO continuam carregadas de equívocos, num autêntico jogo do gato e o rato cujas peripécias não cabe aqui comentar.

Até à guerra do Golfo, a UEO teve uma existência pouco mais do que vegetativa. Nos últimos três anos, a sua ambição a desempenhar um papel decisivo na «segurança europeia» cresceu. Pretende deixar de ser um fantasma. Dificilmente o conseguirá. Mas é inquietante que Portugal, pela mão do Governo do PSD, se veja envolvido em manobras perigosas conduzidas

por potências cujas estratégias estão orientadas para uma falsa segurança baseada numa militarização do Continente por elas liderada. Isso está a acontecer sem que o povo se aperceba do que se passa...

Aproveitando a Presidência portuguesa da UEO — que termina no final de Junho -, o governo moribundo e desprestigiado de Cavaco Silva apresenta-se orgulhosamente como o patrocinador de uma política tendente a aumentar a capacidade do futuro «braço armado» da União Europeia, segundo a fórmula atribuída ao embaixador Martins da Cruz, representante permanente de Portugal na Organização. Porta-vozes do Ministério dos Negócios Estrangeiros falam já abertamente na criação de mecanismos decisórios que per-

mitam à UEO intervir em situações em que os EUA não possam ou não queiram envolver-se. Por outras palavras: estamos perante uma política cujas metas são inspiradas por um conceito de falsa segurança tão perverso como aquele que pretendem retocar.

Em 15 de Maio, vai reunir-se em Lisboa o Conselho de Ministros da UEO. Mas, em princípio, estarão presentes representantes de 27 países ligados à UEO, entre membros efectivos (10), associados (3), observadores (5) e parceiros (9).

Devemos estar atentos à preparação desse encontro e ao propósito cavaquista de levar diante a estratégia da dinamização operacional da UEO. O povo português não aceita o papel que o desprestigiado Governo do PSD lhe quer impor no desenvolvimento de uma política aventureira, incompatível com a segurança e a paz na Europa.



políticos, serão, nos próximos anos, inevitavelmente empurrados para guerras de baixa e média intensidade» com os países do Sul.

Inspirado no mestre, Claes não hesitou recentemente em afirmar que «o fundamentalismo islâmico representa para o Ocidente uma ameaça tão importante como a que antes vinha do comunismo». A gafe valeu-lhe uma advertência formal dos 16 países membros da Aliança Atlântica, mas é reveladora da mentalidade do homem que hoje ocupa o cargo de secretáriogeral da NATO.

O gato e o rato

São públicas as contradições entre europeus e americanos no âmbito da própria NATO. Enquanto o Reino Unido e a

Grandes democratas!

As ondas de choque do Congresso do PSD continuam a abalar as hostes, por esse País fora. Agora é no Algarve que a disputa se acende entre Mendes Bota e Cabrita Neto, com o primeiro a querer arrebatar ao segundo o comando do PSD/Algarve. Reflectindo o modo de ser e de estar que caracteriza este partido, os contendores não vão à liça porque tenham ideias próprias para a distrital que pretendem dirigir. Não. O que os move é, um ser "barrosista", e o outro "nogueirista". Nem o que está a animar os militantes laranjas do Algarve face a esta nova contenda é saber que ideias estão em confronto. Não. O "debate interno" que está a movimentar os PSD's algarvios resume-se à recolha de assinaturas de apoio a um ou a outro dos pretendentes, sendo que, numa, alinham os "barrosistas", na outra, os "nogueiristas". Dá vontade de rir quando esta

gente fala em "debate democrático" e critica - sem saber o que diz, como não sabe o que faz - o centralismo democrático do PCP e dos comunistas portugueses... E são tão "livres-pensadores" que nem conseguem descortinar que o "debate" do PSD assenta na luta de galos com a capoeira a ver, a "democracia" das discussões resume-se ao acto de assinar uma lista de apoio, e a "unidade interna" não sabe o que são objectivos políticos comuns: fica-se pelo esforço de escolher a facção que melhor serve os interesses de cada um. Ah, grandes democratas!

"Dogmas"

Dando expressão à sua caminhada no sentido de ficar igual ao Partido Conservador, a direcção do Partido Trabalhista britânico aprovou, com 19 votos a favor e três contra, a abolição do histórico Arto 4 sobre a "colectivização dos meios de produção, de troca e de distribuição", considerando--o um "dogma" ultrapassado (foi inscrito no programa

trabalhista em 1918), advogando, pelo contrário, a consagração da "economia de mercado". Sabendo-se o que a famosa "economia de mercado", nomeadamente no longo consulado de Margaret Thatcher, fez ao Reino Unido e ao povo inglês, esta aposta da actual direcção trabalhista não augura nada de bom para o reino de Sua Majestade. Quando der tudo com os burrinhos na água, é que a actual direcção trabalhista perceberá como andou, agora, atrás de "dogmas ultrapassados"... E quem, entretanto, pagou mais uma vez o preço, foram os trabalhadores que o "Labour" diz representar.

Atrasos

Há dias, o economista do PS, Daniel Bessa, confessava com toda a naturalidade numa entrevista à televisão que a

governação do PSD durante a primeira maioria absoluta tinha sido "boa", sendo por isso "justo" que tivesse ganho segunda vez. O encanto do homem pelo PSD era tal que, depois, se viu em palpos de aranha para justificar a necessidade do afastamento do PSD da governação nas próximas eleições legislativas. Aliás, os entrevistadores não o deixaram escapar de si próprio e perguntaram-lhe o óbvio: Afinal o que é que estava mal no Governo PSD? Após mastigar um comboio de palavras, lá descobriu que o problema do PSD era "ter-se atrasado". É capaz de ter razão. Quanto a

O fascista

campeão.

O escândalo à volta do professor Soares Martinez, catedrático fascista da

"atrasos", Daniel Bessa é um

Faculdade de Direito de Lisboa frontalmente contestado pelos actuais finalistas do curso, desencadeou uma, hoje rara, unanimidade de protestos e de solidariedade para com os estudantes em luta. Nem uma voz se levantou a defender o homem que, durante o regime fascista, colaborava com a PIDE na prisão e no espancamento dos estudantes. Todas as vozes se ergueram recordando - e exemplificando abundantemente - o baixo estofo moral, intelectual e pedagógico da criatura, desenterrando das suas próprias memórias casos flagrantes a demonstrar como foi sempre bestial, a crassa imbecilidade de Martinez, e repugnante, a sua actuação como professor e como cidadão, É pena ainda ninguém se ter lembrado de perguntar como foi possível a reintegração plena de Soares Martinez na Faculdade de Direito de Lisboa, após ter sido tão justamente saneado na sequência da Revolução do 25 de Abril. É que, aí, essa será a única

bestialidade de que o velho

fascista não é responsável...

"A situação que o PSD tem de defrontar e o resultado que tem de obter são tudo menos "normais". Como sempre tenho dito, o sistema eleitoral proporcional exige, para ser subvertido por uma maioria absoluta, que haja tensão política. Precisamos, pois, de "anormalidade"."

> r (Pacheco Pereira -«Diário de Notícias». 09.03.95)

«É por aqui que se pode ganhar, e só se pode ganhar se se guiser."

(idem)

"Vamos continuar a criticar o Presidente da República sempre que necessá-

> (Silva Marques - «Semanário», 11.03.95)

"O mercado de capitais está cada vez mais apostado na vitória de Belmiro de Azevedo na sua dura luta de oposição à OPA lançada pelo BCP/Império. Apesar de ter a vida dificultada pela acção do ministro das Finanças, acredita-se cada vez mais que Belmiro sairá vencedor desta batalha."

> «Confidências», Salvador da Cunha - «Semanário», 11.03.95)

"A Sonae vê-se forçada a concluir que não existem condições mínimas para a implementação do seu projecto - que pressuporia investimentos de várias dezenas de milhões de contos."

> (do comunicado da Sonae desistindo da posição no BPA - «Diário de Notícias», 14.03.95)

"PS deixou o marxismo primeiro do que o PSD."

> Diabo», 07.03.95)

"Uma das características importantes na nova maneira de fazer política em Portugal é que essa divisão entre a esquerda e a direita, considerada como uma divisão ideológica, está esgotada."

* (António Vitorino -«Diário de Notícias»)

PONTOS NATURAIS

Telenovelas

Na telenovela nunca há inflação As pessoas ou são boas ou são más. A felicidade brinca ao gato e rato o rato condenado a perder sempre. Na telenovela as raparigas (todas) são lindas de morrer. As mulheres perdem a respiração

diante de uma jóia.

A telenovela emerge do fundo do lago.

Ш

Jamais vi a Torralta numa telenovela. Nos telejornais, sim. Nunca lá vi os reformados sempre

Nos telejornais, sim. Nunca vi lá os Cabos d'Ávila. Nos telejornais, sim. O sonho da telenovela é evitar que as pessoas estoirem.





Houve inúmeros crimes e sangria de incêndios. Só atentados foram dez sem falar nas mortes em directo. Houve incontáveis ventres inchados e os olhos em flor sem entender. Políticos falaram de justiça social. Depois de tudo isto não temos o direito a uma telenovela?

Baralham-se todas na minha cabeça, as telenovelas. Deixam-me os olhos do [avesso,

as telenovelas. Envolvem-me,

[raptam-me as telenovelas. De que mundo vêm elas com seus venenos mortais? Com os seus enredos de aranha que não passam do sonho que encontrou as suas facas?

Não posso ir ao sindicato hoje. Teatro, não apetece. Ver amigos? Tão tarde e faz frio e os autocarros... Chego ao comício meia hora atrasado. E aqueles chatos logo se haviam de **flembrar**

de marcar o colóquio para a noite em que o Mauro desesperado espera esse momento em que Yolanda irá dizer ao fim de duzentos episódios que finalmente tudo está nos conformes e o ama.

mario Castrino

Ainda em comemoração do 74.º Aniversário do PCP

Inauguração do Novo



Centro de Trabalho do PCP na Brandoa

na Rua Bento de Jesus Caraça, Lote 284



- COMÍCIO às 11,30 h.

com a participação do
Presidente do Conselho Nacional do PCP

ALVARO CUNHAL

- Descerramento da placa indicativa do Novo Centro de Trabalho e Visita às novas instalações
- Durante o dia haverá
 várias Actividades Culturais

A ESQUERDA NECESSÁRIA para uma nova política

Também com a participação do camarada ALVARO CUNHAL

LISBOA

Debate no CT Vitória sobre as orientações aprovadas na Conferência Nacional do PCP e a situação política na perspectiva das eleições Sexta-feira, 17, às 19h

Sábado, 18, às 13h, Almoço-Convívio comemorativo do 74º aniv. do PCP no Refeitório da CMA (Moinhos da Funcheira)

SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Almoço - Domingo, 19, às 13h, na Garagem

Inscrições: tels. 061-9411131, 942279, 941144

Distrito de BEJA

Cidade de Beja - Sábado, dia 18, com a participação do camarada Aurélio Santos: almoço-convívio no restaurante «Palma», às 13h e convívio no «Snack-Bar Paulinu's», às 16h Convívio em Luzianes Gare: domingo, às 20h30.

Distrito de CASTELO BRANCO

Fundão - Jantar no restaurante «Mario's» (R. Jornal do Fundão), com a participação do camarada José Casanova: sexta-feira, 17, às 20h

Distrito da GUARDA

Gouveia - Sessão comemorativa, seguida de lanche-convívio, com a participação do camarada Domingos Lopes: sábado, 18, às 14h30, no Centro de Trabalho.

Seia - Almoço no Centro de Trabalho, com a participação de Domingos Lopes: domingo, 19, às 13h.

Distrito de LISBOA

Freguesia da Graça - Beberete-convívio no Centro de Trabalho da Graça, com a participação do camarada A. Teixeira: sábado, 18, a

Sector Centro Norte de Empresas de Lisboa- Jantar comemorativo no CT da Av. Duque de Loulé: sexta-feira, 24, às 20h.

A-dos-Loucos (Vila Franca de Xira) - Almoço no Centro de Trabalho: domingo, dia 19, às 13h.

Apelação (Loures) - Almoço-convívio no CT, com a participação do camarada Aurélio Santos: domingo, dia 19. Sta, Iria de Azóia - Convívio no CT, com a participação de João

Narciso: sábado, 18, às 16h. Odivelas - Almoço-convívio no CT com a participação da camarada

Helena Medina: domingo, 19, às 13h. Torres Vedras - Jantar-convívio no restaurante «Lagartinho» (Lg. da

Feira), com a participação do camarada Agostinho Lopes: sábado, 18,

Matosinhos - Jantar no restaurante «Farmácia Campos» (R. 1º de Dezembro, 522): sexta-feira, 17, às 20h, com a participação do camarada Jorge Araújo.

Santo Tirso - Almoço na Escola Preparatória, com a participação do camarada João Amaral: domingo, dia 19.

Distrito de SANTARÉM

Tomar - Almoço comemorativo do 74º Aniversário do PCP e de homenagem ao camarada Jerónimo dos Santos: sábado, dia 18, às 13h30, no restaurante «A Familiar», com a participação do camarada Albano Nunes.

Benfica do Ribatejo - Jantar no «Restaurante 2000», com a participação do camarada Henrique de Sousa: sábado, dia 18, às 20h. Couço - Almoço no Centro de Trabalho, com a participação do camarada Jerónimo de Sousa: sábado, dia 18, às 13h.

Distrito de VISEU

Lamego - Almoço-convívio de Militantes e Amigos do Partido dos concelhos do norte do distrito de Viseu no restaurante «O Combinado» (R. da Olaria): domingo, dia 19, com a participação do camarada José Teles (inscrições pelo tel. 032-425550).

Debate com o País



uma nova

Sessão de Encerramento

Sábado, 25 de Maio de 1995, às 15.30 horas Hotel Altis (Sala Petropolis) - Lisboa

> A sessão será presidida por: José Saramago

e estão também previstas intervenções de: Cláudio Torres, Edgar Correia, Sandra Benfica e Carlos Carvalhas.

Secretário-Geral do PCP

DEBATE COM O PAÍS

Com a participação do camarada Carlos Carvalhas:

LISBOA

"Alternativas culturais" CT Vitória

16 de Março - 21h30 Também com a participação de António Borges Coelho, João Brites, Manuel Gusmão, Ruben de Carvalho, Teresa Villaverde

FARO

"PCP, a esquerda necessária para uma nova política" Instituto da Juventude 18 de Março - 15h00

Com a participação de Carlos Luís Figueira e de CARLOS CARVALHAS

em VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

na Cantina da Esc. Secundária:

almoço comemorativo do 74º aniversário do PCP

ALANDROAL

"A Saúde que Queremos, a Saúde que Nós Temos" Junta de Freguesia - 18 de Março - 15h00 Com a participação de António Fontes Coelho, João Ribeiro, José Manuel Jara, Rui Branco

BARREIRO

"Saúde"

Lavradio, SFAL - 18 de Março - 15h30 Com a participação de João Camilo

CASTELO BRANCO

"Para desenvolver o Distrito - que políticas alternativas?" Escola Superior de Educação - 18 de Março - 15h00 Com a participação de Armando Morais, José Casanova, José Pires,

COVILHA

"Uma Nova Política para a Saúde" Assembleia Municipal - 17 de Março - 21h30 Com a participação de Alina de Sousa, Luís Peixoto, Manuela Carvalho, Vítor Sainhas

FELGUEIRAS

"Política de Desenvolvimento - que equilíbrio social?" Escola Preparatória - 18 de Março - 15h00 Com a participação de Honório Novo, Manuel Freitas

GUIMARAES

"Debate com o País para uma Nova Política" Hotel Fundador - 17 de Março - 21h30 Com a participação de Agostinho Lopes, António Lopes

LISBOA

"Agricultura Portuguesa: Que Futuro?" Hotel Zurique, Sala Atlantis - 16 de Março - 18h00 Com a participação de Agostinho Lopes, Carlos Amaro, João Castro Caldas, Manuel Belo Moreira

LISBOA

"O Desporto, os Cidadãos e o País" Hotel Continental, Sala Lisboa - 20 de Março - 21h00 Com a participação de António Filipe, Carla Sacramento, Carlos Rabaçal, Fernando Tenreiro, Jorge Araújo, Luís Sá, Melo de Carvalho, Odete Graça, Rui Cartaxana, Veiga Trigo, Vicente Moura

LISBOA

"Administração Pública - a que temos, a que queremos" CT Vitória - 23 de Março - 18h30 Com a participação de Luís Sá

LISBOA

"Que Reforma dos Serviços de Saúde?" Hotel Roma, Sala Roma - 23 de Março - 21h00 Com a participação de Cipriano Justo, Edgar Correia, Eduardo Fonseca, Fernanda Dias, Machado Cândido

PALMELA

"A Agricultura e os Agricultores - A Caça e os Caçadores" Asseiceira, Soc. Recreio e Instrução 1º de Maio - 19 de Março - 16h00 Com a participação de Agostinho Lopes

PORTALEGRE

"Descentralização, Regionalização e Participação" Escola Superior de Educação - 18 de Março - 14h30 Com a participação de Luis Sá e Deputados, Dirigentes Regionais do PCP, Eleitos e Técnicos Autárquicos

PORTO

"Ensino Superior: Democracia, Qualidade, Desenvolvimento" Com a participação de Carlos Madureira, Edgar Correia, Mário Carvalho, Renata Freitas

RIO DE MOURO

"Ambiente Urbano e Reabilitação Urbana" Igreja Paroquial - 18 de Março - 15h00 Com a participação de Carlos Fernandes, Fernando Cortês Pinto, Lino Paulo, Maria Alice Monteiro, Paula Almeida, Sidónio Pardal

SETUBAL

"Os Problemas da Pesca" Clube Recreativo Palhavã - 19 de Março - 10h00 Com a participação de Augusto Flor, Carlos Luís Figueira, João Lopes

VILA REAL SANTO ANTÓNIO

"Os problemas da toxicodependência" Sindicato da Hotelaria - 16 de Março - 21h30 Com a participação de Amílear Martins, João Goulão

VILA VIÇOSA

"Direitos dos Trabalhadores - Sua Defesa" Cineteatro - 19 de Março - 10h00 Com a participação de Jerónimo de Sousa

Encontro-Convívio de apoiantes CDU

Com, entre outros, António Galhordas (independente), Blasco Hugo Fernandes (presidente da ID), Isabel de Castro (PEV) e Carlos Carvalhas (secretário-geral do PCP). Segunda-feira, 20 de Março, às 18 e 30 horas, no Páteo Alfacinha em Lisboa

Assembleias, plenários e outras reuniões

TOMAR

Assembleia da organização Concelhia Sábado, 18, às 9h30, no CT, com a participação de Albano Nunes

Alcáçovas

CDU - Plenário de eleitos e activistas: no salão da Junta de Freguesia, domingo, dia 19, às 14h30, com a participação de Luís Sá e Raimundo Cabral.

Cascais

- Plenário de militantes da freguesia do Estoril: sábado, 18, a partir das 16h00, no CT de Cascais.
- Plenário de militantes da freguesia de S. Domingos de Rana: sábado, 19, às 15h30, no CT de Tires, com a participação de camarada Jorge Cordeiro.

Colares

- Plenário de militantes da freguesia, com a participação de Jaime da Mata: sexta-feira, dia 17, às 21h30, no CT de Murcifal.

Lamego

- Reunião de militantes do concelho: no Centro de Trabalho local, domingo, 19, às 10h.

Lisboa

- Reunião de eleitos indicados pelo PCP nas Juntas e Assembleias de Freguesia da Zona centro de Lisboa: sexta, 17, às 19h, no CT Vitória.
 - Visita de trabalho à Freguesia da Ajuda, com a participação de eleitos locais e do vereador Rego Mendes (partida, às 14h30, do CT da Ajuda).
- Visita de trabalho dos vereadores António Abreu e Rui Godinho, eleitos municipais e locais às freguesias de Benfica, Carnide e S. Domingos de Benfica e contactos com as suas populações: sábado, 18, a partir das 10h.
- Reunião da organização da freguesia de Sto. Estevão: sábado, às 15h. - Plenário das células da Autocoope e Táxis: domingo, dia 19,
- às 15h no CT da Av. António Serpa. - Reunião de Reformados do sector de Serviços, preparatório do próximo Encontro Nacional de Reformados do PCP: terçafeira, 21, às 15h30, no CT da Av. Duque de Loulé.
- Reunião das organizações das freguesias de Bairro Alto e Bica (Mercês, Sta. Catarina, Encarnação e S. Paulo): quarta-feira, 22, às 19h, no CT Vitória.

Seixal

- Reunião dos professores comunistas: sábado, dia 18, às 11h, no CT do Seixal. Às 13h, almoço-convívio.

Vila Franca de Xira

- Plenário de militantes da freguesia de Vila Franca: sábado, 18, às 15h30, no CT, com a participação de Henrique de Sousa

JCP / V.F.Xira

Sábado, às 16h: Inauguração de Exposição de Pintura e Cerâmica na Casa da Cultura da Castanheira

Domingo próximo:

Jornada de convívio e informação da Organização da Freguesia de Cascais no concelho de Vila França de Xira Partida, às 8h, do Jardim Visconde da Luz Visita ao Gimnodesportivo em Forte da Casa Piquenique na Quinta de Subserra Visita à nova Biblioteca Municipal (Inscrições no CT de Cascais - Tel. 48669991)

Excursão a Malta e Sicília

promovida pela Comissão Concelhia de Almada: 8 dias - 25 Junho a 2 Julho Preco por pessoa (tudo incluído) - 16.000\$00

(inscrições: tel. 2752777, cam. Artur Cabrita)

Núcleo de Setúbal da Associação de Amizade Portugal-Cuba Apresentação do livro

O Século do Dragão - de Henri Alleg com a presença do autor, de Miguel Urbano Rodrigues e de Zeferino Coelho

Amanhã, 17, às 21h30, Biblioteca Municipal de Setúbal



HORIZONTAIS: 1 —Botequim; rochedo (bras.); grande quantidade; principal rio italiano, que nasce na encosta do monte Viso. 2 — Braços de rio; faísca; parceiro. 3 — Quatro romanos; aquele que se alimenta de carne crua; dispendiosa. 4 — Textualmente; com asas; pároco. 5 — Chefe etíope; a barlavento (náut.); cem metros quadrados. 6 — Alimento milagroso que Deus enviou do céu aos israelitas no deserto (pl.); aterrorizou. 7 — Grande cão de fila; discursas. 8 — Estado da Ásia ao N da Índia; chamara a atenção com gestos. 9 — Animal para abate; protóxido de cálcio; espécie de capa sem mangas. 10 — Maléficas; capital europeia; período (fig.). 11 — Carta de jogar; casa de espectáculos; ajustar. 12 — Simples; jarro (planta); 365 dias. 13 — Emissão de voz; rente; transpira; campeão.

VERTICAIS: 1 — Símbolo da realeza francesa; ilha britânica do norte do mar da Irlanda; oceano. 2 — Dança popular portuguesa; épocas. 3 — Aparência; sofá estofado (pl.); pedra de moinho. 4 — Curso natural de água; compartimento principal de uma casa (pl.); dez vezes dez. 5 — Mulher que cria uma criança alheia; tempero; colocar. 6 — Separa; permanecer em silêncio. 7 — Exprime por palavras; vestimenta de mulher indiana. 8 — Charrua; macias. 9 — Nome de letra; altar cristão; criatura. 10 — Acho graça; acometo; umas (ant.). 11 — O sono das crianças; retábulo representando o nascimento de Cristo; conj. indicativa de incerteza. 12 — Acreditar; creme. 13 — Progenitor; via dentro de uma povoação; nome de mulher. 14 -Sacerdote de uma paróquia; pilhagem. 15 — Rezar, larva que se cria nas feridas dos

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

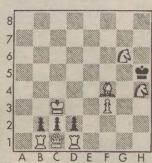
HORIZONTAIS: 1 — Manifestantes; 2 — Repelis; olhavam. 3 — Atum; Átila; liga. 4 — Ar; imitara; tá. 5 — Aos; oãs; lio. 6 — Av; Sol; dia; nu. 7 — Par; líbitos; com. 8 — Agitar; iodato. 9 — Zero; asnos; alor. 10 — Má; eis; Al. 11 — Rail; cria. 12 — Acuda; lai; oliva. 13 — Lema; gemas; ases.

VERTICAIS: 1 — Ra; capaz; sal. 2 — Meta; vagem; Ce. 3 — Apura; rir; rum. 4 — Nem; os; tomada. 5 — II; isola; aia. 6 — Fiam; lira. 7 — Estio; sé; le. 8 — Italianizam. 9 — Tolas; os; ia. 10 — Alar; dois. 11 — Nh; aliso; aro. 12 — Tal; ia; Dalila. 13 — Evito; cal; ais. 14 — Saga; notou; vê. 15 — Má; tumor; cãs.

XADDET

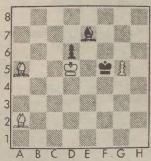
DIV - 16 DE MARÇO DE 1995 PROPOSIÇÃO № 1995X021 Por: WERNER SPECKMANN 1.º Prémio [Torneio Temático]: Schachmaty URSS, 1962/63

Pr: [4]: Ps. b2, ç2, d2 - Rh5 Br. [8]: Pf3 - Cs. g6, h4 - Bf4 - Ts. b1, d1 - Dç1 - Rç3



Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO № 1995X022 Por: HENRI RINCK Els Escacs a Catalunya, 1935 Pr: [3]: Pd6 - Bé7 - Rf5 Br. [4]: Pg5 - Bs. a2, a5 - Rd5



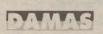
Brancas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DIV

Nº 1995X021 [W. S.]: 1. Rb4!, d:c1=D; 2. Tb:c1, c:bl=D; 3, Td5 #

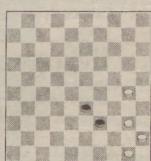
Nº 1995X022 [H. R.]: 1. Bb1+!, R:g5; 2. Ré6, Bf8; 3, Rf7, Bh6; 4, Bd2+, Rh5; 5, Bg6+ e g. 2. ..., Bf6; 3. Bd2+e g.

A. de M. M.



DIV - 16 DE MARÇO DE 1995 PROPOSIÇÃO № 1995D021 Por. G. L. GORTMANS

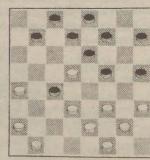
Pr.: [2]: 33-39 Br.: [4]: 30-40-45-50



Brancas jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1995D022 GOLPE № 112 [DamaSport n.º 7/8 18.XII.1959]

1, 11-14, 24-20; 2, 12-16, 20-15; 3, 7-11, 28-24; 4, 11:20, 24:15; 5, 14-19, 23:14; 6, 10:19, 21-18; 7, 5-10, 25-21; 8, 1-5, 21-17; 9, 3-7, 32-28; 10. 7-11, 29-25. Diagrama



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DIV

Nº 1995D021 [G. L. G.]: 1, 40-34, (39-43*); 2, 34-29!, (33x35); 3, 45-40, 35:44; 4.

43°); 2, 34°25°; (38°35); 3, 45°40; 33°44; 4. 50°48; 4 N° 1995D022 [G. B.]; 11. 11°20, 22°15; 12. 10°14; 18°11; 13. 20°23, 28°19° [5ε; 27°20; 14. 16°32=D]; 14. 8°12, 15°8; 15. 6°29=D+

A. de M. M.

FILMES

QUINTA, 16

Não se Beija a Minha Noiva

«Wabash Avenue» (EUA/1950). Real.: Henry Koster. Int.: Betty Grable, Victor Mature, Phil Harris, Reginald Gardiner, James Balton. Cor, 89 min. Musical. (14.50, SIC)

Um Amor Inevitável

«When Harry Met Sally ... » (EUA/1989). Real.: Rob Reiner.: Int.. Billy Crystal. Meg Ryan, Carrie Fisher, Bruno Kirby. Cor, 100 min. Ver Destaque. (21.30, Quatro)

Lisa

«Lisa» (EUA/1989). Real.: Gary Sherman. Int.: Cheryl Ladd, D. W. Moffett, Staci Keanan, Tanya Fenmore, Jeffrey Tambor, Edan Gross. Cor, 90 min. «Thrill». (01.55, Canal 1)

SEXTA, 17

A Noiva do Mar

«Sea Wife» (EUA/1957). Real.: Bob McNaught. Int.: Richard Burton, Joan Collins, Basyl Sidney, Ronald Squire, Cy Grant. Cor, 79 min. Aventuras. (14.50, SIC)

Tarzan, O Homem Macaco

«Tarzan, The Ape Man» (EUA/1981). Real.: John Derek. Int.: Bo Derek, Richard Harris, John Phillip Law, Miles OEKeeffe. Cor, 161 min. Aventuras. (21.30, Quatro)

O Lírio Quebrado

«Broken Blossoms» (EUA/1919). Real.: David Ward Griffith, Int.: Lillian Gish, Richard Barthelmess, Donald Crisp, Arthur Howard. P/B, 70 min. Ver Destaque. (23.50, TV 2)

A Profecia Maldita

«Omen IV: The Awakening» (EUA/1991). Real.: Jorge Montesi e Dominique Othenin Girard. Int.: Faye Grant, Michael Woods, Michael Lerner. Cor, 94 min. Telefilme. (01.00, Canal 1)

SÁBADO, 18

O Abismo Negro

«The Black Hole» (EUA/1979). Real.: Gary Nelson. Int.: Maximilian Schell, Anthony Perkins, Robert Forster, Joseph Bottoms. Cor, 94 min. Ficção Científica. (18.10, Canal 1)

Jogo de Mão

(Port./1983). Real.: Monique Rutler. Int.: Júlio César, São José Lapa, Orlando Costa, Zita Duarte, Teresa Roby, João Lagarto, Carlos Wallenstein, Isabel de Castro, José Fonseca e Costa. Cor, 111 min. Ver Destaque. (23.55, TV 2)

(Port./1984). Real.: António Cunha Telles. Int.: Pedro Lopes, Júlia Correia, Maria Cabral, Carlos Cruz. Cor, 98 min. Ver Destaque. (00.00, SIC)

Quase Uma Família

«Immediate Family» (EUA/1989). Real.: Jonathan Kaplan. Int.: Glenn Close, James Woods, Mary Stuart Masterson, Kevin Dillon. Cor, 110 min. Ver Destaque. (00.55, Canal 1)

O Sol Nasce Para Todos

«The Sun Shines Bright» (EUA/1954). Real.: John Ford. Int.: Charles Winninger, Arlee Whelan, John Russell, Stepin Fetchit. Cor, 92 min. Ver Destaque. (01.05, Quatro)

Pedras Rolantes

«BuddyÈ s Song» (Gr.Br./1990). Real.: Claude Whatham. Int.: Roger Daltrey, Chesney Hawkes, Sharon Duce, Michael Elpick. Cor, 102 min. Drama. (02.45, Canal 1)

DOMINGO, 19

O Costa d'Africa

(Port./1954). Real.: João Mendes. Int.: Vasco Santana, Laura Alves, Rogério Paulo, Ribeirinho. P/B, 104 min. Comédia. (16.20, SIC)

«The Count of Monte-Cristo» (EUA/1974). Real.: David Greene. Int.: Richard Chamberlain, Tony Curtis, Trevor Howard, Louis Jourdan, Donald Pleasence. Cor, 100 min. Telefilme. (17.25, Canal 1)

A Vingança de Monte Cristo

O Jovem Einstein

«Young Einstein» (Austrália/1988). Real.: Yahoo Serious. Int.: Yahoo Serious, Odile Le Clezio, John Howard, Pee Wee Wilson. Cor, 87 min. Comédia. (22.05, SIC)

SEGUNDA, 20

Sábado Trágico

«Violent Saturday» (EUA/1955). Real.: Richard Fleischer. Int.: Victor Mature, Richard Egan, Stephen McNally, Virginia Leith, Lee Marvin, Ernest Borgnine. Cor, 91 min. Ver Destaque. (14.50, SIC)

América Louca

«Sextette» (EUA/1978). Real.: Ken Hughes. Int.: Mae West, Timothy Dalton, Tony Curtis, Dom De Luise, Ringo Starr. Cor, 85 min. Comédia Musical. (21.30, Quatro)

Inferno em Saigão

«Off Limits» (EUA/1988). Real.: Christopher Crowe. Int.: Willem Dafoe, Gregory Hines, Fred Ward, Scott Glenn, Amanda Pays. Cor, 98 min. Mistério / Guerra. (22.20, SIC)

Alguém Para Amar

«Someone to Love» (EUA/1987). Real.: Henry Jaglon. Int.: Henry Jaglon, Andrea Marcovicci, Sally Kellerman, Orson Welles. Cor, 104 min. Comédia. (01.15, Canal 1)-

TERÇA, 21

Laços Humanos

«A Tree Grows in Brooklyn» (EUA/1974). Real.: Joseph Hardy. Int.: Cliff Robertson, Diane Baker, James Olson, Pamelyn Ferdin. Ver Destaque. (14.50, SIC)

Escândalo na Primeira Página

«Barocco» (Fr./1976). Real.: André Téchiné. Int.: Isabelle Adjani, Gérard Dépardieu, Marie-France Pisier, Jean-Claude Brialy. Cor, 103 min. Ver Destaque. (00.00, TV 2)

Os Playboys

«The Playboys» (EUA/Irl/1992). Real.: Gillies MacKinnon. Int.: Albert Finey, Aindan Quinn, Robin Wright, Milo OÈShea. Cor, 109 min. Ver Destaque. (01.20, Canal 1)

QUARTA, 22

A Águia e o Falcão

«The Eagle and the Hawk» (EUA/1950). Real.: Lewis R. Foster. Int.: John Payne, Rhonda Fleming, Dennis OEKeefe. Cor, 104 min. «Western». (14.50, SIC)

Regresso a Howards End

«Howards End» (Gr.Br./1992). Real.: James Ivory. Int.: Anthony Hopkins, Emma Thompson, Helena Bonham Carter, Vanessa Redgrave. Cor, 136 min. Ver Destaque. (21.00,

0 Jogador

«The Player» (EUA/1991). Real.: Robert Altman. Int.: Tim Robbins, Greta Scacchi, Fred Ward, Peter Gallagher, Whoopi Goldberg. Cor. 120 min. Ver Destaque. (22.40,

O Cadillac do Amor

«Coupé de Ville» (EUA/1990). Real.: Joe Roth. Int.: Patrick Dempsey, Arye Gross, Daniel Stern, Annabeth Gish, Rita Taggart. Cor, 94 min. Comédia Dramática. (01.35, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

PROGRAMAÇÃO

CANAL 1

12.30 Sem Limites

01.35 No Calor da Noite

09.00 À Mão de Semear

10.00 Novos Horizontes 10.30 70 x 7

CANAL 2

11.00 Missa

17.50 Circo

Americanos»

SIC

11.00 Buéréré

11.55 Regiões

13.00 Euronews 14.00 TV2 Desporto

19.20 Os Vingadores

21.10 Gente Remota

22.00 TV2 Jornal

20.10 Música ao Domingo: «Bernstein Dirige Compositores

22.30 Sempre ao Domingo, que

inclui o filme «Júlia», com Vanessa Redgrave (ver «Filmes

13.00 Mini-Chuva de Estrelas

13.50 National Geographic 14.40 Um Trovão no Paraíso

15.30 Walker, o Ranger do

21.05 Médicos Sem Fronteiras

Texas 16.20 O Costa d'África

(ver «Filmes na TV»)

18.00 Vidas Cruzadas

20.00 Jornal da Noite

22.05 O Jovem Einstein

00.15 Alta Costura Paris

01.15 O Século do Cinema - A

(ver «Filmes na TV»)

24.00 Último Jornal

Última Máquina

QUATRO

10.00 Clube da Manhã

Missa 13.30 Portugal Português 15.00 Jornal do País

15.30 Mini Gladiadores

16.50 Reveses da Fortuna 17.50 Adultos à Força 18.50 Verdade ou Mentira

20.00 Bang Bang 20.35 O Agente Especial

21.35 Doutores e Engenheiros

16.00 Babylon 5

19.25 Telejornal

23.00 O Novo Ciclo

24.00 Últimas Notícias

00.15 Jornal do Mundo

11.30 Informação Religiosa -

13.15 Top + 14.20 86-60-86

Juvenil

Continua

08.00 Programa Infantil /

Quinta, 16

CANAL 1

08.00 Bom Dia 09.00 Rua Sésamo 09.30 Origens

10.00 Viva a Manhã 11.30 Culinária

11.45 A Traidora 12.20 O Avô e Eu 13.00 Jornal da Tarde

13.30 Coração Selvagem 14.20 Malha de Intrigas 15.55 Gente Remota 16.50 O Renegado

17.35 Missão Impossível 18.25 Com a Verdade M' Enganas 19.05 Desencontros

20.00 Telejornal 20.30 74.5 Uma Onda no Ar 21.20 Isto Só Vídeo

21.50 Frou-Frou 23.55 Coisas da Vida

01.00 24 Horas 01.40 Remate 01.55 Lisa (ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

16.00 Televendas 17.00 Perigo nas Montanhas 18.05 Escola Paraíso

18.30 Rua Sésamo 18.55 Rua Sésamo 19.20 Caderno Diário

19.30 Um, Dó, Li, Tá 20.20 Griphith 21.10 Histórias de Cá e Lá

21.40 RTP/Financial Times 22.00 TV2 Jornal 22.30 Acontece 22.45 Departamento de

Homicidios 23.35 Músicas da Terra 00.25 Arte na Época dos Descobrimentos



Bailado na 2, segunda-feira: «Kaguyahime», um conto de fadas japonês coreografado por Jiri Kylian

SIC

11.00 Praça Pública 11.30 O Juiz Decide 12.00 Quatro por Quatro 13.00 Primeiro Jornal

13.30 Os Donos do Jogo 13.50 Olhos nos Olhos 14.50 Não Se Beija a Minha Noiva

(ver «Filmes na TV») 16.45 Buéréré 17.45 Notícias

17.50 Praça Pública 18.20 Vidas Cruzadas 19.25 O Juiz Decide 20.00 Jornal da Noite

20.40 Irmãos Coragem 21.40 Os Trapalhões 22.40 Noite Espanhola 00.10 A Noite da Má-Língua

01.15 Último Jornal 01.30 Internacional SIC

QUATRO

10.30 Lumen 2000 11.00 Momentos Musicais 11,30 Shopping Center 12,00 O Barco do Amor 13.00 Jornal da Uma

13.30 Kassandra 14.00 Éramos Seis 14.35 Esquadrão Classe A 15.15 A Escolha É Sua!

16.30 A Hora do Recreio 17.40 Caprichos 18.30 O Preco da Paixão

19.25 Novo Jornal 19.25 Novo Jornal 20.20 MacGyver 21.15 Fora de Jogo 21.30 Um Amor Inevitável (ver «Filmes na TV»)

(ver «Filmes na TV») 23.30 TVI Jornal

00.15 Protagonistas 00.45 O 8º Dia

08.00 Bom Dia 09.00 Rua Sésamo 09.30 Origens 10.00 Viva a Manhã

11.30 Culinária 11.45 A Traidora 12.20 O Avô e Eu 13.00 Jornal da Tarde 13.30 Coração Selvagem 14.20 Malha de Intrigas

Sexta, 17

CANAL 1

16.05 Noite Mágica 16.55 O Renegado 17.40 Missão Impossível 18.30 Com a Verdade M' Enganas

22.25 Parabéns 00.35 24 Horas

> 02.45 Pedras Rolantes (ver «Filmes na TV»)

12.00 Euronews

22.00 TV2 Jornal

23.15 TV2 Desporto 23.55 Jogo de Mão

11.00 Buéréré 13.00 Portugal Radical

14.20 Quatro por Quatro 15.20 Dra. Quinn

17.00 Muita Lôco 18.00 Vidas Cruzadas

20.00 Jornal da Noite 22.00 Sábado Mágico

24.00 Vidas (ver «Filmes na TV») 02.05 Último Jornal

11.30 Animação 12.00 Informação Religiosa 13.00 Jornal da Uma

13.20 Contra Ataque 15.00 Telemotor

20.00 Caixa Alta

23.30 Contra-Ataque

Sábado. 18 Domingo, 19

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil 12.00 Casamento da Princesa Elena de Espanha 13.00 Noticias

13.15 Coração Selvagem 14.00 Made in Portugal 15.15 Clube Disney 16,15 As Aventuras de Brisco

County 17.00 Arca de Noé 18.10 O Abismo Negro (ver «Filmes na TV»)

19.45 Totoloto 20.00 Telejornal 20.40 Selecção Nacional 21.35 Noite Mágica

de Brandão Lucas,

«Gente Remota»,

00.55 Quase Uma Família (ver «Filmes na TV»)

09.00 Universidade Aberta

18.20 Musical: «Jorge Palma» 19.30 Forum Musical 20.30 Praia da China

21.20 Música dos Outros

22.30 Dinheiro em Caixa 23.00 12 Minutos

(ver «Filmes na TV»)

16.10 Os Imortais II

21.00 Irmãos Coragem

02.10 Noites Hipnóticas

10.00 Clube da Manhã

15.30 Jogos Fantásticos 16.00 Os Caloiros

19.25 Telejornal 20.35 Diz-me Com Quem Andas

00.30 Últimas Notícias (ver «Filmes na TV»)

CANAL 1

08.00 Bom Dia 09.00 Rua Sésamo 09.30 Origens

13.00 Jornal da tarde 10.00 Viva a Manhã 11.30 Culinária

11.45 A Traidora 12.20 O Avô e Eu 14.50 Kung Fu - A Lenda 13.00 Jornal da Tarde 15.40 Emoções Fortes

16.05 As Novas Aventuras do Super-Homem 16.00 Vizinhos 16.55 A Grande Pirâmide 17.35 A Vingança de Monte 16.25 Eu Tenho Dois Amores

16.55 Beverly Hills 17.40 Missão Impossível 18.30 Com a Verdade M Cristo (ver «Filmes na TV») 19.00 Casa Cheja Enganas

19.50 Joker 19.00 Desencontros 20.00 Telejornal 20.00 Teleiornal 20.40 Futebol: Chaves-Benfica 20.30 Nico d' Obra 22.40 Eu Tenho Dois Amores 21.25 Futebol: Gil Vicente-F.C. 23.45 Domingo Desportivo

Porto 23.25 74.5 Uma Onda no Ar 00.20 24 Horas 01.00 Remate 01.15 Alguém para Matar (ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

16.00 Televendas 17.05 A Casa do Caçador 18.00 Escola Paraíso

18 25 Rua Sécamo 18.55 Um, Dó, Li, Tá 20.00 Zero de Audiência 20.30 Magazine - «Saúde»

21.05 Segunda Parte 21.35 Ver para Ler 21.45 RTP / Financial Times 22.00 TV2 Jornal

22.30 Acontece 22.45 Bailado - «Kaguyahime -A Princesa da Lua» 24.00 Arte na Época dos Descobrimentos

SIC

11.00 Praça Pública 11.30 Culinária 12.00 Quatro por Quatro

13.00 Noticias 13.25 Os Donos do Jogo 13.50 Olhos nos Olhos 14.50 Sábado Trágico

(ver «Filmes na TV») 15.45 Buéréré 16.45 Noticias

17.50 Praça Pública 18.20 Vidas Cruzadas 19.25 O Juiz Decide 20.00 Jornal da Noite

20.40 Irmãos Coragem 21.40 Ponto de Encontro 22.20 Inferno em Saigão

(ver «Filmes na TV») 00.20 Último Jornal 00.35 Flash Back 01.35 O Século do Cinema - A Última Máquina

QUATRO

10.30 Lumen 2000 11.00 Momentos Musicais 11.30 Shopping Center 12.00 O Barco do Amor

13.00 Jornal da Uma 13.30 Kassandra 14.00 Éramos Seis

14.35 Esquadrão Classe A 15.15 A Éscolha É Sua!

16.30 A Hora do Recreio 17.40 Caprichos 18.30 O Preço da Paixão

19.30 Novo Jornal 20.20 Dar Que Falar

21.30 América Louca

(ver «Filmes na TV») 23.30 TVI Jornal 00.20 Prolongamento

Segunda, 20 Terça, 21

CANAL 1

08.00 Bom Dia 09.00 Rua Sésamo 09.30 Origens

10.00 Viva a Manhã 11.30 Culinária 11.45 A Traidora 12.20 O Avô e Eu

13.00 Jornal da Tarde 13.30 Coração Selvagem 14.20 Malha de Intrigas 13.30 Coração Selvagem 14.25 Malha de Intrigas 15.35 Vizinhos

16.00 Com Peso e Medida 16.55 Beverly Hills 17.40 Missão Impossível 18.30 Com a Verdade me Enganas

19.00 Desencontros 20.00 Telejornal 20.30 74.5 Uma Onda no Ar 21.20 A Mulher do Sr. Ministro

21.55 Cabaret 22.45 Prova Oral 00.25 24 Horas 01.05 Remate

01.20 Os Playboys (ver «Filmes na TV»)

CANAL 2 16.00 Televendas 17.05 A Vida Continua 18.00 Escola Paraíso 18.30 Rua Sésamo 19.00 Um. Dó. Li. Tá 20.00 Rotações 21.00 Magazine - «Cinema» 21.30 Concerto da Primavera --Transm. directa do CCB

TV2 Jornal (no intervalo) 24.00 Escândalo de Primeira Página (ver «Filmes na TV») 01.50 Arte na Época dos Descobrimentos

SIC

11.00 Praça Pública 11.30 Culinária

12.00 Quatro por Quatro 13.00 Noticias 13.30 Os Donos do Jogo 14.00 Olhos nos Olhos

14.50 Laços Humanos (ver «Filmes na TV») 16.45 Buéréré

17.50 Praça Pública 18.20 Vidas Cruzadas 19.25 O Juiz Decide 20.00 Jornal da Noite

20.40 Irmãos Coragem 21.40 Não Se Esqueça da Escova de Dentes 23.10 Retrato de Mulher

00.15 Último Jornal 00.30 O Senhor Que se Segue 01.00 O Rei da Rádio 01.30 O Século do Cinema - A

Última Máquina QUATRO

10.30 Lumen 2000 11.00 Momentos Musicais 11.30 Shopping Center 12.00 O Barco do Amor

13.00 Jornal da Uma 13.30 Kassandra

14.00 Éramos Seis 14.35 Esquadrão Classe A 15.15 A Escolha É Sua! 16.30 A Hora do Recreio

17.40 Caprichos 18.30 O Preço da Paixão 19.30 Novo Jornal

20.20 Dar Que Falar 21.15 Fora de Jogo 21.30 Amigos para Sempre 23.30 TVI Jornal

00.15 Jornal de Negócios

01.00 Sinais e Leis

Quarta, 22

CANAL 1

08.00 Bom Dia 09.00 Rua Sésamo 09.30 Origens 10.00 Viva a Manhã

11.30 Culinária 11.45 A Traidora 12.20 O Avô e Eu

13.00 Jornal da Tarde

13.30 Coração Selvagem 14.25 Malha de Intrigas 15.15 Vizinhos 16.45 Beverly Hills

17.30 Missão Impossível 18.20 Com a Verdade M' Enganas 18.50 Desencontros

19.45 Vamos Jogar no Totobola 20.00 Telejornal

20.30 74.5 Uma Onda no Ar 21.20 Com Peso e Medida 22.40 O Jogador

(ver «Filmes na TV») 00.40 24 Horas 01.20 Remate 01.35 O Cadillac do Amor

(ver «Filmes na TV») CANAL 2

16.00 Televendas 17.00 A Sombra da Dúvida II 18.05 Escola Paraíso

18.30 Rua Sésamo 19.10 Um, Dó, Li, Tá 19.50 Universo Interior 20.45 Paletas e Pincéis

21.15 Magazine - «Ver Artes» 21.35 Ver para Ler

00.30 Arte na Época dos

Descobrimentos - O Convento

21.50 Remate 22.00 TV2 Jornal 22.30 Acontece 22.40 Fogo Cruzado 23.35 A Vida e a Época de

de Jesus SIC

Henri Pratt

11.00 Praça Pública 11.30 Culinária 12.00 Quatro por Quatro 13.00 Notícias

13.30 Os Donos do Jogo 13.50 Olhos nos Olhos 14.50 A Águia e o Falcão (ver «Filmes na TV») 16.45 Buéréré

17.50 Praça Pública 18.20 Vidas Cruzadas 19.25 O Juiz Decide 20.00 Jornal da Noite

20.40 Irmãos Coragem 21.45 All You Need Is Love 22.50 Çasos de Polícia 00.05 Último Jornal

00.20 Tostões e Milhões 01.20 O Século do Cinema - A Última Máquina

QUATRO 10.30 Lumen 2000 11.00 Momentos Musicais

11.30 Shopping Center 12.00 O Barco do Amor 13.00 Jornal da Uma 13.30 Kassandra

14.00 Éramos Seis 14.35 Esquadrão Classe A 15.25 A Escolha É Sua!

16.30 A Hora do Recreio 17.40 Caprichos 18.30 O Preço da Paixão 19.30 Novo Jornal

20.20 Dar Que Falar 21.30 Regresso a Howards End (ver «Filmes na TV») 23.30 TVI Jornal 00.15 Prós e Contras

1 00.45 Fora de Jogo

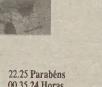




Canal 1 transmite as duas últimas partes de um documentário sobre Griffith



na Ilha de Baffin: domingo, TV2



CANAL 2

13.00 Parlamento 14.00 TV2 Desporto 17.30 Para Além do Ano 2000

SIC

13.30 Mini-Chuva de Estrelas

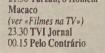
QUATRO

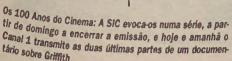
16.30 Jovens Universitários 17.00 Queridos Inimigos

21.30 Trapos & Companhia 22.00 Quem Casa Quer Casa

24.00 Por Trás do Crime 00.55 O Sol Nasce para Todos

20.20 MacGyver 21.15 Fora de Jogo 21.30 Tarzan, o Homem







CANAL 2

16.00 Televendas

17.00 Uma Família Feliz

18.05 Escola Paraíso

19.05 Um, Dó, Li, Tá

19.50 Griphith 20.40 A Roda do Mundo

21.10 Histórias Que o Tempo

22.45 Quem Conta um Conto

23.50 O Lírio Quebrado

01.00 Arte na Época dos

(ver «Filmes na TV»)

11.00 Praça Pública

11.30 O Juiz Decide

13.00 Noticias

12.00 Quatro por Quatro

13.30 Os Donos do Jogo

13.50 Olhos nos Olhos

14.50 A Noiva do Mar

(ver «Filmes na TV»)

16.45 Buéréré 17.45 Praça Pública

18.20 Vidas Cruzadas

20,40 Irmãos Coragem

21.40 Chuva de Estrelas

00.05 Último Jornal

QUATRO

10.30 Lumen 2000 11.00 Momentos Musicais

11.30 Shopping Center 12.00 O Barco do Amor

14.35 Esquadrão Classe A

15.15 A Escolha É Sua! 16.30 A Hora do Recreio

18.30 O Preço da Paixão

13.00 Jornal da Uma

13.30 Kassandra

17.40 Caprichos

19.25 Novo Jornal

14.00 Éramos Seis

00.20 Os Donos da Bola

22.50 Minas e Armadilhas

20.00 Jornal da Noite + Sete à

19.25 O Juiz Decide

Sexta

18.35 Rua Sésamo

21.35 Ver Para Ler

22.00 TV2 Jornal

22.30 Acontece

Descobrimentos

SIC

Apagou

Por isto e por aquilo...

Um Amor Inevitável

(Quinta, 21.30, Quatro)

Realizado por um dos mais interessantes cineastas da nova geração de Hollywood, Rob Reiner - o impaciente «genro» da antiga série televisiva Uma Família às Direitas - este é um filme que vive, sobretudo, da excelente escrita dos diálogos e da credibilidade e verosimilhança das situações e dos seus protagonistas, dois ingredientes que, naturalmente, contribuíram para o êxito que alcançou à época da sua estreia. Trata-se de uma brilhante comédia romântica que nos dá conta do imparável jogo de atracção e distanciamento entre macho e fêmea, ambos tentando escapar à mais desenfreada das paixões para se ficarem pelos bem mais razoáveis terrenos da sólida amizade. Os que já viram este filme no cinema ou, há precisamente um ano, no Canal 1, sabem que não é de perder, entre outras, a cena do orgasmo «encenado» no restaurante e, sobretudo, o comentário a propósito da senhora da mesa ao lado... Impagável!

O Lírio Quebrado

(Sexta, 23.50, TV 2)

No bairro pobre londrino de Limehouse, a jovem Lucy é constantemente agredida por seu pai, Battling Burrows, um pugliista. É então que procura refúgio junto de um homem pacífico de origem chinesa, Cheng Huan, que a ama em silêncio. Mas, após ela ter falecido em virtude das agressões do seu pai, o chinês mata este e suicida-se posteriormente. São os ingredientes do melodrama clássico, retomados por David W. Griffith com um incontestável domínio do efeito das emoções, no cinema. Obra-prima rodada em apenas três semanas mas que conheceu um longo perído de preparação e ensaios - O Lírio Quebrado, ao contrário dos filmes anteriores do cineasta, conheceu um intensivo uso da rodagem em estúdio e, por incrível que possa parecer, teve custos de produção superiores ao incomparavelmente mais complexo e ambicioso O Nascimento de Uma Nação. E, mais uma vez, não pode deixar de admirar-se, em Griffith, o aproveitamento das tintagens em tons pastel, que viriam a caracterizar as cópias finais dos seus filmes, e que, neste caso, tão apropriadas se tornam, por exemplo, à reprodução em imagem do nevoeiro londrino.

Jogo de Mão

(Sábado, 23.55, TV 2)

Filme organizado em quatro histórias diferentes, mas todas elas sujeitas a um mesmo traço comum - os desencontros do amor - Jogo de Mão é a segunda longa-metragem de Monique Rutler, que em 1983 concorreu ao Festival de Cinema de Veneza e que, sobretudo ao nível da direcção de actores, demonstra assinaláveis qualidades.

Vidas

(Sábado, 00.00, SIC)

O mergulho na noite lisboeta - e na marginalidade que a habita - num filme menor de António Cunha Telles que privilegia a violência das situações, das imagens e das atmosferas sórdidas, embora revelando a presença de uma excelente actriz - Júlia Correia.

Quase Uma Família

(Sábado, 00.55, Canal 1)

Se não fossem alguns momentos elevados da interpretação de dois dos melhores actores americanos do momento - Glenn Close e James Woods - este filme seria imediatamente atirado para a prateleira dos mais insuportáveis *melodramas*, por muito que seja de respeitar a história que lhe está na base: o desejo, impossível de concretizar, de um casal maduro em ter um filho; e o seu encontro com um jovem casal que, à beira de ter um, é assaltado pelas incertezas sobre a sua capacidade de assumir essa responsabilidade. Repleto de *clichés*, este filme de Jonathan Kaplan dificilmente resiste a uma visão exigente.

O Sol Nasce Para Todos

(Sábado, 01.05, Quatro)

O Sol Nasce Para Todos é uma das grandes obras de John Ford - e, diz-se, a sua favorita - e constitui, como indicia a adequada tradução portuguesa do seu título original, um verdadeiro hino à grandeza de carácter e à honradez, contra todos os atropelos à justiça e à dignidade humana. Constituindo como que uma continuação de um seu filme anterior (Judge Priest), o personagem principal, o Juiz William Pittman Priest, é um homem que defende as justas causas e impede a violação da lei. E vêmo-lo agora propondo-se para a sua reeleição. Mas o caminho está toldado por acontecimentos que ensombram o quotidiano da pequena cidade: um negro que vai ser linchado, uma prostituta a que é recusado um funeral digno, os antigos combatentes sulistas em relação aos quais os ódios da Guerra da Secessão ainda fervem. Um filme de visão indispensável, com algumas sequências inesquecíveis.

Sábado Trágico

(Segunda, 14.50, SIC)

Três gangsters chegam a uma pequena cidade com o intuito de assaltar um banco e encontram, como ponto de apoio para a sua acção, uma quinta



Lilian Gish, numa interpretação memorável em «O Lírio Quebrado», de David W. Griffith



Albert Finney, Aldan Quinn e Rovin Wright, intérpretes principals de «Os Playboys», de Gillies Mac-Kennon

local. Mas eis que, após o assalto e ao regressar à quinta, os planos dos gangsters são frustrados pelo seu dono e os seus amigos, que saem da história transformados em heróis. Um bom filme negro com argumento desenrolando-se em meio de uma atmosfera excelentemente bem construída e no qual Lee Marvin tem o primeiro grande papel da sua carreira, bem acompanhado por Ernest Borgnine. Receia-se, entretanto, um cinemascope cortado pelo pan & scan.

Laços Humanos

(Terça, 14.50), SIC)

Produzido para a televisão, trata-se do remake de um outro filme que, nos anos 40, constituiu a revelação do talento de Elia Kazan, então fazendo a sua estreia no cinema. Embora sem atingir o nível daquela primeira versão, esta está alguns furos acima do que é habitual para um telefilme, ao contar com grande sensibilidade a história de uma família que, na viragem do século, suporta as agruras de uma vida difícil no bairro nova-iorquino de Brooklyn. Com argumento daptado de um romance da escritora Betty Smith, este telefilme merecia, sem dúvida, melhor horário.

Escândalo na Primeira Página

(Terça, 00.00, TV 2)

Decorre uma campanha eleitoral numa cidade portuária e um pugilista de segunda categoria recebe uma quantia avultada para desacreditar, com a colaboração de um jornal pouco escrupuloso, um candidato a essas eleições. Até que é abatido por um assassino profissional, estranhamente parecido com ele, que depois procura a namorada do pugilista para recuperar o dinheiro recebido. E ambos partem de barco para um destino desconhecido... Esta trama de filme negro bem urdido é a face visível de mais um filme do cineasta francês André

Téchiné em que a constância e a transferência do amor são o seu leitmotif. E sem dúvida que, pelos movimentos de câmara que tão bem sabem explorar o cenário natural em que evolui (Amesterdão) e, ainda, pelas excelentes interpretações de Isabelle Adjani e Gérard Dépardieu, este filme é um traço de distinção em relação à «homogeneidade» estilística da programação cinematográfica que as televisões nos oferecem.

Os Playboys

(Terça, 01.20, Canal 1)

Realizado pelo cineasta escocês Gillies MacKinnon, que aqui se estreava no cinema, este drama desenrola-se, em meados dos anos 50, no sul da Irlanda e conta-nos a história de uma jovem mãe solteira apanhada na trama de um triângulo amoroso, para escândalo do conservador e preconceituoso ambiente social de uma pequena localidade onde ainda não chegou o primeiro aparelho de televisão. A sensibilidade do realizador é notável, embora ainda se notem as fragilidades de um primeiro filme, designadamente quanto ao rigor da escrita cinematográfica e, porventura, quanto à duração inicial de algumas das cenas que aqui são sujeitas a uma montagem por vezes desajeitada. Mas trata-se, sem dúvida, de um filme que se afasta resolutamente do tipo de «lixo» que o Canal I habitualmente escolhe para esta hora da madrugada. Porquê, então, esbanjá-lo assim?

O Jogador

(Quarta, 22.40, Canal 1)

Contemporâneo de Os Playboys é O Jogador, realizado

por Robert Altman, e que alcançou grande êxito no Festival de Cinema de Cannes de 92. Trata-se de uma sátira corrosiva aos meios cinematográficos de Hollywood, com as suas personagens entregues a jogos de corrupção e de traição e em que uma delas, um argumentista, se serve dos próprios acontecimentos em que está inserido para criar um argumento para um seu filme de ficção. Com a participação de vários actores e actrizes funcionando como eles próprios na vida real, O Jogador é, assim, um interessante jogo entre a realidade e a ficção.

Regresso a Howards End

(Quarta, 21.00, Quatro)

Produzido com o tradicional bom gosto de Ismail Merchant e James Ivory e realizado por este, Regresso a Howards End corresponde também, ao nível de argumento e escrita cinematográfica, ao que seria de esperar da escritora Ruth Prawer Jhabvala, habitual argumentista do realizador. O que equivale a dizer que a adaptação ao cinema deste romance de E. M. Forster ultrapassa o risco de se transformar (como poderia acontecer em más mãos) em mais um banal melodrama. Ao contrário, trata-se de um profundo estudo sobre as contradições entre duas famílias da média burguesia na Inglaterra eduardina no qual são ainda inseridos, com grande subtileza. elementos de uma situação de conflito de ideias e de classe. Nomeado para nove das principais categorias dos Oscares de 92, Howards End foi contemplado com nada menos do que três desses troféus: Melhor Actriz Feminina (Emma Thompson), Melhor Adptação Cinematográfica (Ruth P. Jhabvala) e Melhor Cenografia (Luciana Arrighi e Ian Wittaker). Mas se a interpretação de Emma Thompson é, de facto, notável, as interpretações de Anthony Hopkins e Vanessa Redgrave não são de menor qualidade,



Anthony Hopkins, Emma Thompson e Vanessa Redgrave, numa cena de «Regresso a Howards End», de James Ivory



Tim Robbins e Greta Scacchi, em «O Jogador», de Robert Altman

0 «11 de Março» **■** Correia da Fonseca e a emissão selvagem

Foi uma emissão longa e enfadonha mesmo para os que mantenham algum interesse pelos acontecimentos políticos da época: poucos telespectadores a terão acompanhado de uma ponta à outra. Todos, porém, terão visto e revisto o «spot» anunciador do programa, repetidamente transmitido pela SIC ao longo da semana em horas de audiência máxima. Nele se destacava, naturalmente, o título da emissão: «11 de Março — A Matança da Páscoa». E admissível que se tratava apenas de divulgar um título muito apelativo pela carga de espectacularidade que continha. Nem por isso deixou de ser também a consagração mediática da impostura que serviu de suposta legitimação «moral» para o golpe spinolista e, de caminho, de reforço à crónica acusação de violência sangrenta que, historicamente, a direita criminosa formula contra a esquerda. Pode alegar-se que este segundo efeito do título escolhido foi de todo involuntário. Por mim, contudo, acontece que já passei a idade de todas as credulidades e atingi o tempo em que já não se acredita facilmente em inocências tão difíceis.



De resto, ao longo de toda a emissão, sempre por ali pairou um clima de hostilidade para com o espírito revolucionário de 74/75 e de simpática compreensão para com o contra-revolucionarismo spinolista que, por insofrida impaciência, desencadeou o 11 de Março «sobre o joelho», como por lá se admitiu. Por isso, os assumidos golpistas sempre se mostraram sorridentes e até arrogantes, em contraste com o tom sério das sempre breves e interrompidas intervenções de Dinis de Almeida. Note-se que apesar de tantas vezes terem sido referidos os comunistas, sempre em tom de desapreço (e esta é a palavra mínima a utilizar), não estava presente no estúdio nenhum militante do PCP, excepto um «ex» que, sem que nada a tanto o obrigasse, se apressou a dar graças ao destino por o projecto revolucionário de Abril ter sido vencido. Por outro lado, também não estava ali nenhum militar «gonçalvista» (passe a palavra sempre utilizada com conotações pejorativas, aqui usada apenas para marcar o contraste com a presença dos spinolistas) apesar de por mais de uma vez terem sido formuladas acusações contra Vasco Gonçalves, aliás, o militar português mais infamemente hostilizado e caluniado deste século. É certo que, apesar da sua ausência, houve quem desmentisse as mentiras ali proferidas, decerto por excessivamente grosseiras. Ainda assim, porém, foi evidente o desequilíbrio entre as presenças em estúdio.

As fontes inquinadas

Uma outra manobrazinha de intoxicação por via vocabular foi a insistência em designar por «assembleia selvagem» a assembleia do MFA realizada no próprio dia 11 de Março. Selvagem, porquê? Em rigor, se é que de rigor se pode falar, por não ter decorrido de acordo com as regras formais fixadas para aquele tipo de reuniões quanto à sua convocação e aos elementos presentes. Analogamente, chamam-se «selvagens» às greves realizadas à margem do formalismo legal para elas previsto, parecendo-me claro, de resto, que também neste caso a qualificação não é inocente. Se, porém, o carácter «selvagem» de uma reunião tem alguma coisa a ver com o facto de nela não estarem presentes todas as pessoas que só com grande boa vontade aí são admitidas, então aquela emissão da SIC foi, também ela, uma emissão inegavelmente selvagem. Nem lhe faltando a componente da animosidade orientada que pode caracterizar outras «selvajarias».

Ainda quanto a isto, registe-se a convicção com que Rodrigo Guedes de Carvalho argumentou que chamava «selvagem» à

assembleia do MFA porque assim estaria ela inscrita «na História». Admito a boa-fé da alegação, mas fico consternado com as fontes «históricas» de que Rodrigo se socorre e com a presumível candura com que as encara. Foi visível, aliás, que Dinis de Almeida

tinha alguma coisa a dizer acerca da bondade de tais fontes mas que se apercebeu de que não lhe dariam tempo de antena para tanto. Afinal, percebia-se que ele estava ali para ser réu solidariamente com todo o MFA. Apesar de ter ficado abundamente lembrado que o golpe era de Spínola e da sua clique; de termos visto que a legitimidade, mesmo formal, estava do lado do regimento bombardeado e do soldado impunemente abatido, de ter sido evidente em face das imagens que os pára-quedistas atacantes tinham sido ludibriados por mentiras de militares que tentaram empurrá-los para uma luta civil que eles não desejavam.

Em resumo, não será excessivo dizer que a emissão foi. desde o seu título até à qualificação dos presentes, passando pelo modo como o debate foi conduzido, mais uma tentativa no sentido da falsificação da História e da inversão da sua correcta leitura, desta vez com sugestões injectadas à falta de argumentos sólidos e de documentos em que o ludíbrio se apoiasse. Mesmo fugazmente, soube-se ali que a iniciativa foi de Spínola que, depois, fugiu com alguns dos seus para a Espanha «onde ainda estava Franco». Aludiu-se também, muito de fugida, ao ELP, esse movimento «patriótico» que roubou e assassinou, e ouviu-se Dinis de Almeida lembrar que com o 25 de Abril só foram mortas quatro pessoas e foi a PIDE que as matou. Mas estes e outros dados fundamentais só poderão ter sido apercebidos por telespectadores atentos, e quem faz Televisão sabe que a grande massa do público segue as emissões de bem outro modo. E natural que conte com esse facto. É até obrigatório, no plano profissional, que o faça. Em face disso, podemos aceder a um pleno entendimento da raiz, das intenções e dos efeitos de emissões como esta.

De súbito, uma canção

Numa primeira fase, o Festival RTP da Canção era um grande acontecimento mediático porque, entre outros motivos, o cantiguismo de sol-e-dó, de sentimentalismo falso e analgésico, era acarinhado pelo fascismo como uma das mais úteis vertentes da sua política «cultural». Por isso era empenhadamente promovido. Depois, aconteceu que a resistência até ali penetrou, surgiram nele canções de grande qualidade que aludiam, embora cripticamente, a diferentes formas de opressão social e política: foi o tempo de que Ary dos Santos foi a figura mais destacada mas de modo nenhum a única. Mesmo depois de Abril, a qualidade permaneceu no Festival durante um ano ou dois. Numa fase posterior, também o refluxo de direita ali entrou, e o Festival caiu na atenção do público, tornou-se coisa de saldo, com a mediocridade reinstalada embora com raras e ligeiras

Por tudo isto, foi com natural surpresa que deparei agora, no 32º Festival RTP, com um substancial retorno da qualidade: segundo as minhas contas, naturalmente discutíveis, quatro das oito canções apresentadas

mereciam a nossa atenção (embora eu talvez esteja a ser excessivamente generoso para com uma delas). Venceu, como se sabe, «Baunilha e Chocolate», de António Victorino d'Almeida e Rosa Lobato Faria, e eu suspeito de que o prestígio do nome do maestro foi decisivo para o resultado final que, aliás, não me suscita nenhuma indignação.

Mas a melhor das canções presentes foi, creio que sem dúvida, «Ainda é Tempo», de Nuno Gomes dos Santos e Jan Van Dijk. Para além do mérito musical e da qualidade do texto, de longe o melhor de quantos ali foram cantados, foi o canto da nostalgia, largamente partilhada, pela esperança que habitou o povo português durante os anos em que uma sociedade diferente e melhor pareceu estar «ao alcance da mão». Foi também a esplêndida afirmação da certeza de que o futuro, embora mais distante, ainda está ao nosso lado. Talvez por tudo isto, que tem o seu preço, «Ainda é Tempo» não ganhou o Festival. Mas, também talvez por isto, foi a canção vencedora na votação popular feita por

deFOICE

Liberdade

Nos EUA, a maioria republicana do novo Congresso está apostada em "libertar os pobres da dependência do Governo". A obra é de monta, já que pelo menos vinte e sete milhões de pobres norte-americanos são governo-dependentes, havendo Estados em que a situação abrange mais de 25 por cento da população, como sucede no Mississipi.

A expectativa gerada nos meios político-sociais dos states com a revolução prometida pelo líder republicano, Newt Gingrich, pomposamente designada por "Contrato com a América", não podia ser maior, até porque, à boa moda mediática norte-americana, tudo se deverá concretizar nos primeiros 100 dias de maioria. O prazo esgota-se dentro de um mês, mas a montanha de espírito empreendedor, nascida da primeira maioria republicana no Congresso em 40 anos, está longe de parir um rato. Tudo leva a crer, aliás, que o objectivo é mesmo liquidar os ratos, designação que, usada em sentido lato, pode significar muito mais do que os clássicos roedores.

Os mais ingénuos chegaram a esperar o anúncio de um corte drástico nas despesas com armamentos, o combate ao despesismo supérfluo, a implementação de um sistema de empregos sem paralelo, qualquer coisa, enfim, a fazer jus ao famigerado espírito de iniciativa norte-americano.

Nada mais disparatado. Pragmáticos, os republicanos decidiram dar aos seus compatriotas e ao mundo em geral uma lição de bom senso. Inspirando-se no ex-libris que é a estátua da Liberdade - por acaso de paternidade francesa, mas isso agora pouco importa -, concluíram o óbvio: na pátria da livre iniciativa, no expoente da civilização cristã e ocidental, não é admissível que, em pleno fim de século, milhões de cidadãos estejam aindá sujeitos ao jugo do Estado.

Deste brilhante raciocínio à apresentação de propostas foi um passo: acabe-se, já, com essa ignominosa dependência. Como? Simples. Pondo um ponto final no programa federal de almoços aos governo-dependentes. Dado que cada almocinho custa a incrível quantia de 400\$00 escudos, nos próximos cinco anos ter-se-á poupado qualquer coisa como 16.500 milhões de dólares. Um montante que engordará significativamente com a igualmente prevista eliminação de todos os programas de apoio às mães adolescentes, subsídios de desemprego, assistência médica, etc.

Como bem têm explicado os republicanos, é ridículo que o Estado esteja a subsidiar almoços de faz-de-conta: uma sandes, uma maçã, um quarto de leite e um bolo de chocolate. Ninharias, como provou na televisão o ultradireitista Rush Limbaugh, onde apresentou as vitualhas num saquinho de papel reciclado, e cujo preço não vai além da módica quantia de um dólar e trinta cêntimos!

Um ultraje aos americanos pobres, naturalmente, assim expostos aos olhos do mundo como incapazes de suportar uma despesa tão manifestamente ridícula. Um peso para o orçamento federal, claro está, que, ninharia a ninharia, tem sido forçado a abrir os cordões à bolsa. A questão dos almoços, diga-se em abono da verdade, não é nova. Já há mais de dez anos o então Presidente Ronald Reagan pôs a América a discutir se a famigerada sandes dos pobres devia ou não ter "ketchup", sinal exterior de riqueza pouco compatível com a pobreza do repasto. Imagine-se quanto se pode poupar em vinte e sete milhões de esguichos de sumo de tomate!

Com tão empolgante discussão interna, natural é que os EUA não tenham dado particular atenção à cimeira de Copenhaga, onde de resto nem se comeram sandes nem se deu remédio à pobreza.

Afinal, a grande questão é a liberdade, não é verdade? Nem que seja para morrer de fome. Debate na Universidade de Évora

Carlos Carvalhas defende uma Escola para o nosso tempo

«Pela nossa parte, temos

sido coerentes entre as pala-

vras e os actos. Insistimos

na revogação da lei das

propinas hoje claramente

demonstrado como uma lei

iníqua e injusta. Apresentá-

mos nesta legislatura o pro-

jecto de lei nº 7/VI concreti-

zando um programa de rápi-

da expansão do ensino

superior público, visando a

qualidade e a eliminação do

numerus clausus no acesso

ao ensino superior público e

a articulação mais estreita

entre ensino secundário e

superior quanto a conteúdos

curriculares e processos de

avaliação; apresentámos um

projecto de lei no domínio

da acção escolar quer no

plano universal, quer no

plano da discriminação posi-

tiva relativamente aos

jovens de famílias de menos

recursos».

O ensino superior e o desenvolvimento do Alentejo foi o tema de mais uma iniciativa integrada no «Debate com o país» levado a cabo pelo PCP, realizada na terça-feira à noite na Universidade de Évora com a presença de Carlos Carvalhas e personalidades como Abílio Fernandes, Augusto Fitas, Avelino Bento, Cláudio Torres, Jorge Araújo, Mário Barradas e Rui Namorado Rosa.

Na sua intervenção, sob o mote «uma escola para o nosso tempo», Carlos Carvalhas falaria do desenvolvimento harmonioso e solidário tal como é defendido no programa do PCP «tem de conceber a escola, aberta para a vida e para um mundo em rápida mudança, tem de responder à competência profissional e a qualificação à cultura humanística e científica técnica, à inovação e à criação, aos valores cívicos e humanos. E tem de encarar como realidades que aprofundam o sentido, objectivos e funções da educação para o nosso tempo, o conhecimento científico e técnico como força produtiva directa e o desenvolvimento como um processo integrado com várias dimensões - económica, social, cultural, científica, política e ideológica».

«Defendemos, por isso, um sistema educativo concebido para formar e não para seleccionar, que desenvolva e qualifique todas as crianças e jovens (e os adultos em formação contínua), e não apenas uma elite e que dê a possibilidade a todos os portugueses de acederem, a qualquer momento, a um leque diversificado e actualizado de possibilidades educativas, entendendo também a política educativa como factor de evolução e de transformação da vida. E por isso, tão importante como o aumento das verbas para a educação e a sua eficácia e racionalização, é a concepção que se tem do sistema educativo e da democracia cultural», disse Carvalhas.

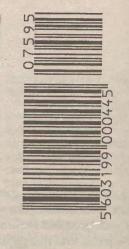
Nesse sentido, o secretáriogeral do PCP defendeu uma escola pública democrática e de qualidade, «mais autónoma e participada», tendo também em atenção «que nem todas as questões da educação são da esfera da política educativa».

AF

e os actos abo Carvalhas diria ainda que «seria bom que a juventude, os

As palavras

«seria bom que a juventude, os estudantes e os professores soubessem que aqueles que recorreram à fórmula dos trabalhistas ingleses, a "educação é a nossa paixão", são os mesmos que defendem no seu "contrato de legislatura", tal como o PSD, a continuação das propinas, dos numerus clausus e das provas de aferição» e mais adiante acrescentou que «seria também importante saber como se multiplicam as verbas. Isto é, seria útil que nos explicassem o milagre da multiplicação dos pães, aqueles que defenderam a entrega dos 60 milhões de contos - o correspondente ao custo do Centro Cultural de Belém - à meia dúzia de famílias dos latifundiários, que estiveram de acordo com a entrega de 50 milhões de contos aos Mellos - na base de um decreto de Salazar - por terreno de valia duvidosa da Lisnave e que declararam "ter sido pouco" o que foi dado a título de indemnizações, pelas privatizações, aos grandes senhores do antigamente e que agora defendem mais verbas para a educação».



Henri Alleg na AR

O jornalista Henri Alleg é hoje recebido pela Comissão dos Negócios Estrangeiros da Assembleia da República onde participa num debate, após o que será convidado de um almoço promovido por aquela Comissão.

Henri Alleg é um jornalista francês que lançou na terçafeira em Portugal o livro «O Século do Dragão - uma reportagem e algumas reflexões sobre a China de hoje e (talvez) de amanhã» que o nosso colaborador Miguel Urbano Rodrigues classificou, em artigo inserido na edição da semana passada do «Avante!», como «o mais importante livro sobre a China contemporânea editado no nosso país».

Nesse artigo refere-se o percurso profissional de Henri Alleg, que foi redactor principal do «L'Humanité», aludindo-se ao facto invulgar de a obra de um jornalista em actividade ter sido tema de uma tese universitária, como aconteceu com o livro «La Question» que inspirou o mestrado do professor de História Alexis Berchadsky.

PCP ouve especialistas sobre lei do património

O Grupo Parlamento do PCP classificou de "projecto clandestino" a proposta do Governo de alterar a Lei do Património Cultural Português, que será debatida, hoje, na Assembleia da República. A "classificação" foi feita pelo deputado Lino de Carvalho na terça-feira, numa audição parlamentar organizada pelos comunistas com historiadores e arqueólogos em S. Bento para "ouvir a opinião" de mais de uma dezena de especialistas convidados.

O parlamentar comunista criticou a falta de dialogo do Governo com as associações na elaboração, "rodeada de grande secretismo", do texto da nova lei.

Criticou ainda o facto de o anterior diploma, com 10 anos, nunca ter sido regulamentado, propondo agora o Executivo uma "nova lei".

"A actual lei é boa. O problema é que nunca foi regulamentada", disse.

As críticas da bancada do PCP foram ainda dirigidas a alguns aspectos do novo

O Grupo Parlamento do PCP classifiu de "projecto clandestino" a proposta Governo de alterar a Lei do Patrimóo Cultural Português, que será debatida, ie. na Assembleia da República A

> Em tom crítico foi ainda referida a pretensão de serem transferidas para as autarquias competências nesta área.

> António Carlos Silva, da Pro-Associação dos Arqueólogos Portugueses, contestou, entre outros aspectos, os conceitos de património e sua tipologia, que classificou de "absoluta incompetência".

"A nova lei avança com a ideia de um contributo marcante para a compreensão da História de Portugal e da identidade nacional, significa que, a levar à letra esta definição e sabendo que o Homem está presente em território nacional há mais de um milhão de anos, que deitamos fora 99 por cento da Cultura Portuguesa", disse.

"Porque o que interessa, neste projecto, é o que é marcante para a História de Portugal" concluiu